

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário  
12 de Março de 1992  
Preço: 100\$00  
Nº 951  
Director:  
Carlos Brito



# 71 anos

«Gerações atrás de gerações, o PCP já viveu 71 anos de luta. Muitos mais viverá respondendo criativamente às novas situações, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre verdadeiro, convicto, dedicado, prosseguindo a luta pelos seus ideais que são a razão de ser da sua existência e o fundamental motivo da sua confiança no futuro.»

— Álvaro Cunhal, no comício do Pavilhão Carlos Lopes

Págs. 4 a 11

- **Param, em 18, Função Pública Metalúrgicos, Transportes**
- **Grande adesão à greve na Siderurgia**
- **CGTP-IN marca manifestações em todo o País para 21 do corrente**

Págs. 16 e 17

## O PCP e o Ministério Público

— Artigo de Luís Sá

Págs. 20 e 21



## IRAQUE

Págs. 24 e 25

## A guerra não acabou

## 71 anos de história - um projecto para o futuro

**A**s comemorações do 71º aniversário do PCP marcam de forma saliente a actualidade política do nosso país.

Os actos comemorativos estão a distinguir-se, com efeito, pela grande participação, a confiança e o entusiasmo que assinalaram as numerosas realizações - comícios, sessões, reuniões, assembleias, plenários, convívios, confraternizações - efectuadas por todo o país com especial destaque para os comícios de Lisboa e Porto e o encontro de quadros da JCP, no Barreiro.

As comemorações distinguiram-se, especialmente, pela mensagem essencial que delas se desprende onde a memória do passado, o combate do presente e as perspectivas do futuro se combinam para atestar que o PCP é um projecto que se fundamenta nos 71 anos da sua história.

No discurso que proferiu no Pavilhão Carlos Lopes, Álvaro Cunhal, depois de evocar as grandes batalhas do PCP, continuamente travadas, pelos interesses e direitos dos trabalhadores, pela liberdade e a democracia, pelo desenvolvimento económico e o progresso social, pela independência e soberania nacionais e as batalhas inspiradas pela solidariedade internacionalista, concluiu:

«A história de 71 anos do PCP é uma história em que estas batalhas estão inscritas como património e fundamentos do Partido, do seu pensamento, da sua acção, das suas características e do seu projecto político projectado para o futuro de uma sociedade mais justa e melhor, de uma sociedade socialista em Portugal.»

As comemorações, pela força, vitalidade e firmeza partidária que patenteiam e pelas ideias que afirmam, representam uma resposta magnífica às campanhas e às intrigas dirigidas contra o nosso Partido, especialmente aquelas que pretendem denegrir a sua memória, reescrevendo a história e pretendendo apresentar como descobertas da ciência política, as mais estafadas calúnias das centrais anticomunistas.

Festejando os seus gloriosos 71 anos, o PCP não está voltado para dentro, nem para o passado. Está voltado para fora e para o futuro, pulsando, vibrando, participando activamente na luta dos trabalhadores, da juventude e associando-se, como nenhum outro partido, às comemorações do dia internacional da mulher.

**A** evolução das grandes movimentações de massas em curso reveste a maior importância, não apenas para as reivindicações e objectivos que têm em vista, mas para a situação política e social no seu conjunto.

O iníquo acordo de rendimentos e preços assinado pelo Governo, o patro-

nato e a UGT, confirma-se, cada vez mais, como um instrumento, não de pretensa concertação, mas de verdadeira desestabilização social a que o capital se agarra para recusar as justas reivindicações dos trabalhadores e que o Governo utiliza para concretizar a infame discriminação dos trabalhadores da administração central e local.

É necessário responsabilizar claramente o Governo de Cavaco Silva por todas as alterações da normalidade, incómodas para as populações e outras consequências que a aguda conflitualidade social estão a provocar na vida do país.

São motivo de justa admiração a firmeza e a determinação da luta dos trabalhadores dos transportes, de vários ramos industriais, do STAL e de diferentes sectores da administração central. A continuação da luta e a preservação da unidade são as condições essenciais para que se consiga romper e ultrapassar as imposições do acordo de rendimentos e preços.

Os eleitos das autarquias locais obtiveram um importante reconhecimento das boas razões da sua luta, com a deci-

*«A luta de massas é, nas circunstâncias presentes, um caminho eficaz para conter e fazer recuar a política da direita e as suas pesadas consequências anti-sociais»*

são do Presidente da República de submeter à apreciação do Tribunal Constitucional as normas do Orçamento de Estado relativas às finanças locais.

Entre a intelectualidade, além das causas específicas, que afectam os magistrados do Ministério Público e Judiciais, alargam-se os factores de descontentamento e de luta, como a movimentação contra a inadmissível aplicação do IVA aos livros e as anunciadas reestruturadas da Secretaria de Estado da Cultura, com previsíveis implicações em toda a vida cultural do país.

Entre os estudantes prossegue a luta contra a PGA e contra os atrasos e insuficiências do apoio social escolar e adquire uma importância crescente a luta contra o aumento das propinas, cuja brutalidade vai sendo confirmada pela tese governamental de que se devem ir aproximando dos gastos reais por aluno. A política de direita de concentração da riqueza e de restauração monopolista gera constantemente perversas inovações que atingem e lesam gravemente os interesses dos trabalhadores e das outras camadas de mais baixos rendimentos. Vêm aí os novos aumentos do custo de vida em consequência da aplicação do IVA a géneros de primeira necessidade até agora isentos. Vêm aí as novas taxas moderadoras da saúde e o encarecimento dos medicamentos. A economia por-

tuguesa está já a sofrer as consequências da profunda recessão que avassala alguns países capitalistas desenvolvidos como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Suécia e os sinais de dificuldades que se manifestam noutros como a Alemanha, a França e até o Japão. Esta situação pode mesmo comprometer os caudalosos fluxos de fundos vindos da Comunidade Europeia que o cavaquismo já andava a propagandar. Ora o Governo de Cavaco Silva procede de maneira que estas dificuldades económicas acrescidas não sejam pagas pelo grande capital, mas descarregadas sobre os trabalhadores e classes médias.

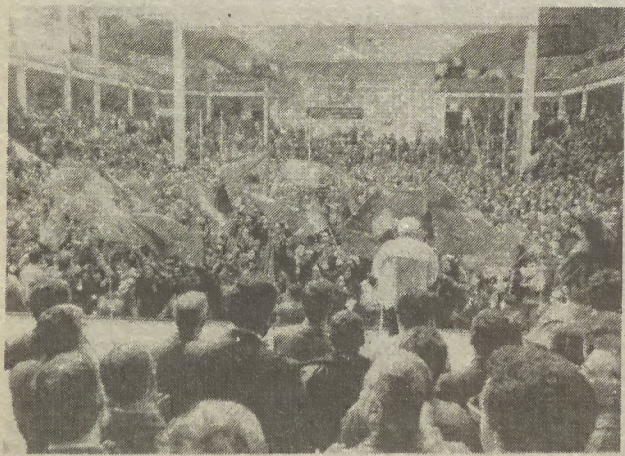
A luta de massas é, nas circunstâncias presentes, um caminho eficaz para conter e fazer recuar a política da direita e as suas pesadas consequências anti-sociais. É nesta perspectiva que devem ser encarados, quer o desenvolvimento da luta nas diferentes frentes, quer o esforço para a sua confluência num grande caudal de protesto e reivindicação na jornada de luta de 21 de Março.

**A**o promover, nos próximos dias 13, 14 e 15 uma nova jornada de divulgação e esclarecimento sob o lema «O povo tem razão! O Governo não!», o PCP dá mais uma importante contribuição para o encorajamento, a dinamização, a projecção pública e o sucesso das lutas em curso e para a responsabilização do Governo do PSD.

Desencadeando esta jornada uma semana depois do período mais intenso das comemorações do seu 71º aniversário e coincidindo com outras que ainda estão a decorrer, o PCP faz prova de um dinamismo e de uma capacidade de concretização, que não estão ao alcance de qualquer outro partido no nosso país.

Outras grandes tarefas estão no centro das atenções dos comunistas e não podem de maneira nenhuma ser descuradas. Salientam-se entre elas: a necessidade de fazer frente a nova ofensiva do Governo contra a democracia política através da operação de revisão da legislação eleitoral; a salvaguarda dos interesses nacionais no quadro da integração europeia; a solidariedade internacionalista, designadamente, com a luta do povo de Timor-Leste; a intervenção nas eleições regionais dos Açores e da Madeira; a preparação das eleições autárquicas que terão lugar nos finais do próximo ano; a intensificação dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso, cuja primeira fase está a decorrer, com múltiplos debates nas diferentes organizações, a que todos os militantes são chamados a dar o concurso da sua presença e da sua opinião.

Tal é um breve elenco de intervenções, iniciativas, actividades, realizações e tarefas demonstrativo de como o PCP, forjado pelos 71 anos da sua história, trabalha e luta na presente situação portuguesa, com os olhos postos no futuro socialista para Portugal.



Com iniciativas em todo o País (na foto, o comício de Lisboa), o PCP comemorou os 71 anos da sua fundação

## RESUMO

4

### Quarta-feira

O Presidente da República critica, em Braga, o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre os livros ■ Dias Loureiro, ministro da Administração Interna, e Kenneth Baker, seu homólogo inglês, mostram-se favoráveis à harmonização das polícias ao nível comunitário ■ Greves dos trabalhadores da Carris e do Metro paralisam temporariamente os transportes da capital ■ Delegações de Portugal e da Indonésia, na Comissão dos Direitos do Homem da ONU, chegam a acordo quanto ao conteúdo de uma declaração do presidente da Comissão sobre a situação em Timor-Leste ■ O Tribunal Administrativo de Argel determina a dissolução do partido fundamentalista ■ Os EUA consideram positivas as negociações de paz israelo-árabes ■ São abertos os arquivos do Comité Central do PCUS relativos ao período de 1952 a 1991 ■ Uma explosão numa mina turca provoca a morte de 102 mineiros e ferimentos em 87.

5

### Quinta-feira

O secretário de Estado do Sistema Educativo, Gil Santos, recebe uma comissão do movimento estudantil contra a PGA, reafirmando que se manterá a terceira chamada ■ Os presidentes de 17 das 18 câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa decidem rejeitar a variante B do corredor nascente (Olivais-Montijo) para a construção da nova ponte sobre o Tejo ■ Os Estados Unidos insistem no propósito de, a partir de 1993, cancelarem a assistência económica a Portugal no âmbito das contrapartidas pela utilização da Base das Lajes ■ Os dirigentes sérvios da Bósnia-Herzegovina lançam um apelo ao Exército jugoslavo para que assumam o controlo da república ■ O Movimento para a Democracia (MPD), em Cabo Verde, anuncia que vai apresentar um projecto para uma nova Constituição do país.

6

### Sexta-feira

O PCP comemora o 71º aniversário da sua fundação, assinalado com iniciativas em todo o País, de que se destaca o comício com a participação de Álvaro Cunhal, no pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa ■ O Grupo Parlamentar do PCP faz uma interpegação ao Governo sobre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ■ Carl Bildt, primeiro-ministro da Suécia, traz a Lisboa o pedido de adesão do seu país à Comunidade Europeia ■ O vírus informático Michelangelo ataca computadores em todo o mundo, com especial incidência no Japão e EUA ■ Morre em Paris, com 83 anos, a pintora Maria Helena Vieira da Silva ■ O rei Balduino da Bélgica encarrega Jean-Luc Dehaene de formar um novo governo, pondo assim termo a uma crise governamental que dura há mais de três meses.

7

### Sábado

O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, anuncia que se vai demitir a 18 de Março ■ O Conselho Nacional do PAIGC propõe a realização de eleições presidenciais, a 15 de Novembro, e legislativas, a 13 de Dezembro ■ A imprensa escrita ita-

liana cumpre uma greve de protesto contra o desequilíbrio, relativamente aos audiovisuais, na distribuição das receitas de publicidade.

8

### Domingo

Carlos Carvalhas participa, no Porto, no comício que assinala os 71 anos do PCP ■ Diversas iniciativas assinalam o Dia Internacional da Mulher ■ As receitas que seriam obtidas com o aumento das propinas «difícilmente poderão ter impacte significativo no financiamento das universidades», afirma o presidente do Conselho de Reitores ■ O 2º Congresso da FNAM alerta para a «grande perturbação e apreensão» que se vive no seio da classe médica ■ O «Lusitânia Expresso» chega a Darwin ■ Termina, com a saída de alguns militantes históricos que defendiam a extinção do partido, o 15º Congresso do PPM ■ «A derrota de Ieltsin poderá ter consequências muito graves», adverte Gorbachov ao iniciar uma visita à Alemanha ■ O parlamento da Arménia decreta a mobilização de todos os homens com menos de 30 anos ■ Nelson Mandela apela aos eleitores brancos da África do Sul para que votem «sim» no referendo de 17 de Março ■ O Partido Liberal, no poder, vence as eleições autárquicas na Colúmbia ■ Cem mil pessoas manifestam-se em Mogadíscio a favor da paz na Somália ■ Uma colisão entre um petroleiro e um ferry-boat provoca a morte de quase uma centena de pessoas no golfo da Tailândia.

9

### Segunda-feira

O «Público» e o «Diário de Notícias» publicam entrevistas com o PR, Mário Soares ■ Entram em greve, que decorrerá até quarta-feira, os trabalhadores aduaneiros ■ O «Lusitânia» larga de Darwin rumo a Dili ■ Portugal e Espanha assinam em Évora protocolos sobre segurança e fiscalização de fronteiras ■ Inicia-se em São Tomé a 10ª cimeira dos países africanos de língua oficial portuguesa ■ Vai a enterrar o antigo primeiro-ministro israelita Menahem Begin.

10

### Terça-feira

O navio «Lusitânia Expresso» chega perto das águas territoriais de Timor-Leste escoltado por três embarcações militares indonésias. Uma delas manda o barco português recuar e a ordem é cumprida depois de se realizar uma cerimónia de homenagem às vítimas timorenses da repressão indonésia ■ A Comissão Política do PCP afirma que a discussão no Parlamento dos acordos de Maastrich só deveria ser feita depois de o Governo ter obtido garantias da Comunidade de quanto à aprovação do Pacote Delors II ■ No segundo dia de greve dos aduaneiros são já 800 os camiões parados na fronteira de Vilar Formoso ■ O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, admite que o movimento pode voltar à luta armada na África do Sul se houver um colapso nas negociações para o fim do apartheid por causa dos resultados do referendo à população branca do próximo dia 17 ■ Termina a cimeira dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa com a assinatura de vários acordos e a aprovação de uma moção que condena a Indonésia por causa de Timor-Leste.

**Avante!**

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 78 97 25/78 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE® Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (E ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

## Nota da Comissão Política

# 55 milhões de contos a menos para o Poder Local democrático e 50 milhões de contos a mais para os monopolistas fascistas

**1** A Comissão Política do PCP, tendo analisado o vasto conjunto de iniciativas de comemoração do 71º Aniversário do Partido, com particular destaque para os comícios que decorreram em Lisboa, com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, e no Porto, com a participação do secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas, salienta a larga, activa e entusiástica presença de militantes e simpatizantes, testemunhando uma fase de assinalável dinamização da actividade do Partido e constituindo uma forte afirmação de uma elevada consciência do papel do PCP na vida nacional e da sua intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, de uma perspectiva confiante no reforço da sua influência, do valor do seu projecto político.

**2** A Comissão Política analisando a situação social conclui que esta se continua a degradar e que o Governo, para além de não dar resposta a importantes anseios e aspirações de largas camadas sociais, prossegue uma política de violação dos direitos dos cidadãos e de profunda injustiça social, confirmada mais uma vez pela redução da participação dos salários no rendimento nacional.

A decisão do Governo de denunciar a Convenção da OIT que proíbe o trabalho nocturno na indústria às mulheres representa um enorme retrocesso nos direitos das mulheres e reveste-se de extrema gravidade no plano social e familiar.

O Governo não pode continuar a ignorar que o poderoso e persistente movimento reivindicativo e de protesto dos trabalhadores e da juventude alastra a novas camadas sociais (agricultores, intelectuais, reformados) e a sectores como os magistrados do Ministério Público, os eleitos autárquicos, os trabalhadores aduaneiros, etc., confirmando que o descontentamento que se manifesta contra a política do Governo abrange já hoje amplas e diversificadas camadas sociais, que se dão conta do logro em que caíram ao acreditar nas promessas eleitorais do PSD e que se dispõem a lutar pelos seus direitos, a melhoria das condições de vida e exigem que seja dada resolução a importantes problemas da vida nacional.

A Comissão Política saúda os trabalhadores, a juventude, os agricultores e todas as forças que vêm resistindo à política do Governo e desenvolvem importantes acções reivindicativas e apela aos membros do Partido, aos trabalhadores e a todas as camadas sociais vítimas da política do Governo PSD/Cavaco Silva, para prosseguirem uma acção empenhada e confiante e a fazerem da jornada de luta convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 21 de Março, uma vigorosa acção por melhores condições de vida, pela redução do horário de trabalho, pelo direito ao trabalho, contra a PGA.

A Comissão Política, tendo analisado o desenvolvimento das lutas juvenis, congratula-se pela combatividade e os resultados alcançados. O reforço da unidade é o caminho para a abolição da PGA, o estabelecimento de um justo sistema de acesso e por um ensino superior que corresponda às aspirações juvenis e às necessidades nacionais. A Comissão Política salienta o papel dos jovens comunistas, em conjunto com milhares de outros jovens, na luta pela abolição da PGA e sublinha o significado da adesão de centenas de jovens à JCP nos últimos meses, bem como o dinamismo e iniciativa de que constituem magnífico exemplo os Encontros distritais da JCP de Setúbal realizados no passado fim-de-semana.

**3** Em face da notícia segundo a qual o Governo apresentará amanhã aos partidos da oposição um conjunto de propostas de alteração às leis eleitorais, e sem prejuízo de uma apreciação ulterior mais pormenorizada, o PCP considera desde já que se trata, a confirmarem-se, da mera reapresentação de propostas já conhecidas e rejeitadas na última sessão legislativa, e que reeditariam sérias adulterações do princípio da representação proporcional. Um bom número de outras propostas implicariam a revisão antecipada da Constituição, que nenhuma necessidade urgente parece exigir ou recomendar e que prejudicaria a necessária estabilidade constitucional.

Sublinhando o perigo real que tais projectos governamentais representam, o PCP salienta ao mesmo tempo que a apresentação neste momento de tais propostas procura desviar as

atenções da grande vaga de descontentamento e de lutas que actualmente se verifica no País.

**4** A Comissão Política, tendo em conta que em Maastricht ficou consagrado um nexó evidente entre União Económica e Monetária e o princípio da coesão económica e social e lembrando que esse princípio é particularmente importante em face das grandes disparidades entre nações, regiões e sectores (de que é exemplo o facto de o PIB por cabeça ir do índice de 50 ECU's num país até 116 noutra), considera que o Governo não deveria apresentar na Assembleia da República os textos dos acordos de Maastricht e que estes não deveriam ser aprovados e ratificados por Portugal sem que haja garantias prévias quanto à aprovação do Pacote Delors II, com recursos suficientes e calendário adequado.

Só assim o Estado português manterá capacidade negocial e haverá possibilidades de defesa dos interesses nacionais em face das manobras dilatórias e objecções que têm vindo a ser colocadas pelos países mais prósperos e desenvolvidos da Comunidade Europeia.

**5** A Comissão Política do PCP analisou com grande preocupação a acentuada degradação da segurança e tranquilidade das populações.

As populações estão inseguras. A negra realidade que se vive caracteriza-se pelas bolsas de criminalidade, da responsabilidade dos sucessivos governos do PSD/Cavaco Silva, pela subalternização de valores éticos e sociais, ressurgimento do racismo e do neofascismo, ausência de políticas sociais capazes de erradicar as causas da criminalidade e no falhanço da política de administração interna.

Assim, a título de exemplo, segundo o Procurador da República, a criminalidade conhecida aumentou 24% nos últimos dois anos com especial expressão nos crimes praticados com violência e no tráfico de estupefacientes; tendo em conta o papel central, directo e indirecto, do tráfico de droga na criminalidade, segundo o Ministério da Justiça, entre 1987 e 1991 o número de detenções por tráfico de droga verificadas no País passou de 2 197 para 4 667, o haxixe apreendido passou de 5 toneladas em 1987 para 9,5 em 1990 e 7,6 em 1991, a cocaína passou de 222 Kg em 1987 para 1 096 em 1991 e a heroína de 30 Kg em 1987 para 60 em 1991.

Perante este estado de coisas, por todo o País têm surgido abaixo-assinados exigindo reforço de policiamento, movimentações junto do Poder Local, do Governo e da Assembleia da República, auto-organização das populações para a defesa da sua tranquilidade, greves de estudantes, manifestações populares e cortes de estradas. São movimentações no essencial justas, em defesa do direito à segurança e tranquilidade de pessoas e bens e que transformaram a luta por esse direito num importante problema político a que é dever dos órgãos de soberania e em primeiro lugar do Governo dar resposta positiva.

Lamentavelmente o novo ministro da Administração Interna tem revelado um notável dinamismo na promoção da sua imagem mediática mas, até ver, não resolveu os problemas existentes. O Orçamento de Estado para as forças de segurança, para além de injustificáveis investimentos no Serviço de Informações de Segurança e dos meios atribuídos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para a implementação informática do Acordo de Schengen, não destina às forças envolvidas directamente no combate à criminalidade - Polícia Judiciária, PSP, GNR e Guarda Fiscal - as verbas necessárias. Estas forças, nas áreas de logística e operações, foram contempladas pelo Governo do PSD com um orçamento reduzido, sendo previsíveis situações de ruptura e inviabilizando qualquer resposta credível aos aumentos de criminalidade já verificados e aos que são previsíveis.

Perante esta situação a Comissão Política, ao mesmo tempo que sublinha as responsabilidades do Governo do PSD e manifesta activa solidariedade às populações em luta pela sua tranquilidade, reafirma a disposição do PCP de contribuir para a resolução das carências de segurança das populações, através

de uma política de desenvolvimento integrado e de um efectivo apoio às indispensáveis medidas de polícia.

**6** A Comissão Política do PCP contesta a intenção do Governo, veiculada nos órgãos de comunicação social, de presentear os ex-monopolistas com mais cerca de 50 milhões de contos de indemnizações pelas nacionalizações de empresas efectuadas na sequência do 25 de Abril de 1974.

Esta intenção do Governo de Cavaco Silva só pode encontrar justificação na política governamental de restauração dos ex-grupos monopolistas que sustentaram o regime fascista. Para além do mais, tal intenção contrasta chocantemente com a política de agravamento fiscal, através da qual o Governo obriga os trabalhadores a pagarem mais impostos para serem doados aos ex-monopolistas.

Esta política do bodo ao grande capital está igualmente presente no processo de privatizações em curso, que decorre com completa ausência de transparência e lesa as capacidades de desenvolvimento independente da economia portuguesa.

**7** A Comissão Política salienta a importância do envio ao Tribunal Constitucional das normas da Lei do Orçamento que pretendem cortar 54 milhões de contos aos municípios e espera que seja feita justiça às autarquias.

O PCP manifesta-se solidário com a luta da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da ANAFRE e do Poder Local e considera que só a unidade das autarquias e das populações poderá impedir que ao corte de verbas se venha a seguir a imposição de pesados encargos, com o pretexto de que se trata de «descentralizar atribuições e competências» e com o objectivo de atribuir aos municípios as culpas dos resultados da desresponsabilização estatal e degradação de serviços em áreas como a saúde, educação, habitação e rede viária.

**8** Tendo em conta o debate na Assembleia da República do calendário da criação e instituição em concreto das regiões administrativas que está previsto para o próximo dia 17 de Março, a Comissão Política salienta a importância de as primeiras eleições para as regiões administrativas coincidirem com as eleições autárquicas que se realizarão em fins de 1993.

Para tal, apela para a criação de um amplo movimento de opinião em torno deste objectivo democrático, que representará um contributo para o desenvolvimento regional e a autonomia municipal e o preenchimento de uma lacuna no edifício institucional previsto na Constituição.

**9** No próximo dia 12 de Março, em Lisboa, tem lugar a abertura do Ano Europeu para a Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

O PCP, que intervém na vida nacional de forma construtiva e coerente em defesa dos interesses dos trabalhadores, apresentou, no final da última legislatura da Assembleia da República, um Projecto de Lei relativo ao regime jurídico do enquadramento para a Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

O Governo PSD/Cavaco Silva, recorreu à forma de decreto-lei (DL 441/91 de 14 de Novembro) para impedir o confronto das suas tímidas, vagas e claramente insuficientes posições com as propostas concretas, precisas, coerentes e integradas do projecto de lei do PCP.

Consciente da importância da matéria em causa, e com vista à salvaguarda dos legítimos interesses dos trabalhadores, a Comissão Política do PCP decidiu recomendar ao seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República a apresentação de um projecto de lei para alteração do DL 441/91 de 14 de Novembro, procurando que o regime jurídico estabelecido constitua o elemento dinâmico e eficaz de que o País carece nestes importantes domínios da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

Lisboa, 10 de Março de 1992

A Comissão Política do Comité Central do PCP

**Comemorados  
em todo o país**

PCP

# OS 71 ANOS DE UM PARTIDO JOVEM

## Em Lisboa

«Ao trabalho, à reflexão, à luta! Vamos a caminho do futuro!» Foi com estas palavras que o camarada Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures, encerrou o comício que se realizou no Pavilhão Carlos Lopes, na passada sexta-feira, em Lisboa. Tratava-se de comemorar os setenta e um anos do PCP. E os milhares de camaradas e amigos ali presentes, enchendo completamente o vasto pavilhão que tantos comícios dos comunistas já viu, demonstraram, seguindo e sublinhando com aplausos os vários discursos, que este Partido é um partido jovem, e que o futuro está ao seu alcance, construído todos os dias através das lutas pela liberdade, pela democracia, pela justiça social. A presença em massa da juventude, a sua participação entusiástica, mostrou também que este esforço com setenta e um anos de idade, tem futuro.

A «mesa» do comício foi constituída por dezenas de camaradas representando o Partido no distrito. Demétrio Alves apresentou dirigentes da DORL, autarcas, sindicalistas, membros da JCP e os camaradas José Casanova, da Comissão Política, Octávio Pato, do secretariado, Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

Primeiro orador, Demétrio Alves fez um discurso combativo e de confiança do Futuro. O tom estava dado. Seguiu-se-lhe no uso da palavra a camarada Zilda de Carvalho, investigadora científica, cuja intervenção assentou fundamentalmente na questão da defesa dos povos face ao imperialismo protagonizado principalmente pelos EUA aos quais os participantes no comício dedicaram uma monumental vaia, acabando por vitoriar

Cuba e aplaudir o internacionalismo do PCP.

Dezenas de saudações foram chegando entretanto à tribuna. O camarada Arménio Carlos, dirigente sindical e suplente do CC, falou entretanto da situação que os trabalhadores enfrentam — divulgando uma longa lista de empresas nas quais os trabalhadores se encontram em luta. Sublinhou, por outro lado, a crescente participação das mulheres nessa luta, saudando-as pela passagem do Dia Internacional da Mulher. E terminou apelando ao convencimento e à mobilização dos trabalhadores, exprimindo o apoio total à jornada de luta da CGTP, marcado para 21 de Março.

Seguiu-se um solene momento. As luzes apagaram-se. Isqueiros aceso e «chuva de estrelas» brilharam, com a música enchendo gravemente o pavilhão e a voz de Ary dos Santos de-



clamando o poema «Tomar Partido». Que momento melhor para dar a palavra, a seguir, à juventude? A camarada Sara Silva, da JCP, lembrou os muitos milhares de jovens que se mobilizaram por todo o País fazendo ouvir a sua voz contra a política do Governo, nomeadamente contra a PGA.

Depois foram as ofertas. As células da TAP, da CP, da Autocoop, do STAL, da Tudor, da Carris, da CM de

Loures, dos Bancários de Lisboa, do Sindicato dos Metalúrgicos, dos Funcionários Sindicais, da Organização da Cidade de Lisboa, da Concelhia de Sintra, da CM da Amadora, da Concelhia de Cascais, da JCP de Oeiras, da Concelhia de Loures, da JCP do Distrito de Lisboa, do Sector de Arte e Letras, das concelhias de Oeiras e da Amadora, da Freguesia dos Prazeres, fizeram a entrega de

prendas de aniversário ao Partido.

Finalmente, emocionadamente aclamado, o camarada Álvaro Cunhal proferiu o discurso que hoje publicamos na íntegra. E o comício, encerrando com a Internacional, com o «Avante, camarada» e com o Hino Nacional, abria a milhares de militantes a perspectiva do trabalho, da reflexão e da luta. A caminho do futuro.

■ LM

## No Porto

Primeiro foi a música e foi de tal ordem que a juventude, animada, não resistiu, e, primeiro reticente, acabou por aderir e, chegada a hora do comício, até queria mais... A sala cheia, plateia, 1.º balcão e frisas laterais do Rivoli, num grande encontro de comunistas, companheiros e companheiras de muitos e diversos tempos de jornada, ocorrendo à chamada de tempos difíceis mas sempre exaltantes para quem não abdica de intervir para transformar.

Na primeira fila, a juventude, muito jovem, e uma postura diferente. Foi da primeira fila que saíram os primeiros acordes do «Parabéns a você», que afinal todos estavam de parabéns.

Chamados ao palco pelo camarada Carlos Ferreira, membros do CC e dos organismos executivos do PCP, membros da organização da

cidade e das organizações concelhias, das células de empresa, dos sectores profissionais e do sector intelectual, da JCP, e Emídio Ribeiro, da Comissão Executiva Nacional, Jorge Araújo, da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto do Partido Comunista Português, o comício começou.

Em Dia da Mulher, 8 de Março, Conceição Soares, operária têxtil e dirigente sindical, saudou as mulheres que nas empresas, nos campos, nos serviços, lutam pela dignificação da sua intervenção e pela igualdade. Referiu os despedimentos, o desemprego, a repressão e outros aspectos do que caracterizou como «forte ataque aos direitos de quem trabalha», para dizer que «seria bem pior se não fosse a luta dos trabalhadores».

«Acordados pela injustiça, repetida pela 4.ª vez,

da PGA, cortámos pontos e estradas», disse, por sua vez, o jovem Álvaro Figueiredo, da JCP. E a esta dor de cabeça do ministro, «juntamos uma dor de dentes, a luta contra os aumentos das propinas e destruição dos serviços sociais».

No ar ficou uma pergunta ao Governo: «O que fazem aos impostos? São só para construir o Centro Cultural de Belém?» E a atribuição de um «Oscar» ao mesmo destinatário da pergunta — «para o maior aumento da precariedade de trabalho». E ficou a promessa, calorosamente aplaudida pela juventude, de que «não vamos parar, vamos continuar nas ruas».

Em nome da Direcção da Organização Regional do Porto, Emídio Ribeiro saudou a luta dos jovens contra a PGA e dos trabalhadores contra a tentativa de imposição do tecto salarial e por



melhores salários, contra o pacote laboral, pela redução do horário de trabalho e saudou ainda «a corajosa luta dos trabalhadores da administração pública e dos têxteis». «Os trabalhadores sabem, por experiência própria, que a luta é a sua principal arma». «Uma palavra amiga a todos os democratas do Porto que conosco continuam na nossa caminhada e aos velhos militan-

tes comunistas» fez ecoar na sala a palavra de ordem «assim se vê a força do PC».

Muitas insuficiências e dificuldades foram assumidas por Emídio Ribeiro. «Não temos soluções para tudo, mas à imagem que alguns pretendem dar não corresponde à realidade» que se traduz, por exemplo, na adesão de 207 novos militantes no distrito, desde as eleições de 6 de Outubro.

O comício terminou com uma longa intervenção do secretário-geral-adjunto do PCP, atentamente seguido pelos participantes que interromperam várias vezes para aplaudir. «Neste 8 de Março permitam-me que termine com as palavras da nossa camarada sindicalista — A luta continua!»

■ Maria Eduarda Castro

Como se previa — e a nossa agenda da semana passada anunciava — foram numerosas as iniciativas que as organizações do Partido levaram a efeito por todo o País comemorando o 71.º aniversário do PCP, muitas delas com a participação de membros dos organismos executivos do Comité Central. Das informações entretanto chegadas à nossa redacção damos sucintamente notícia:

No distrito de Aveiro realizaram-se oito iniciativas que congregaram cerca de 400 militantes, tendo nelas participado José Casanova, da Comissão Política, Sérgio Teixeira, da C. Executiva Nacional, Vidal Pinto, do Secretariado, e Aboim Inglês e Joaquim Gomes, da Comissão de Controlo e Quadros.

No distrito de Santarém, destaque para o almoço comemorativo realizado no Salão de S. Vicente do Paúl, em que participou o camarada Albano Nunes, do Secretariado do CC, e que reuniu cerca de 300 pessoas, entre as quais numerosos simpatizantes e independentes. Em Tomar, um almoço-convívio, com 50 pessoas; comemorou ao mesmo tempo o Dia Internacional da Mulher. Participou o camarada Orcinha, da CEN do CC. Em

Alpiarça, uma centena de participantes, com destacada presença de juventude, assinalou o aniversário, com um debate orientado pelo camarada Francisco Lopes, do Secretariado.

Na Marinha Grande, mais de 300 comunistas e simpatizantes reuniram-se num jantar de confraternização. Intervieram Albano Nunes, do Secretariado, e Saul Fragata, suplente do CC. Nas Caldas da Rainha, uma centena de camaradas e amigos comemorou o aniversário do Partido, tendo participado o camarada João Amaral, deputado e membro do CC.

No distrito de Évora, uma confraternização juntou no Centro de Trabalho muitos camaradas e amigos, tendo participado o camarada Mário Barradas, com um momento de poesia. Em Vendas Novas, 600 pessoas participaram numa festa popular, com folclore e baile. Em Estremoz, o camarada Lino de Carvalho, deputado e membro do CC, participou no convívio no Centro de Trabalho. Em Portel, um almoço juntou 300 pessoas, intervindo o camarada Vidigal Amaro, Presidente da Câmara, e Abílio Fernandes, do CC.

No Porto, onde se realizou o comício com Carlos Carvalhas de que publicamos reportagem, realizou-se ainda

um jantar comemorativo, com 250 pessoas, no qual interveio o camarada Jorge Araújo, membro da Comissão Política. Em Vila do Conde, seis dezenas de pessoas conviveram num jantar, em que participou o camarada Domingos Lopes, do CC do PCP.

No distrito de Setúbal, assinala-se a festa de confraternização realizada no refeitório da Lisnave, por iniciativa da célula do Partido, que teve grande participação dos trabalhadores. Em Setúbal, mais de duzentas pessoas participaram num jantar-convívio, que contou com a intervenção do camarada José Soeiro, membro do Secretariado e da Comissão Política. A Comissão Local de Azeitão, por seu lado, organizou um almoço em Brejos, em que conviveram 40 pessoas, registando-se cinco adesões ao PCP. Doze decidiram tornar-se leitores regulares do «Avante!».

No distrito de Braga, centenas de pessoas, com número significativo de jovens, participaram nos convívios realizados em Braga, Barcelos, Esposende, Vila Verde e Vila Nova de Famalicão.

Também em Sobral de Monte Agraço se realizou um almoço com 260 pessoas, com o camarada Vítor Alves, do CC.

## OS 71 ANOS DE UM PARTIDO JOVEM

## Intervenção de Álvaro Cunhal

**«São outros e não nós que fecham os olhos às realidades. São outros e não nós que não compreendem a sociedade, as suas contradições e a sua história. São outros e não nós que não compreendem que, na história, a luta dos trabalhadores e dos povos acusa avanços e recuos, estagnação e progressos, vitórias e derrotas, num processo milenário de transformações sociais.»**

Camaradas:

Queriam, desejavam e esperavam alguns que chegaríamos ao 71º aniversário do nosso Partido derrotados, desiludidos, desanimados, abandonando objectivos e ideais, arrastados no turbilhão das recentes derrotas do socialismo no mundo, atrelados ao carro do capitalismo neste fim de século, alijando o passado, desistindo da luta presente, sem horizonte futuro, talvez mesmo cedendo à pressão externa e à conspiração de alguns cá dentro, seguindo o caminho de outros lá fora, deixando cair o nome, a sigla, o símbolo e a bandeira. Deixando cair o sonho, o projecto político, a acção revolucionária, a razão de ser da existência e da luta de 71 anos do nosso Partido.

Afinal, desmentindo tão intensos desejos, tão violentas campanhas, tão infundadas esperanças, aqui estamos nós, neste 71º aniversário do nosso Partido, não numa atitude de partido vencido, desanimado, sem perspectiva, mas firmes e de pés bem assentes na terra. Aqui estamos com sentido da nossa responsabilidade ante os trabalhadores, o povo e o país, com a consciência da nossa própria razão de ser, com a convicção dos nossos ideais e objectivos, com o orgulho no nosso passado e da história de 71 anos de luta ao serviço do povo português e de Portugal, com a decidida e firme intervenção na luta presente e de olhos firmes e confiantes no futuro do Partido.

São outros e não nós que fecham os olhos às realidades. São outros e não nós que não compreendem a sociedade, as suas contradições e a sua história. São outros e não nós que se distanciam dos verdadeiros problemas, das necessidades, dos interesses e das mais profundas aspirações populares mesmo que não inteiramente conscientes num momento dado. São outros e não nós que não compreendem que, na história, a luta dos trabalhadores e dos povos acusa avanços e recuos, estagnação e progressos, vitórias e derrotas, num processo milenário de transformações sociais. São outros e não nós que se afastam da compreensão profunda de que são os povos que acabam por decidir do seu próprio destino.

Em Portugal, o momento presente encerra uma lição útil àqueles que, ante os resultados das eleições de 6 de Outubro e o novo avanço das ofensivas antidemocráticas do Governo, julgavam estarem praticamente esgotadas as possibilidades de resistência e de luta.

Proclamavam uns que terminara a época das lutas sociais de massas. Proclamavam outros que a intervenção do PCP na vida nacional estaria praticamente liquidada.

Mas que vemos nós? O que caracteriza no essencial o momento presente?

Se o momento presente é caracterizado pelo prosseguimento e mesmo a intensificação das ofensivas antidemocráticas do Governo, ele é também caracterizado por uma ampla, insistente, vigorosa e poderosa movimentação social contra a política de direita e o Governo de direita - movimentação que traduz um profundo descontentamento popular, a elevada consciência de classe dos trabalhadores, a força e prestígio da grande central sindical, a CGTP, em contraste com uma UGT colaborante com o Governo e o grande capital - caracterizado também por uma vigorosa vaga da juventude afirmando-se como força social com vontade própria e destruindo em poucas horas a falsa imagem de uma juventude submetida às forças da direita e incapaz de pensar, de se unir e de lutar.

A par das lutas dos trabalhadores - dos transportes, da indústria, das minas, da administração central e local, do ensino, da saúde, dos magistrados, das alfândegas - e da juventude - estudantes do ensino secundário e do ensino superior -, a ofensiva do Governo contra o poder local encontra pela frente uma generalizada e vigorosa oposição dos eleitos das autarquias.

As lutas de massas actualmente em curso traduzem de momento uma súbita redução da base de apoio da política do Governo, o logro das capitulações e teorizações oportunistas, as potencialidades de organização, de intervenção e de luta dos trabalhadores, do povo, da juventude, dos intelectuais e também, e é necessário afirmá-lo neste preciso momento, o papel do nosso Partido na luta social e política, nas intervenções e propostas na Assembleia da República, na gestão e luta das autarquias, mostrando não apenas vitalidade, mas visão clara, que a vida comprova, das realidades, e uma influência real nos acontecimentos desmentindo aqueles que já proclamavam a queda livre e o declínio irreversível do PCP.

A vida internacional e a vida nacional estão em movimento. Nós, comunistas, temos confiança no povo, temos confiança em que o povo português acabará por decidir do futuro de liberdade, de democracia, de progresso social, de independência, de paz, de socialismo, futuro pelo qual nós, comunistas,



sempre lutámos e estamos inteiramente decididos a continuar lutando.

## 1

## Uma longa aprendizagem com a experiência e com a luta

71 anos de vida do Partido são um longo percurso através de um século agitado por acontecimentos que convulsionaram e transformaram a vida social em todo o planeta e que em Portugal tiveram como marcas essenciais uma prolongada e tenebrosa ditadura e uma revolução democrática e popular com conquistas de significado histórico.

Se dizemos «tenebrosa ditadura», e é oportuno reavivar essa ideia, é porque pouco a pouco vai-se instalando uma propaganda que a apresenta, não como a ditadura opressiva e terrorista que realmente foi, mas como apenas um «antigo regime», sério e tranquilo, que, em muitos aspectos, mereceria ser restaurado.

E se assim valorizamos a revolução democrática é porque não somos daqueles que há muito substituíram os cravos vermelhos por flores pintadas de laranja e procuram destruir tudo aquilo que o povo conquistou com Abril.

Quando os velhos grandes senhores da ditadura fascista - banqueiros, capitalistas, latifundistas - estão de novo tomando posse e domínio da economia nacional, compreende-se que queiram que o 25 de Abril seja caluniado, esquecido e apagado da história.

Mas por muito que queiram destruí-lo e apagá-lo não só Abril está ainda bem vivo na realidade dos dias de hoje e nos sentimentos democráticos do povo, como ficará para sempre como uma das datas mais gloriosas da história de Portugal, de que o povo tem razão de sentir legítimo orgulho.

Através de tão longo e complexo percurso, antes e depois de 25 de Abril de 1974, o Partido já há muito teria morrido se, ante tão profundas transformações da realidade, tivesse quedado imóvel no pensamento e na acção.

O nosso Partido aprendeu com Marx, com Engels, com Lênine. Aprendeu com a experiência revolucionária dos comunistas russos, assim como com a experiência de revolucionários de outros países. Mas aprendeu também com a sua própria reflexão e a sua própria experiência, através dos anos, enriquecendo o seu pensamento teórico, os seus objectivos e a sua acção prática e enfrentando as novas situações com respostas novas. O XIV Congresso, a realizar em Dezembro, será chamado a dar resposta aos novos problemas criados pelas profundas mudanças verificadas nos últimos anos.

O próprio objectivo e projecto de sociedade socialista definido pelo Partido começou por se esboçar segundo os tex-

tos dos clássicos do comunismo, colheu depois como soluções tidas quase como únicas e inevitáveis as orientações e soluções adoptadas na construção da sociedade soviética. Mas com o tempo, com as análises próprias, designadamente da sociedade portuguesa, com as experiências e ensinamentos da luta, o nosso próprio objectivo e projecto de sociedade fugiu à cópia de quaisquer «modelos» e foi ganhando novos contornos e novo rigor.

Respondendo à situação concreta de Portugal, definindo objectivos correspondentes à situação, aprendendo constantemente com a vida, o nosso Partido foi ganhando características fundamentais embora sempre em movimento, foi enriquecendo e modificando o seu Programa, foi inserindo no seu projecto e nos seus métodos a médio e mesmo a longo prazo as lições ganhas nas grandes batalhas através dos anos. Nessas batalhas se forjou, se desenvolveu, se formou, se temperou, ganhou a sua identidade própria o Partido Comunista Português. Grandes batalhas sempre em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares. Grandes batalhas pela liberdade e a democracia. Grandes batalhas pelo desenvolvimento e o progresso social. Grandes batalhas em defesa dos interesses nacionais, da independência e da soberania. Grandes batalhas inspiradas pelos ideais da solidariedade internacionalista.

Assim a história de 71 anos do PCP é uma história em que estas batalhas estão inscritas como património e fundamentos do Partido, do seu pensamento, da sua acção, das suas características e do seu projecto político projectado para o futuro de uma sociedade mais justa e melhor, de uma sociedade socialista em Portugal.

## 2

## Partido dos trabalhadores, partido do povo

Ao longo dos 71 anos da sua história, o nosso Partido sempre afirmou ser, e provou na prática sê-lo, o partido da classe operária, o partido dos trabalhadores.

Foram os trabalhadores que criaram este partido, que, através das dezenas de anos, lhe imprimiram consciência política de classe e consistência política e ideológica, lhe deram apoio e a maioria dos seus quadros, lhe inculcaram força, energia e combatividade revolucionárias. E assim tornaram possível que, enquanto soçobraram e desapareceram todos os outros partidos existentes em 1926 à data do golpe militar que instaurou a ditadura, o PCP resistiu à repressão fascista, sobreviveu, desenvolveu-se e tornou-se um grande partido nacional.

Sem essa base social fundamental, sem essa ligação in-



## OS 71 ANOS DE UM PARTIDO JOVEM

trínseca, o PCP teria há muito sido liquidado ou tornado um pequeno grupo sem significado nacional. Com essa base e ligação, o PCP tornou-se um partido apto a afrontar todos os obstáculos e dificuldades, a ultrapassar as mais duras provas e a ganhar na sociedade portuguesa profunda e larga intervenção e influência.

Na sociedade capitalista, na qual o poder político está nas mãos das classes exploradoras, na qual os capitalistas têm os seus partidos próprios e os governos impõem uma política de classe, os trabalhadores têm também necessidade de um partido seu, independente do mando, da política e da ideologia da burguesia dominante. Tal foi uma das concepções inovadoras de Marx e Engels ao lançarem o *Manifesto Comunista*. Tal foi a concepção de Lênine. Tal foi a concepção dos revolucionários que marcaram o século XX com as grandes transformações progressistas que abalaram e transformaram o mundo.

A classe operária e os trabalhadores em geral continuam a ter na actualidade a mesma necessidade de um partido próprio e um tal partido aberto para a vida, aberto para as novas realidades, aberto para a mudança.

Quando alguns teorizadores adiantam que o PCP, apoiando-se no proletariado industrial e agrícola, se apoia em camadas que ainda não sofreram os efeitos da modernização do país e representa assim «o sector mais arcaico da sociedade portuguesa», navegam na ilusão de que a evolução do capitalismo está conduzindo à extinção da classe operária e não compreendem que a classe operária se está transformando na sua composição, mas continua a ser a força social mais progressista no presente e com papel determinante a representar no futuro.

**Os grandes capitalistas nada podem ser sem os trabalhadores, mas os trabalhadores podem construir uma nova sociedade sem os grandes capitalistas.**

**Um partido dos trabalhadores é necessário e indispensável, não só aos trabalhadores, mas ao progresso social e à defesa e aprofundamento da democracia, porque os trabalhadores continuam a constituir a grande força social totalmente interessada no aprofundamento da democracia e no progresso social.**

Isto não significa que o PCP tenha uma visão estreita, esquemática e imobilista da realidade social e não tenha e não deva ter em conta com crescente atenção as profundas alterações que se verificam na própria classe operária, na composição social da sociedade, na sua correlação e influência. Não significa que o Partido não represente e não defenda os interesses e direitos de todas as classes e camadas laboriosas que no essencial se identificam ou coincidem com os interesses e direitos dos trabalhadores. Não significa que o Partido se tenha confinado numa intervenção de carácter reivindicativo e sindical, quando a verdade é que o Partido interveio sempre e intervém na política da sociedade como força não apenas do trabalho, mas da inteligência e da cultura. Não significa tão-pouco que não tenha sempre contado e não continue a contar nas suas fileiras, sem qualquer discriminação e incluindo com as mais altas responsabilidades, homens e mulheres oriundos de outras classes e camadas sociais, designadamente intelectuais que abraçam a causa do socialismo e do comunismo e lhe dão uma contribuição de alto e ímpar valor.

**É porém certo que uma característica essencial da luta do Partido antes e depois do 25 de Abril é o ter sempre estado inseparavelmente ligado à defesa dos interesses dos trabalhadores e à sua luta, por sua vez inseparável da actividade e da luta do Partido.**

Quem estude a história do Partido ao longo dos 48 anos da ditadura fascista, ou mesmo quem se limite a uma leitura da imprensa clandestina editada nesses anos, verifica que, a par do desenvolvimento de uma intensa luta política em todas as frentes com dinamizador dos grandes movimentos democráticos unitários da resistência, o Partido promovia, organizava e dirigia de facto a luta dos trabalhadores. A formação e desenvolvimento das Comissões de Unidade nas empresas, que apesar da repressão se tornaram poderoso instrumento de classe, o trabalho nos Sindicatos Nacionais, arrancando-os a organização corporativa e transformando-os em instrumentos da luta dos trabalhadores, as greves, concentrações e manifestações, as mais variadas lutas de massas, constituíram a substância da acção diária do Partido. **Luta dos trabalhadores, luta do PCP - duas realidades inseparáveis ao longo dos 71 anos de história.**

Com o 25 de Abril, o levantamento popular que com intervenção determinante da classe operária se seguiu no imediato ao levantamento militar libertador do MFA, é igualmente inseparável da acção do PCP, como são inseparáveis dessa acção as grandes conquistas sociais e políticas alcançadas pelos trabalhadores com a revolução e consagradas como elementos constitutivos do regime democrático português.

E a realidade actual?

A realidade actual confirma o papel do Partido na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, como a **única grande força política que incessantemente, com coerência e coragem faz frente à política do Governo de direita contra os trabalhadores, ao serviço dos interesses dos grandes capitalistas e latifundiários.**

Para aqueles que no seu afã anticomunista teorizam que a luta de classes e a natureza de classe do Estado são velharias ideológicas cujo desaparecimento acompanharia «a morte do comunismo» aí está a realidade a desmenti-los.

A política de classe do Governo do PSD contra os trabalhadores e atingindo as mais vastas classes e camadas laboriosas

**«A classe operária e os trabalhadores continuam a ter na actualidade a mesma necessidade de um partido próprio e um tal partido aberto para a vida, aberto para as novas realidades, aberto para a mudança.»**



está patente e à vista de todos, na imposição da precariedade do emprego, na contenção dos salários, no anúncio de irrealistas taxas de inflação, nos despedimentos em massa, nos salários em atraso, no alargamento dos contratos de mão-de-obra a empreiteiros nas empresas, nos irrisórios aumentos das pensões e reformas, nas discriminações salariais e profissionais para com as mulheres e os jovens, na aplicação dessa monstruosidade que é o «pacote laboral» com a institucionalização do arbítrio patronal através da chamada inadaptação, dos períodos experimentais, das comissões de serviço, da chamada flexibilização de horários de trabalho, e esta situação agravada com a degradação dos serviços de saúde, as taxas moderadoras, o aumento do preço dos medicamentos, os preços inportáveis da habitação, o brutal agravamento da carga fiscal pelo Orçamento do Estado, a elitização do ensino.

E o que é senão a confirmação espectacular da natureza de classe da política do Governo ao serviço do grande capital, o escândalo recente de ter aparecido com arrogância às negociações de Fevereiro do Conselho Permanente de Concertação Social tendo na mão a portaria dos 8% já publicada em 31 de Janeiro?

É oportuno aqui referir o nosso alto apreço pela atitude assumida pela CGTP abandonando a reunião e mostrando ser de facto a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, em contraste com o secretário-geral da UGT que assinou o Acordo Económico e Social para depois de copo na mão ir festejar com Cavaco Silva e os representantes do grande capital essa punhalada em interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores. Ficou assim claro quem defende e quem atraição os interesses dos trabalhadores.

Hoje, como sempre, o PCP está ao lado dos trabalhadores, está com os trabalhadores, apoia as suas organizações e movimentos de massas, as Comissões de Trabalhadores, os sindicatos, a sua grande central, a CGTP-IN, cuja elevada consciência de classe, o seu carácter unitário, a sua autonomia e independência, a sua vida democrática, a tornaram uma força poderosa dos trabalhadores e um elemento integrante e defensor do regime democrático - características estas que os trabalhadores estão vitalmente interessados em que sejam firmemente asseguradas no futuro.

Em contraste com a política de direita, quais são os objectivos e as propostas do PCP?

Defendemos e propomos uma política que assegure a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da grande maioria do povo português, que elimine as mais graves discriminações, desigualdades e injustiças sociais, o desemprego, a miséria, a marginalidade, a prostituição e a droga.

Defendemos e propomos uma política que assegure o direito ao trabalho, o direito à segurança social, o direito à saúde, o direito à habitação, o direito à educação, ao ensino, à cultura e ao desporto, o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, o direito das mulheres à igualdade, o direito dos jovens à realização pessoal e profissional, o direito das crianças a um desenvolvimento harmonioso, o direito dos idosos, reformados e pensionistas a uma vida digna, o direito dos deficientes a uma vida integrada na sociedade, o direito dos emigrantes à protecção dos seus interesses.

Defendemos e propomos uma política cultural que, como elemento intrínseco da democracia, constitui um factor de emancipação individual, social e nacional.

Observe-se a acção do Governo de direita, e também os numerosos compromissos do PS com a direita em matéria laboral e quem quer que respeite a verdade terá de concluir que

o PCP, digno das suas tradições e porque é um partido comunista digno deste nome, confirma pela luta ser hoje, como sempre foi e sempre se afirmou, **partido da classe operária, partido dos trabalhadores, partido do povo, o mais firme e coerente defensor dos seus interesses e direitos.**

### 3

#### **A luta de sempre pela liberdade e a democracia**

Ao longo dos 71 anos da existência do nosso Partido, a luta pela liberdade e a democracia constituiu o eixo político central da sua actividade.

Um tal objectivo central decorreu com particular premência da situação existente: da liquidação pela ditadura das liberdades e direitos dos cidadãos, das perseguições, do terror fascista. O derrubamento da ditadura e a conquista da liberdade e de um regime democrático tornaram-se uma aspiração básica e um objectivo fundamental da luta do povo português. E com o povo português, sempre e sempre, o nosso Partido.

Que não venham agora alguns a querer reescrever e falsificar a história. Porque, se é justo (e prestamos essa justiça) referir o mérito de outros democratas que se opuseram à ditadura, **é uma verdade histórica incontestável que na luta pela liberdade e a democracia nenhuma outra força política teve acção comparável à do PCP.**

Alguns que actualmente na ribalta das instituições democráticas se chamam democratas a si próprios e ousam afirmar que os comunistas o não são, foram propagandistas da ditadura, membros dos Governos de Salazar e Caetano e do partido fascista União Nacional, deputados da Assembleia Nacional fascista, grandes senhores dos grupos monopolistas que ao fim e ao cabo não só apoiavam, mas decidiam a supressão das mais elementares liberdades e a acção terrorista da ditadura.

Os comunistas, porque faziam frente à opressão fascista, porque com firmeza, coerência e coragem lutavam pela liberdade, eram perseguidos, presos, torturados, julgados, condenados, muitos assassinados. Forçado às duras condições de clandestinidade, o nosso Partido não se rendeu nem capitulou, como outros fizeram. **Quem quer que com verdade escreva a história de 48 anos de luta contra a ditadura terá de citar o exemplo sem paralelo dos comunistas darem a sua liberdade para que o povo viesse finalmente a alcançar a sua.**

A luta do nosso Partido pela liberdade e a democracia foi definida em termos programáticos, traduziu-se na resistência e luta quotidiana com objectivos concretos, contribuiu de maneira determinante para criar as condições que tornaram possível a revolução de Abril e para a instauração, a configuração e a defesa do regime democrático.

O PCP confirma no presente todo esse historial de luta passada.

A verdade dos nossos dias, a verdade exposta aos olhos de todos é a firme oposição do PCP à política e acção antidemocrática do Governo de direita e a batalha constante e infatigável em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, em defesa da democracia.

Com inteira razão acusamos o Governo de Cavaco Silva de estar limitando, espartilhando, deformando, pervertendo elementos essenciais da democracia política.

Com inteira razão acusamos de antidemocrática a acção do Governo. Não apenas nas áreas económica e social, mas também na área política.

Antidemocrática é a tentativa de governamentalização de todo o poder político, contestando (directamente ou por paus- mandados) posições assumidas pelo Presidente da República, tentando comandar a Procuradoria da República, o Ministério Público e instrumentalizar os tribunais, reduzindo a Assembleia da República através da maioria PSD (os 130 pupilos do Senhor Reitor) a um instrumento obediente da política do Governo.

Antidemocrática é a destruição, diminuição ou adulteração, peça a peça, dos processos, órgãos e instrumentos de fiscalização da acção governativa (Regimento e obstrução à actividade da Oposição na Assembleia da República, Alta Autoridade para a Comunicação Social, Tribunal de Contas).

Antidemocrática é a limitação de direitos e liberdades dos cidadãos, e de direitos humanos de que tanto fala e tão pouco respeita, como é o caso do direito ao trabalho, com relevo para a interdição e repressão em centenas e centenas de empresas dos mais elementares direitos de organização dos trabalhadores.

Antidemocrático é o plano de novas leis eleitorais que, por processos técnicos de engenharia eleitoral, visaria assegurar ao PSD a obtenção de maioria de deputados mesmo que com perda vertical de votos em futuras eleições.

Antidemocrático é o controlo, o mando, a governamentalização, partidarização, instrumentalização e manipulação dos grandes meios de Comunicação Social, nomeadamente da televisão, nos quais predomina um anticomunismo simultaneamente primário e refinado, com métodos vergonhosos em que o abuso do poder, a mentira, a falsidade, a calúnia, a deturpação, o silenciamento dos adversários são linhas impostas de orientação.

Antidemocrático é o corte de verbas de 54 milhões de contos às autarquias, não hesitando em violar a Constituição não cumprindo a Lei de Finanças Locais e em impor graves prejuízos às populações.

**Antidemocrática é toda esta acção que no fim de contas, se for bem sucedida, conduzirá a uma completa perversão da democracia política existente e à introdução de facto de um novo regime: não certamente o regime de um partido único autorizado, mas um regime de um único partido no poder, assente num parlamento governamentalizado.**

Em contraste com a política da direita, quais os objectivos, as ideias e as propostas do PCP?

Pela luta contra a política antidemocrática do Governo, pela defesa constante, diária e coerente das liberdades e direitos dos cidadãos, pela sua orientação e a sua acção **o PCP confirma ser o mais firme e coerente lutador pela liberdade e democracia.**

**A política nacional que propomos tem como elemento determinante um regime de liberdade no qual o povo decide efectivamente do seu destino.**

Defendemos e propomos o reconhecimento e a efectiva (e não a formal e deformada) garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos (de imprensa, de informação, de partidos, de reunião, de organização sindical, de greve, de religião, de criação intelectual e artística e outras).

Defendemos e propomos uma comunicação social democrática, plural e responsável, na qual um importante papel caberá a um sector público isento, respeitador da verdade, independente dos Governos e dos partidos.

Defendemos e propomos um Estado democrático, moderno e eficiente, um poder local democrático, uma administração pública descentralizada, serviços essenciais assegurados pelo Estado, uma justiça célere e acessível, Forças Armadas ao serviço da independência nacional e serviços de segurança que garantam os direitos e liberdades dos cidadãos.

Defendemos e propomos a realização de eleições com uma democraticidade real que, com respeito pela representação proporcional, a imparcialidade das entidades públicas, o acesso em condições de igualdade aos meios de comunicação social, assegure a real e consciente manifestação da vontade popular.

Defendemos e propomos que a democracia política seja exercida e assegurada não apenas por representantes eleitos dos cidadãos mas também pela participação directa dos cidadãos no exercício do poder e nas decisões do Estado.

E olhando o futuro afirmamos há muito e continuamos a afirmar que **a democracia política possui um valor intrínseco e é parte integrante e inalienável na futura sociedade socialista que propomos para Portugal. Democracia que, no próprio conteúdo original da palavra, significa poder do povo.**

**Compare-se a orientação e a acção do Governo de direita e a orientação e a acção do PCP e quem quer que respeite a verdade terá de concluir que, em confronto com as concepções e práticas antidemocráticas da direita, o PCP, digno das suas tradições de sempre, se confirma como um grande, coerente e firme partido da liberdade e da democracia.**

## 4

### A luta pelo desenvolvimento económico e o progresso social

Ao longo de 71 anos, o nosso Partido inscreveu sempre entre os seus objectivos o desenvolvimento económico do

## «A integração de Portugal na CEE condiciona sem dúvida um desenvolvimento económico nacional que corresponda inteiramente aos interesses nacionais. É porém viável uma política nacional firmemente assumida e defendida.»

país, como elemento de vital importância de um regime democrático.

Combatemos durante 48 anos de ditadura a política fascista que condenou Portugal a ser o país mais atrasado da Europa.

Salazar explicava o atraso do país pelo que dizia ser a «pobreza natural» do país. A tais justificações o nosso Partido respondia que o atraso resultava, não de uma pobreza natural, mas da incapacidade do salazarismo em aproveitar os recursos naturais e em encaminhar a economia no sentido do progresso técnico, do aumento da produção, do bem-estar das classes laboriosas.

Justamente, o nosso Partido acusava como responsável do atraso e da miséria a política fascista de formação e de entrega aos monopólios associados ao capital estrangeiro e aos latifundiários e ao seu domínio absoluto sobre a economia nacional. No Programa do Partido aprovado no VI Congresso realizado clandestinamente em 1965, sublinhamos que as reservas mineiras, o potencial hidroeléctrico, as aptidões agrícolas e florestais, a pesca, o clima e o turismo constituíam recursos bastantes para, convenientemente aproveitados, assegurarem o desenvolvimento económico e uma vida desafogada ao povo português. Assim inscrevemos o desenvolvimento económico como um dos objectivos fundamentais da revolução antifascista. E apontamos a liquidação do poder dos monopólios, a nacionalização da banca e sectores básicos, o apoio às pequenas e médias empresas, a iniciativa de empresas privadas, a industrialização, a reforma agrária e o desenvolvimento geral da agricultura, o controlo do Estado sobre o comércio externo, a reorganização dos circuitos comerciais e a reforma tributária entre as medidas necessárias ao desenvolvimento.

Com o 25 de Abril, com as grandes reformas da revolução democrática (nacionalizações, reforma agrária e outras) abriram-se possibilidades reais do desenvolvimento económico para bem do país, para bem do povo.

Não é o avanço do processo contra-revolucionário e não são as campanhas de denegrimto das conquistas de Abril - campanhas que se inserem na política de restauração, esbulho dos bens do Estado, de reconstituição dos grupos monopolistas e dos latifúndios, indissolúvelmente ligado à política antioperária e antipopular -, que podem apagar a grande experiência iniciada com a revolução democrática de um desenvolvimento económico nacional respondendo às necessidades do país e às aspirações mais profundas do povo português.

Antes e depois do 25 de Abril, o PCP foi um firme e coerente defensor do desenvolvimento económico apontando a política e as medidas necessárias para que ele fosse alcançado. A luta na situação presente confirma esse objectivo no projecto político e na linha de acção do PCP.

Nós acusamos o Governo do PSD como responsável de uma política inteiramente subordinada ao objectivo estratégico de reconstituir, reestruturar e restaurar os grupos monopolistas e a propriedade latifundiária e o seu domínio sobre a economia nacional entretendo e comprometendo o desenvolvimento do país e o seu futuro.

Acusamos o Governo de liquidar conquistas democráticas consagradas na Constituição como elementos integrantes da organização económica do país.

Acusamos o Governo do PSD do esbulho escandaloso de bens do Estado e do processo mafioso das privatizações para os entregar aos grandes capitalistas, designadamente aos antigos grandes senhores do tempo do fascismo.

Acusamos o Governo de promover a centralização e acumulação de capitais através de OPVs, de leilões, de benesses, de fraudes, de especulação que conduzem a concentração de riqueza mas não asseguram o desenvolvimento real.

Acusamos o Governo da desorganização da indústria, da profunda crise da agricultura sacrificada aos interesses dos países desenvolvidos da CEE, da liquidação e encerramento de empresas necessárias à nossa economia, do abandono de grandes projectos de desenvolvimento (siderurgia, metalurgia do cobre, Alqueva, entre muitos outros), de entrega às transnacionais de alavancas essenciais da nossa economia.

Acusamos o Governo de, a pretexto da chamada «harmonização» da economia aos objectivos da União Económica e Monetária, aumentar a carga fiscal, introduzir o IVA sobre bens e serviços essenciais - produtos alimentares, medicamentos, livros, etc. - e sacrificar e subalternizar o desenvolvimento económico e social, à convergência de políticas comunitárias, isto é, à chamada «convergência nominal».

Acusamos o Governo de agravamento da nossa dependência externa que compromete seriamente o futuro do país, porque, apesar das vultosas injeções de fundos (aliás em grande parte desviados dos seus objectivos) **ao que assistimos não é a uma «política de sucesso» mas a uma política de fracasso nacional.**

A Presidência portuguesa na CEE deveria proporcionar, com inteira legitimidade, como fazem os outros países quando a assumem, a defesa com brio dos interesses portugueses, designadamente no que respeita ao desenvolvimento na nossa agricultura, na nossa indústria, das nossas pescas, invocando para isso os princípios afirmados pela CEE, embora não cumpridos da «coesão económica» e da «coesão social».

O que sucede porém? Sucedem coisas bem diferentes. Sucede a aceitação passiva dos interesses dos países mais desenvolvidos com prejuízo dos interesses de Portugal e do seu desenvolvimento, num aliás precipitado seguidismo em relação não só

à integração económica, mas à integração política e à integração militar.

Em contraste com tal política quais os objectivos, as ideias e as propostas por que luta o PCP?

**A integração de Portugal na CEE condiciona sem dúvida um desenvolvimento económico nacional que corresponda inteiramente aos interesses nacionais. É porém viável uma política nacional firmemente assumida e defendida.**

É inteiramente falsa a acusação de que o nosso Partido defende e propõe soluções autárquicas e isolacionistas. O desenvolvimento económico que propomos é considerado no quadro da internacionalização das actividades produtivas, dos processos de integração, da divisão internacional do trabalho, da cooperação internacional que exige acordos, soluções, decisões e instâncias internacionais. É difícil a sua realização. Será necessário vencer pressões, obstáculos e tentativas de imposições externas. É porém realizável, se assentar numa firme vontade nacional e soberana, afirmada tanto na política interna, como na política externa.

**O desenvolvimento económico do país exige o aproveitamento e gestão dos recursos naturais, a mobilização das potencialidades e a gestão correcta dos recursos naturais e humanos, o aumento da produção de qualidade, o alto nível da produtividade, a reestruturação do aparelho produtivo tendo em vista a participação não subalternizada na divisão internacional do trabalho, a redução substancial dos défices alimentar, energético e tecnológico, a diminuição dos desequilíbrios regionais, a recuperação dos equilíbrios ecológicos, e, como elemento dinamizador e estabilizador essencial ao desenvolvimento, a participação activa e criativa dos trabalhadores.**

A propriedade e o domínio dos grandes meios de produção por grandes grupos capitalistas associados e em posição subalterna às transnacionais, compromete pela sua própria natureza um desenvolvimento económico que corresponda aos interesses do povo e do país.

Nós defendemos e propomos uma estrutura socioeconómica diferente. Defendemos e propomos uma economia mista na qual o Sector Empresarial do Estado dinâmico e modernizado nos sectores básicos e estratégicos da economia (na banca, nos seguros, na indústria, nos transportes e comunicações) seja chamado a impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas e a assegurar a propriedade e critérios nacionais na condução das alavancas fundamentais da economia portuguesa; uma economia mista em que têm importante papel a desempenhar o sector privado em vastos ramos da economia, com empresas de variada dimensão; um vasto sector cooperativo e autogestionário, unidades colectivas de produção/cooperativas e empresas e explorações agrícolas familiares.

Para nós, comunistas, **o desenvolvimento económico, tal como a modernização, não se pode traduzir apenas em termos económicos mas, na democracia que defendemos e propomos, têm necessariamente de traduzir-se também em termos sociais.** Ou seja: **o desenvolvimento económico não deve assentar no agravamento da exploração dos trabalhadores e na acumulação simultânea da riqueza e da pobreza, mas proporcionar o melhoramento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e numa mais justa e equilibrada repartição da riqueza criada. Em democracia, o desenvolvimento económico deve ser inseparável da sua vertente social.**

Essa é, aliás, uma outra diferença fundamental entre o crescimento tal como o apregoa o Governo de direita e o desenvolvimento tal como nós defendemos e propomos.

## 5

### Na vanguarda da defesa da independência nacional

Ao longo dos 71 anos da sua existência e actividade o PCP bateu-se sempre de forma conseqüente em defesa dos interesses nacionais, em defesa da independência e soberania de Portugal. Não se trata (como pretendem alguns) do resultado de qualquer tardia viragem ou uma orientação e uma atitude deste fim de século. Trata-se da atitude de sempre.

Somos um partido enraizado na nação e no povo, e cuja luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, a luta pela liberdade e a democracia, a luta pelo desenvolvimento e o progresso social, estiveram sempre associadas à luta em defesa dos interesses nacionais.

Ao longo da História de Portugal e por todo o mundo são frequentes as situações de crise em que as classes exploradoras dominantes traem o seu próprio país para defesa dos interesses de classe enquanto que o povo, as classes dominadas e ascendentes se expressam em defesa da independência nacional.

São conhecidos esclarecedores exemplos na História de Portugal em capitais momentos de crise: na revolução de 1383-85, na ocupação e domínio de Espanha nos séculos XVI/XVII, no século XIX, no tempo da ditadura fascista já no século XX.

O nosso Partido sempre inscreveu a sua acção na linha de luta do povo português e da nação portuguesa através da história.

No campo da teoria, do programa e da acção, e com referên-



## OS 71 ANOS DE UM PARTIDO JOVEM

cia à nossa luta contemporânea, sublinhamos as razões objectivas para tal posicionamento na cada vez mais íntima identificação dos interesses dos trabalhadores com os interesses nacionais.

O sentimento e a assunção da nossa responsabilidade nacional inspirou ao longo dos anos as nossas posições e orientações.

No tempo do fascismo, qual era a situação?

Portugal era um país dependente, colonizador em África e colonizado na Europa. As principais riquezas e sectores fundamentais da economia encontravam-se nas mãos dos imperialistas estrangeiros. Pela sua inteira associação com os grupos capitalistas estrangeiros, os grupos monopolistas portugueses eram instrumentos de dominação imperialista sobre Portugal. A política do Governo fascista era a política da entrega do país ao imperialismo, com sacrifício da independência económica e política de Portugal.

No Programa do Partido aprovado em 1965, inscreveu-se como um dos 8 objectivos fundamentais da revolução antifascista «a libertação de Portugal do domínio imperialista», especificando-se medidas fundamentais (de carácter económico e político) para que tal objectivo fosse alcançado.

A revolução de Abril foi uma histórica afirmação de vontade popular e de independência nacional. E o nosso Partido lutou não só por profundas reformas libertadoras, como contra pressões e ingerências estrangeiras visando abafar a nossa jovem democracia.

E actualmente? Quem defende os interesses nacionais e quem os submete a interesses estrangeiros?

Actualmente pode igualmente afirmar-se que enquanto o Governo com a sua política de restauração do capitalismo monopolista sacrifica interesses portugueses a interesses estrangeiros o PCP assume com convicção e coerência como nenhum outro partido a defesa dos interesses nacionais.

É certo que houve e está a haver no mundo profundas alterações que colocam factores novos na independência e soberania das nações.

A internacionalização dos processos de produção, os sistemas de integração, a divisão internacional do trabalho, as instâncias internacionais de cooperação, e, no concreto, o facto ser Portugal membro da CEE, colocam problemas novos e limitações no âmbito das decisões nacionais.

Seria absurdo exigir deste ou de outro qualquer Governo uma política fora de tal enquadramento. Mas é de exigir - e nós como portugueses exigimos do Governo - que num tal enquadramento saiba defender com coragem os interesses de Portugal, os direitos inalienáveis da nossa independência e soberania.

Não é, porém, isso que actualmente sucede.

Com inteira razão acusamos o Governo de não acautelar os interesses portugueses, de não defender com a convicção e o brio necessários no mundo de hoje a independência e a soberania nacionais.

Com inteira razão acusamos o Governo do PSD de uma posição de seguidismo e apoio a decisões e propostas dos países mais desenvolvidos da CEE - no plano económico, político e militar - aparecendo agora a assumir apoio a planos de integração nestas áreas visando a criação de instâncias com uma marca de supranacionalidade, que atinge gravemente os interesses nacionais

E o nosso Partido?

Em contraste com a política da direita, que política nacional propõe?

Na linha da sua tradição de sempre, o PCP, na situação actual, confirma pela sua orientação e acção ser o mais firme e coerente lutador na defesa dos interesses nacionais, da integridade territorial, da independência e soberania de Portugal.

No quadro do desenvolvimento da internacionalização dos processos económicos no quadro particularmente condicionante que é a integração na CEE, consideramos vital a cooperação económica, científica, tecnológica, cultural, política e diplomática. Mas, tal situação torna ainda mais premente uma política portuguesa orientada por firmes critérios nacionais, a exigência de garantia das relações de igualdade e de respeito pelos interesses recíprocos, a defesa constante de que em decisões internacionais (nomeadamente da CEE) sejam acautelados os interesses portugueses.

Assim defendemos e propomos a firme invocação dos princípios da CEE, constantemente proclamados mas longe de serem aplicados, da «coesão económica e social», da igualdade das condições de vida dos trabalhadores.

Defendemos e propomos o respeito pelo carácter específico da economia portuguesa e nomeadamente da agricultura profundamente afectada pela capitulação do Governo.

Defendemos e propomos a aplicação dos fundos da CEE para o efectivo desenvolvimento do País, pondo termo a essa colossal roubalheira de milhões e milhões de contos através do desvio dos fundos dos seus objectivos próprios para o bolso de clientelas favorecidas pelo poder.

Defendemos e propomos que na CEE, em vez de uma atitude seguidista e capitulacionista, o Governo português, invocando quando necessário o direito de veto, assumia a defesa dos interesses portugueses em ligação estreita com a vontade do povo português explicitamente expressa.

Defendemos e propomos a oposição a decisões supranacionais na CEE que no processo de integração económica, política e militar, signifiquem sérias limitações à independên-

**«É para aqueles que teorizam para negar a realidade do capitalismo, nós podemos dizer: guardai para vós tais teorias, porque nós temos aqui, no nosso país, na política do Governo e na realidade nacional, temos aqui à nossa vista um exemplo rico do que é o capitalismo e podemos ver dia a dia o que é um sistema incapaz de resolver os problemas vitais do nosso povo. Não, não é o capitalismo mas o socialismo (o socialismo definido tendo em conta as grandes experiências positivas e negativas do nosso século) que poderá resolver os grandes problemas da humanidade.»**

cia e soberania nacionais com gravíssimas consequências futuras mais dificilmente reversíveis.

E muito objectivamente advertimos que a supranacionalidade (sobretudo utilizada em benefício dos mais fortes e em prejuízo dos mais fracos) - e esta observação é válida no sistema capitalista e o exemplo da URSS mostra ser igualmente válida em sistemas socialistas - é caldo de cultura de exacerbadas reacções e de eventuais explosões nacionalistas.

Defendemos e propomos uma política externa diversificada, de paz e cooperação com todos os povos, uma política autónoma portuguesa que, sem comprometer obrigações internacionais existentes, contrarie o afunilamento crescente com a CEE e os Estados Unidos.

Defendemos e propomos uma política nacional de defesa que garanta a independência das Forças Armadas Portuguesas de qualquer controlo ou ingerência externa e que assegure o seu carácter eminentemente defensivo e a prioridade da defesa do território nacional e por isso defendemos e propomos que, designadamente na reestruturação em curso, sejam observados estes critérios, que não sejam agravados antes progressivamente diminuídos os compromissos externos no quadro de uma estratégia imperialista de integração (NATO, UEO) que o desaparecimento da URSS torna obsoleta e que a renegociação dos acordos político-militares se subordine estritamente à defesa do interesse e da soberania nacionais.

A defesa pelo nosso Partido da independência e soberania nacionais comporta em si uma ideia básica, ideia de hoje e ideia de sempre: **é que cabe ao povo português, como a todos os povos do mundo, decidir do seu próprio regime económico, social e político, da sua própria política interna e externa, do seu futuro, do seu destino.**

É curioso observar que muitos daqueles que em anos passados nos acusaram de ser um partido sem raízes nacionais, até mesmo (como diziam) um partido estrangeiro, nos acusam agora de ser um partido «nacionalista».

«Nacionalista», no seu significado presente traduz estreiteza nacional, afirmação de direitos próprios sem respeito por direitos dos outros. A história está cheia de exemplos de governos que se afirmam nacionalistas e que entretanto sacrificam interesses nacionais a interesses estrangeiros. Tal foi o caso dos governos de Salazar que proclamavam «tudo contra a nação, nada contra a nação», que impunham a fórmula geral «a bem da nação», que papagueavam um «patriotismo» balofo, chauvinista e racista, e que entretanto com critérios de classe praticavam uma política de sacrifício efectivo de interesses nacionais a troco do auxílio externo para se manterem no poder.

Nós, comunistas, somos patriotas, não somos nacionalistas. E patriotas, não de fachada como são alguns, mas de raiz e de sempre. Somos portugueses, e a nossa luta é com o nosso povo e com a nossa pátria. Esta também não é linguagem nova. É uma posição assumida ao longo dos longos anos da nossa história.

Mas sublinhamos que não pode ser animado por são sentimentos patrióticos quem não seja internacionalista. E não pode compreender, respeitar e amar outros povos, quem não compreenda, não respeite e não ame o próprio povo. Justifica-se assim que digamos que **não há mais genuínos e convictos patriotas que nós, comunistas, nós, internacionalistas. E não há mais genuínos e convictos internacionalistas que nós, os patriotas comunistas.**

O PCP não só respeita os interesses e direitos dos outros povos e nações como é para com eles inteiramente solidário.

Solidário para com os comunistas, as forças revolucionárias, as forças progressistas. Solidário para com todos os que se opõem ao imperialismo, para todos os que lutam pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional e a paz. Solidário para com os povos que insistem em construir o socialismo. Solidário para com aqueles que são vítimas ou objecto da política exploradora e agressiva do imperialismo. Solidário no momento presente (sem que esqueçamos ninguém) para com Cuba, terra livre na América. Solidário para com o povo palestino e o seu direito inalienável a um Estado independente. Solidário para com o povo sul-africano em luta contra o odioso regime do «apartheid». Solidário para com o povo de Timor-Leste cuja luta heróica pela autodeterminação e a independência, apoiada pela juventude com sentimentos tão profundos, está a ser comprometida por aqueles que seguindo uma linha já antiga querem reduzir o problema a uma negociação que, apunhalando direitos vitais do povo maubere, conduza ao reconhecimento da ocupação militar e da anexação de Timor-Leste pela Indonésia, sob o disfarce de uma suposta autonomia.

Pela sua parte, o PCP continuará na sua firme atitude de solidariedade internacionalista de que ninguém conseguirá desviá-lo.

## 6

## A sociedade nova por que lutamos

É na continuidade da luta ao longo dos 71 anos, é portador dos grandes valores e objectivos que inspiraram sempre o seu pensamento e a sua acção enriquecidos com a experiência, é mantendo características essenciais com simultânea resposta às mudanças, é na linha da luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores, pela liberdade e a democracia, pelo desenvolvimento económico e social, pela independência e soberania do país, que o PCP aponta como seu «objectivo supremo» («objectivo supremo» não é expressão de agora mas expressão há muitos anos inscrita nos Estatutos) a construção de uma sociedade socialista em Portugal.

As campanhas anticomunistas procuram estabelecer uma contradição entre os objectivos imediatos da luta do PCP e o seu projecto de uma sociedade socialista. Aditem, por exemplo, que, na luta contra a ditadura, os comunistas lutaram pela liberdade, mas logo afirmam que, se os comunistas alcançassem o poder, logo a liquidariam. A verdade, patente nos princípios programáticos, no amor pela verdade, na consciência e frontalidade das posições e na prática política ao longo de 71 anos, é que o PCP cumpre o que promete, actua em coerência com o que afirma e os objectivos que sempre inspiraram a sua luta incorporam-se como elementos inseparáveis no projecto de uma sociedade socialista para Portugal.

No Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI aprovado no XII Congresso realizado em 1988, claramente se proclama que **a sociedade socialista que, como objectivo e perspectiva, o PCP propõe ao povo português insere e desenvolve os elementos fundamentais - económicos, sociais, políticos e culturais - da democracia avançada.**

Há quem fundamente as suas acusações contra o projecto de sociedade socialista do PCP no facto de o PCP ter mantido sempre estreitas relações de amizade e solidariedade com o Partido Comunista da União Soviética e com outros partidos comunistas no poder na Europa de leste, com os quais (segundo aqueles que nos acusam) se identificaria o projecto de sociedade socialista proposto pelo PCP.

Uma explicação é necessária e oportuna.

Tem-se dito com inteira verdade que o PCP é criação da classe operária e dos trabalhadores portugueses, que se formou como resultado da consciência política do movimento operário português, superando a predominante influência anarco-sindicalista e o reformismo socialista, aliás, então pouco influente.

Mas tem-se também dito com inteira verdade que a vitória da Revolução russa de Outubro de 1917, as repercussões desses «10 dias que abalaram o mundo», a instauração do poder dos trabalhadores através de um novo e superior tipo de democracia - os soviets - a liquidação declarada da exploração do homem pelo homem e das grandes desigualdades e injustiças sociais, o empreendimento da construção da nova sociedade, exerceram um papel consciencializador, propulsor e dinamizador na tomada de consciência dos trabalhadores portugueses assim como na dos trabalhadores de todo o mundo. **A construção do socialismo foi desde a fundação do PCP um objectivo último fundamental, característico e identificador.**

Era não só natural mas inevitável que essa primeira grande e exaltante experiência histórica da construção de uma sociedade sem explorados e exploradores, a construção do socialismo na URSS, as grandes transformações revolucionárias, as fulgurantes conquistas no domínio económico, social, político, cultural e nacional (que muitos procuram hoje desmentir, mas que constituem no seu tempo realizações de significado histórico universal) tivessem constituído uma experiência e exemplo para a definição pelo nosso Partido do projecto de sociedade socialista para Portugal.

Mas na medida em que o Partido ganhou experiência, desenvolveu as suas análises próprias e começou a conceber o seu projecto em função da realidade portuguesa e dos objectivos concretos da sua própria luta, foi introduzindo no seu Programa de socialismo para Portugal novos elementos e características que se tornaram essenciais.

É certo que embora desconhecendo muitos aspectos negativos da evolução não tomámos uma posição abertamente crítica e condenatória em relação a desenvolvimentos e situações negativas na URSS e outros países socialistas, cuja gravidade e profundidade entretanto desconhecíamos - nós e também muitos outros que agora aparecem como se tudo já então soubessem e criticassem, quando na altura louvavam e elogia-



vam. É certo que não fizemos a tempo essa análise crítica suficientemente rigorosa e pública. Mas distanciamos o nosso projecto de muitos aspectos centrais do «modelo» que aí se foi instaurando, nomeadamente em relação às liberdades, às estruturas socioeconómicas, ao patriotismo e internacionalismo, à democracia na sociedade, no Estado e no Partido.

Quando o XIII Congresso (extraordinário) do Partido, realizado em 1990, apontou como causas da derrocada dos regimes da Europa de leste, o afastamento de ideais essenciais dos comunistas - o poder dos trabalhadores e do povo e a sua intervenção empenhada e criativa em toda a vida nacional, a democracia mil vezes mais profunda e rica (como anunciava Lénine) do que a mais democrática de qualquer democracia burguesa, estruturas socioeconómicas que promovessem o desenvolvimento impetuoso das forças produtivas e o melhoramento radical das condições de vida, e todo este processo conduzido por um partido indissoluvelmente ligado às massas no seu pensamento e acção - ao apontar essas causas estávamos ao mesmo tempo a reafirmar características essenciais do ideal comunista tal como nós, os comunistas portugueses, o entendemos no nosso pensamento e o traduzimos na nossa luta de todos os dias.

Já no Programa aprovado no VI Congresso realizado clandestinamente em 1965 (portanto, 9 anos antes do 25 de Abril) alguns desses traços fundamentais eram explicitados. Agora, no nosso Programa aprovado no XII Congresso realizado em 1988, ao propormos «uma democracia avançada no limiar do século XXI» sublinhamos que a realização de um tal projecto criará condições propícias a um desenvolvimento da sociedade portuguesa conduzindo ao socialismo que incorpora e desenvolve elementos fundamentais - económicos, sociais, políticos e culturais - da democracia avançada.

**Sublinha-se, no que respeita às estruturas socioeconómicas numa sociedade socialista a propriedade social sobre os principais meios de produção, uma direcção planificada da economia acompanhada de medidas descentralizadoras e da iniciativa das unidades de produção e dos trabalhadores, a consideração do papel do mercado, a realização completa de uma reforma agrária com inteiro respeito da vontade dos trabalhadores e agricultores, o desenvolvimento harmonioso dos recursos e sectores da economia nacional.**

**Sublinha-se novamente, entre as características da sociedade socialista em Portugal que o PCP propõe ao povo português, um sistema político tendo como traços fundamentais o poder dos trabalhadores, a democratização de toda a vida nacional: a garantia do exercício das liberdades democráticas, a protecção dos direitos dos cidadãos, o respeito por opiniões, interesses sociais e aspirações diferenciadas, a realização de eleições com a observância estrita da legalidade, a intervenção e participação das massas trabalhadoras na direcção política e económica do país através dos órgãos de soberania, do poder local e das organizações de classe, sindicais, políticas e outras.**

**Sublinha-se no plano social o efectivo direito ao trabalho, a elevação constante do bem-estar material e cultural do povo, o desenvolvimento dos serviços sociais, a erradicação dos grandes flagelos sociais como a fome, o analfabetismo, a miséria, a prostituição, a droga, o alcoolismo e a criminalidade.**

**Sublinha-se no plano cultural a transformação da cultura em património, instrumento e actividade de todo o povo, o progresso da ciência, a expansão da criatividade e da criação artística.**

**Sublinha-se no plano ético a formação da consciência social e individual de harmonia com os ideais de liberdade, dos deveres cívicos, da solidariedade, do respeito pela pessoa humana e pela natureza.**

Desenvolvendo tais traços fundamentais, a sociedade socialista representará passos qualitativamente novos: a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, a intervenção permanente e criadora das massas populares em todos os aspectos da vida do país, o desaparecimento das grandes injustiças sociais, a concretização da igualdade de direitos do homem e da mulher, e a inserção da juventude na vida do país, como força social dinâmica e criativa.

Eno horizonte mais distante o comunismo: sonho milenário e objectivo supremo de liberdade, igualdade, abundância, cultura e felicidade do ser humano.

Aqueles que anunciam a «morte do comunismo» e o apagamento definitivo na história do projecto de construção da sociedade nova são os mesmos que, com uma ou outra linguagem, ressuscitando, modernizando e teorizando velharias ideológicas, anunciam a democratização do capitalismo e vêem numa suposta intervenção democrática tanto dos trabalhadores como de «empresários», «numa nova relação dos trabalhadores com as empresas», num suposto novo capitalismo que deixe de ser «selvagem», a solução dos grandes problemas da humanidade. Alguns riscam mesmo do dicionário as palavras capitalismo e imperialismo.

Conseguem porém tais teorizações sobrepor-se às realidades? Chamem o que chamem ao capitalismo e ao imperialismo, este mantém hoje, e até de forma agravada, a sua natureza exploradora e agressiva. O mundo capitalista não é aquele novo paraíso que alguns apontam. O mundo capitalista está pleno de contradições, debate-se em crises profundas, de carácter económico, social, político, cultural e ético. Nos países mais desenvolvidos aprofundam-se as grandes chagas sociais (desemprego, miséria, discriminações, injustiças, marginalização, prostituição) e a concentração crescente de riqueza nos países capitalistas desenvolvidos contrasta com o cada vez maior atraso relativo do resto do mundo, com imensas zonas do globo nas quais milhões e milhões de seres humanos se debatem com a fome, a miséria mais profunda, a doença e a morte.

**«Se os ventos levaram da nossa grande árvore partidária algumas folhas secas, as raízes no povo permanecem sólidas e profundas, rebentam ramos novos, florescem novas energias e os acontecimentos estão mostrando que o Partido resiste, tem vida, tem capacidade de intervenção e de luta, tem confiança e muito justamente está voltado para o futuro.»**

E para aqueles que teorizam para negar a realidade do capitalismo, nós podemos dizer: guardai para vós tais teorias, porque nós temos aqui, no nosso próprio país, na política do Governo e na realidade nacional, temos aqui à nossa vista um exemplo rico do que é o capitalismo e podemos ver dia a dia que é um sistema incapaz de resolver os problemas vitais do nosso povo. Não, não é o capitalismo mas o socialismo (o socialismo definido tendo em conta as grandes experiências positivas e negativas do nosso século) que poderá resolver os grandes problemas da humanidade.

Há também para aí quem diga que, mesmo que o povo português optasse pelo socialismo, o mundo actual não o permitiria. E assim, procuram instilar no povo a ideia de que não será possível, porque o mundo não deixa, que amanhã aprove, opte por, e realize o projecto de sociedade socialista que o PCP propõe.

Temos confiança na vontade soberana dos povos. Temos confiança em que, por muitas voltas que o mundo dê, caberá aos povos a decisão final do seu destino. Temos confiança em que no quadro da independência nacional o dia virá em que o povo português compreenderá que o seu bem e o seu futuro é a sociedade socialista que o PCP propõe, optará por ela, e acabará por realizá-la.

## 7

### O partido está de pé para viver e para lutar

Recordando o passado de quase meio século de luta nas condições do fascismo, é oportuno recordar que se colocou numerosas vezes aos comunistas a opção entre a capitulação e a morte. E se tantos camaradas nossos foram assassinados, se tantos sucumbiram às selváticas torturas da PIDE, se tantos morreram nas prisões, se tantos apenas sobreviveram porque resistiram com êxito até ao extremo da resistência humana, se tantos sujeitos aos tribunais fascistas se assumiram como acusadores defrontando longas condenações, é porque para os comunistas capitular, renegar e trair não é opção possível, e em momentos cruciais da história souberam assumir (segundo uma célebre declaração) que para um comunista mais vale morrer de pé que viver de joelhos.

Entretanto, se, no plano individual, tantos ficaram pelo caminho, se tantos deram a vida, se tantos arrostaram a morte não foi por pensarem que o Partido os acompanharia na morte mas, porque confiaram na razão de ser da sua luta - para que o Partido continuasse a viver e a batalhar, voltado para o futuro.

Ao lembrar essas provas do passado, temos consciência de que esse sacrifício não foi em vão. E de que esses milhares de comunistas convictos assim como outros que com igual espírito lutaram mas sobreviveram, deram uma contribuição determinante para que o PCP resistisse, se tornasse um grande partido nacional, e que, ao contrário do que esperavam os seus algozes, ganhasse profundas raízes no povo, se tornasse uma grande força e um dos grandes obreiros da revolução de Abril, elemento integrante do regime democrático, e se pudesse, se possa hoje e tenha confiança em que poderá continuar amanhã a afirmar-se e a ser um partido necessário, indispensável e insubstituível para o povo, para o país, para a democracia.

Conquistámos a liberdade e vivemos em democracia. Em termos constitucionais e legais, embora sistematicamente desrespeitados pelo Governo, é reconhecido ao nosso Partido pleno direito à sua actividade. A situação não exige aos militantes as duras provas que exigiram outros tempos. Mas o ar da liberdade que respiramos é diariamente poluído.

Com as crescentes discriminações de que os comunistas são objecto na sociedade, com a campanha de calúnias e intimidação de que são objecto a par da promoção de quem desiste e abandona, com as derrotas do socialismo no mundo, pode dizer-se que também actualmente ser comunista é um acto de coragem (coragem política, cívica e moral). Por isso é justo aqui saudar com particular apreço aquelas muitas centenas de novos camaradas, mulheres, homens, jovens, que entenderam ser precisamente este o momento para a sua opção comunista e nestes últimos tempos se filiaram no Partido.

E se na situação actual, tomando os desejos por realidade, insistem alguns em que a convicção do nosso Partido em afirmar-se um partido comunista significaria, num momento histórico em que alguns proclamam a morte do comunismo, a determinação e o caminho para dentro de breve prazo morrer de pé, nós respondemos, com serenidade e firmeza, que, se nós, os comunistas, nos mantemos de pé no meio dos vendavais que assolam o mundo, se o Partido com o seu património do passado, firme, convicto, está de pé é para viver, para lutar, para prosseguir a luta digna do caminho marcado ao longo de 71 anos por gerações e gerações de comunistas.

É ajustada a imagem de que contra os comunistas, contra os trabalhadores, contra os povos, sopram no mundo grandes e terríveis vendavais. Se os ventos (desculpem alguns a repeti-

ção) levaram da nossa grande árvore partidária algumas folhas secas, as raízes no povo permanecem sólidas e profundas, rebentam ramos novos, florescem novas energias e os acontecimentos estão mostrando que o Partido resiste, tem vida, tem capacidade de intervenção e de luta, tem confiança e muito justamente está voltado para o futuro.

Isso sucede porque o PCP continua tendo como fonte inesgotável das suas energias o povo trabalhador do qual é emanção e ao qual está indissoluvelmente ligado.

Isso sucede porque o PCP, caldeado no áspero caminho de 71 anos de existência, é um partido com a força adquirida da sua independência, não é um partido que capitule, que ceda a pressões, a ameaças, a intimidações ou à mais vil das armas: a mentira, as acusações injustas, a intriga e a calúnia.

Isso sucede porque o PCP é um partido convicto dos seus ideais e da justiça da causa que originou a sua criação e que o inspirou na sua longa caminhada.

Isso sucede porque o PCP não tem do marxismo-leninismo uma concepção dogmática, noções imobilistas e cristalizadas, antes considera que a teoria se enriquece com novos conhecimentos e com a vida, que os conceitos não são eternos, e que o mundo em mudança exige novas respostas não apenas na acção mas também na teoria.

Isso sucede porque o PCP assenta a sua vitalidade, militância, capacidade de intervenção na sua realidade interna como um grande e fraternal colectivo em que os militantes intervêm com plena liberdade com a sua opinião individual ou colectiva e que determinando colectivamente o rumo a seguir, asseguram a unidade e uma orientação comum a todas as organizações e militantes.

Isso sucede porque se, fazendo a história do Partido, não esperamos que os outros o digam para afirmarmos que houve faltas, houve erros, houve ideias, momentos e decisões que hoje se consideram de forma diferente, afirmamos também, com responsável consciência e inteira tranquilidade que, na sua luta ao longo de 71 anos, o PCP nada tem que o possa envergonhar aos olhos do povo, possui sólidas razões para se orgulhar da sua história e apresenta com verdade e convicção aquilo que foi, aquilo que é e aquilo que quer ser: um partido comunista digno deste nome.

\*

Ainda algumas palavras para terminar este longo, talvez demasiado longo, discurso.

Aqueles que desejariam que a vida confirmasse o seu desejo de declínio irreversível do PCP, estranham certamente que estejamos celebrando o 71º aniversário neste ambiente simultaneamente grave e responsável como a situação exige e entusiástico e festivo como as nossas convicções, a nossa acção presente e a nossa confiança no futuro justificam.

Pelo 71º aniversário o Partido está recebendo numerosas saudações. Não se estranhará que recebendo tantas saudações aqui expressemos também algumas:

- aos trabalhadores e a todos os portugueses e portuguesas actualmente em luta, assegurando-lhes o apoio e a solidariedade de sempre do Partido Comunista Português;

- à juventude, com referência justa à JCP, pela demonstração que está dando de consciência dos seus direitos, de combatividade e de vontade própria;

- às mulheres, cuja actividade marca profundamente toda a história do Partido, participantes em todas as frentes de luta, felicitando-as pela sua grande jornada internacional que dentro de dois dias, no 8 de Março, terá lugar;

- aos intelectuais, pela sua intervenção como irmãos de combate e pelo que contribuem com o seu saber, a sua arte, a sua criatividade;

- aos agricultores, que nem na cidade devem ser esquecidos e cujos justos interesses e justas reclamações têm ao seu lado o nosso Partido;

- às pessoas idosas, nomeadamente os reformados, a quem tudo prometem e tão pouco resolvem;

- aos deficientes, que não esquecemos e para os quais reclamamos a efectivação do direito de integração na sociedade;

- às crianças, com a certeza de que tudo faremos para que seja assegurado o seu futuro de paz e felicidade e amor;

- aos democratas portugueses, que intervêm na defesa da democracia e por uma real alternativa à política de direita;

- e ainda, aos comunistas, aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo, a todos os que não descreem do futuro progressista da humanidade, com a certeza da solidariedade internacionalista do Partido Comunista Português.

Gerações atrás de gerações, o PCP já viveu 71 anos de luta. Muitos mais viverá respondendo criativamente às novas situações, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre verdadeiro, convicto, dedicado, prosseguindo a luta pelos seus ideais que são a razão de ser da sua existência e o fundamental motivo da sua confiança no futuro.

Viva o Partido Comunista Português!



## PCP e UDP DEBATEM PROBLEMAS DO SEIXAL

Estruturas dirigentes do concelho do Seixal do PCP e da UDP estiveram reunidas no passado dia 26 de Fevereiro para debater algumas das situações mais prementes da região. Durante a troca de opiniões, foi unânime a identificação do enorme e progressivo crescimento demográfico como causa do grave problema dos transportes, cuja ineficácia, face ao tão elevado número de utentes, torna dramático e desgastante o quotidiano de largos milhares de habitantes do concelho. No encontro foi ainda criticada a política de ensino do Governo, que se tem traduzido em «cortes no apoio social escolar, na falta de pessoal auxiliar de acção educativa, no não funcionamento dos refeitórios, na falta de pavilhões desportivos, na degradação de instalações, etc.». O PCP e a UDP condenaram os cortes financeiros no Orçamento do Estado nas verbas para as autarquias, fruto da não aplicação da lei das finanças locais. As duas estruturas foram igualmente unânimes em repudiar os fenómenos de racismo e xenofobia que surgem no concelho e saudaram calorosamente a luta dos estudantes contra a PGA e o aumento das propinas, bem como o movimento de protesto dos autarcas contra o estrangulamento financeiro que o PSD pretende aplicar aos municípios portugueses.

### COMUNISTAS CUMPREM

16 propostas no valor de mais de 1,3 milhões de contos que previam importantes investimentos para o distrito de Évora foram apresentadas pelo PCP durante o debate na especialidade do OE, honrando deste modo os compromissos que assumira durante a campanha eleitoral. Contudo, como refere um comunicado da DOREV, o mesmo não aconteceu com as restantes forças políticas do distrito com representação parlamentar. O PSD votou contra as propostas necessárias ao desenvolvimento da região e o PS absteve-se, tendo mesmo este último proposto um corte de 250 mil contos inscritos na proposta do OE do Governo, para a reparação da Estrada Marconi/Montemor-o-Novo. Para o PCP «é significativo que o PS prefira prejudicar o distrito em vez de, por exemplo, propor que o Governo inscreva no OE mais 43 milhões de contos de receita que arrecadará do IVA, ou que reduza os múltiplos e exagerados benefícios fiscais sobre os lucros de empresas que, na prática, somam mais de 100 milhões de contos».

### DESENVOLVIMENTO PREJUDICADO

Promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população do distrito de Vila Real era o objectivo fundamental das propostas de alteração do PIDDAC regional, apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP na discussão do Orçamento do Estado. Contudo, os comunistas esbarrraram com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS e com a abstenção do parlamentaristas socialistas. Num texto divulgado pela DOVIR, afirma-se que são as gentes do distrito que saem prejudicadas e que «o PCP está ciente que, mesmo não tendo sido aprovadas estas propostas, elas valem pela sua justiça, como ficou provado no ano passado em que, mais tarde e à pressa, o Governo teve de nos dar razão e finalmente encontrar verbas para

obras no Centro de Saúde de Valpaços».

ADORVIR do PCP lamenta que desta forma o distrito tenha sido prejudicado em mais de 390 mil contos, que deveriam ser aplicados em obras de interesse público, e considera que a população de Vila Real necessita de uma voz activa na AR para servir os seus interesses e cumprir as promessas eleitorais.

### MONTE-MOR-O-VELHO

Reunido na passada semana, o Executivo da Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho analisou a situação política e social e marcou as próximas iniciativas partidárias a realizar no concelho. Na nota distribuída é dado particular destaque à luta dos estudantes contra a PGA e ao forte protesto das autarquias locais face aos escandalosos cortes no FEF. Aquele organismo do PCP sublinha ainda a aprovação pela Assembleia Municipal, sob proposta da CDU, da homenagem nacional a realizar ao «insigne cidadão Alves Barbosa, figura de vulto do ciclismo e do desporto».

De referir, por último, que o Executivo da CC de Montemor-o-Velho anunciou para 29 de Março uma festaconvívio dedicada ao 71º aniversário do PCP.

### 2ª ASSEMBLEIA DE MORA

A Comissão Concelhia de Mora do PCP marcou para o próximo dia 28 de Março a sua 2ª Assembleia de Organização, que tem como objectivos fazer o balanço da actividade, analisar a evolução económica e social e eleger a futura Comissão Concelhia. Na fase preparatória realizou-se um conjunto de reuniões e plenários para o que se apela à participação de todos os militantes. Entretanto, a Comissão Concelhia deliberou que todos os membros do Partido são delegados à Assembleia desde que sejam possuidores do cartão de 1992/93. Nesse sentido serão feitos todos os esforços para contactar os militantes nesta fase preparatória dos trabalhos.

# Tomar pode tornar-se num novo Vale do Ave

Uma grave crise atinge as indústrias tradicionais do concelho de Tomar

«Seria bom que todas as entidades interessadas, desde o Governo às associações patronais e sindicais, unissem esforços para evitar que, a curto prazo, o concelho de Tomar se transforme num novo Vale do Ave», disse Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP e deputado pelo distrito de Santarém, numa conferência de imprensa realizada sexta-feira passada, após uma reunião com sindicalistas naquela cidade.

No encontro com os sindicalistas, o deputado comunista foi posto ao corrente da grave situação vivida no concelho, com particular incidência nos sectores da transformação, pasta de papel e das madeiras.

Agostinho Lopes, que na Assembleia da República vai

ser rendido por Luís Peixoto, em terceiro lugar na lista da CDU no distrito de Santarém, disse que o grupo parlamentar comunista entregou recentemente um requerimento na AR, onde eram colocadas questões sobre «a grave situação económica dos sectores produtivos do concelho de Tomar».

«A crise instalou-se e o pouco que se tem feito é à custa do despedimento de trabalhadores», disse o dirigente comunista citando o caso de 70 trabalhadores despedidos na fábrica de papel da Matrena, desde Janeiro, e os 300 que, nos últimos 12 meses, abandonaram a IFM, empresa do grupo Mendes Godinho.

Agostinho Lopes é da opinião que «sem o apoio estatal,

nomeadamente a nível do investimento, dificilmente a actual crise será ultrapassada».

Ao referir-se aos apoios dados ao investimento no Vale do Ave e na península de Setúbal, por exemplo, salientou que a política de incentivos do Governo devia ter em atenção as regiões do interior do País. «As verbas do PEDIP não têm contribuído para fazer diminuir as assimetrias regionais», acrescentou Agostinho Lopes.

Entre as empresas mais afectadas pela crise citou ainda as fábricas de papel Matrena e a de Porto Cavaleiros, a Fiação de Tomar e várias empresas do grupo Mendes Godinho, em especial a IFM, empresa produtora de platex. Relativamente à Matrena,

disse Agostinho Lopes, «a situação é tanto mais absurda» quanto a papelaria tem um «boa carteira de clientes». Paralisada desde Dezembro de 1991, a empresa já negociou com vários credores, mas mantém-se o impasse nas conversações com a EDP. A empresa pública exige um seguro de caução de 150 mil contos, que corresponde ao total da dívida, para retomar o fornecimento de energia à Matrena, mas a administração desta contrapõe uma garantia de 116 mil contos.

Na reunião com Agostinho Lopes, estiveram delegados sindicais das empresas citadas e representantes da União de Sindicatos de Santarém e dos Sindicatos dos Têxteis, Papel, Metalúrgicos e da Construção de Madeiras.

## Comunistas reúnem 4.ª Assembleia de Castelo Branco

Sob o lema «Um Partido necessário para o nosso tempo», realizou-se sábado passado a 4ª Assembleia da Organização Concelhia de Castelo Branco, que contou com a presença de António Gervásio, da CEN, e de Bláncqui Teixeira, do Secretariado do CC do PCP.

A assembleia decorreu no âmbito das comemorações do 71º aniversário do Partido e aprovou por unanimidade uma moção relativa à data, onde se afirma que «o PCP está firme e de pé para a luta que continua». Os presentes votaram também o documento-base que faz um breve balanço da actividade desenvolvida nos últimos cinco anos, desde a 3ª Assembleia. Este período de tempo foi considerado exagerado, pelo que se decidiu fixar em três anos o período máximo entre assembleias de organização.

O texto aprovado valoriza sobretudo a actividade do Partido nos últimos meses, que demonstrou ser «a força política no concelho com o maior conjunto de iniciativas realizadas desde o início de 1992».

Durante os trabalhos, foi igualmente salientada a melhor articulação da concelhia com o grupo parlamentar comunista, que permitiu a elaboração de requerimentos na Assembleia da República sobre os elevados preços das cantinas do Instituto Politécnico, a supressão de carreiras em diversas freguesias após a privatização da RN e sobre a degradação dos serviços do Hospital Distrital de Castelo Branco.

A situação nas empresas e luta de massas foi ainda tema

de debate, salientando-se o protesto dos estudantes do politécnico contra o preço as refeições nas cantinas, as acções estudantis no secundário contra a PGA, a greve de 18 de Fevereiro da Administração Pública contra os 8 por cento, que paralisou totalmente a CM de Castelo Branco, as duas greves do sector do vestuário, por melhores salários e pela redução do horário de trabalho, etc.

Relativamente à organização foi aprovada por unanimidade uma resolução que aponta, nomeadamente, para o lançamento de uma campanha de contactos individuais com militantes desligados, por forma a actualizar o ficheiro até à realização do Congresso. A dinamização do trabalho das comissões para as questões sindicais e

para o poder local e desenvolvimento, bem como a criação de um outro grupo dedicado à problemática da educação e ensino são igualmente prioridades para a actividade dos próximos meses. A assembleia decidiu ainda dar maior atenção às células de empresa, formar organismos para sectores profissionais, como a função pública, comércio e escritórios e criar uma coordenadora das freguesias consideradas prioritárias.

No final a 4ª Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por 14 camaradas. Os comunistas presentes corresponderam positivamente ao apelo de solidariedade com Cuba, lançado pela associação de amizade com este país, reunindo mais de 30 contos para o envio de leite em pó.

Na área das autarquias, a assembleia analisou a questão das próximas eleições, decidindo criar uma comissão permanente da CDU e promover um Encontro da Coligação para o último trimestre deste ano. A gestão PSD do município foi fortemente criticada por compadrio, prepotência e anarquia nos serviços. Os presentes concordaram na necessidade de imprimir uma forte dinâmica à CDU, com uma ampla informação ao eleitorado sobre o papel activo e destacado dos seus eleitos em minoria.

O documento-base sublinha que «estes objectivos tornam-se ainda mais importantes se tivermos em conta que o PS não tem constituído qualquer alternativa ao PSD, tanto eleitoralmente, como na própria gestão da Câmara».

## Boletim da DORB volta a ser publicado

Após uma ausência de alguns meses, o «Boletim», órgão da Direcção da Organização Regional de Braga, voltou a ser publicado. A razão da interrupção, desde Setembro último, com é explicado no número, prendeu-se com sobrecarga de trabalho dos dirigentes originada pelas festas da «Alegria», do «Avante!» e campanha eleitoral, sendo que pesaram igualmente dificuldades financeiras, agora em vias de resolução. A redacção do boletim apela à colaboração dos camaradas com responsabilidades na Organização ou com intervenção no

movimento sindical, nas autarquias e outras áreas, de modo a assegurar a sua regularidade e melhorar a qualidade. Em relação às questões de ordem financeira, pede-se

aos militantes que paguem regularmente e actualizem o montante das suas quotas e procurem angariar contribuições entre camaradas e simpatizantes.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### JORGE NOGUEIRA

Faleceu, no passado dia 3 de Março, com 91 anos, Jorge Nogueira, militante do PCP na Freguesia do Seixal.

#### MARIA SIMÕES

Faleceu, no passado dia 5 de Março, Maria das Dores Mendes de Melo Simões, que residia na Freguesia da Parede. Militante de longa data, foi directora da Cooperativa «Linha do Estoril», na Parede.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Abolição da PGA exigida no Parlamento

A Prova Geral de Acesso (PGA), alvo de um movimento de contestação ímpar dos estudantes nas escolas e nas ruas, subiu ao Parlamento e esteve em debate na passada sexta-feira. O Governo, cuja actuação se encontrava directamente em causa na matéria em apreço, primou pela ausência, como que a desmentir na prática os propósitos de diálogo que não se cansa de anunciar.

Na falta do próprio, a defesa das posições do Executivo esteve a cargo do Grupo Parlamentar do PSD, que, pela voz do presidente da organização juvenil do partido da maioria, defendeu o carácter «positivo» da PGA, preconizando a manutenção no sistema de acesso ao ensino superior de uma prova que mantenha, no essencial, as mesmas características.

António Filipe, em nome do Grupo Parla-

mentar do PCP, não deixou de criticar a ausência do Governo no debate, afirmando não ser admissível que, «quando a Assembleia da República delibera realizar um debate de urgência sobre uma matéria tão importante e actual como a PGA, na qual o Governo tem evidentes responsabilidades, não esteja presente nenhum membro do Governo responsável pela área da Educação».

O deputado comunista acusou o Governo de não ter uma postura séria e vertical sobre a PGA, não hesitando em afirmar que aquele procura «confundir os jovens que contestam a PGA, prometendo vagamente mudar alguma coisa para que tudo possa ficar na mesma».

O Governo procura assim, face à impossibilidade de defender abertamente a PGA, como frisou António Filipe, dilatar o tempo de resposta às

reclamações dos estudantes e não se comprometer, na tentativa de criar condições para manter todo o absurdo da PGA, eventualmente com outro nome.

Com efeito, conforme foi recordado, confrontado com os efeitos da grandiosa contestação à PGA, o Governo passou da sua defesa exaltada de outros tempos, à condenação do júri e daí ao reconhecimento de alguns defeitos da prova que até aqui só tinha virtudes, e à defesa, já não da PGA, mas de uma PG de qualquer coisa, tão parecida, que nem o ministro sabe explicar a diferença.

«O Governo não tem outra saída digna, perante os estudantes e perante os pais, que não seja anular a PGA. É essa a vontade da esmagadora maioria dos estudantes. É esse o consenso que está criado no País e o Governo ainda não explicou, porque não sabe, que prejuízos decorreriam dessa decisão», observou o parlamentar do PCP, adiantando que do ponto de vista da sua bancada «anular a PGA não

prejudica ninguém (bem pelo contrário) e não inviabiliza as candidaturas ao Ensino Superior para o próximo ano».

António Filipe chamou ainda a atenção para o facto de a PGA ser «uma prova injusta, aleatória, pedagógica e cientificamente absurda, destinada a funcionar como obstáculo complementar do "numerus clausus", estranha à Lei de Bases», pelo que a sua abolição constituiu um imperativo de justiça.

Nesse sentido vai, aliás, um projecto de lei do PCP, ao propor a abolição da PGA e a adopção de um novo regime de acesso ao Superior, iniciativa esta que, segundo o deputado comunista, deve ser acompanhada pela abertura de um «amplo debate nacional», no qual a Assembleia da República tenha um papel dinamizador, incentivando a participação dos estudantes e dos cidadãos em geral, com vista à substituição deste regime «reconhecidamente falido» por um sistema de acesso ao ensino superior mais justo e razoável.

# Dia Internacional da Mulher

A Assembleia da República celebrou terça-feira o Dia Internacional da Mulher chamando para a ordem do dia vários diplomas incidindo na problemática feminina. Insuficientemente tratados ao longo do ano parlamentar, os problemas relacionados com a mulher tiveram assim, desta feita, um merecido e justificado destaque, constituindo uma oportunidade para analisar questões tão importantes como a protecção da maternidade e paternidade, os direitos das associações de mulheres ou o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego.

Este último tema, objecto de um diploma subscrito pelos parlamentares comunistas, trouxe designadamente para primeiro plano as práticas discriminatórias de que têm sido vítimas muitas mulheres no quotidiano em diversificados locais de trabalho, mesmo na Administração Pública. A situação verificada no Banco Comercial Português (BCP) é disso um eloquente testemunho, com uma percentagem de mulheres que não excede os 0,74 por cento, correspondente a 22 trabalhadoras num universo de 2946 trabalhadores de ambos os sexos.

O reforço dos direitos das associações de mulheres, com a consagração do estatuto de parceiro social para as organizações de âmbito nacional, conferindo-lhes nomeadamente o direito à representação directa ou indirecta no Conselho Económico Social foi outra das questões que esteve em foco ao longo do debate. Suscitado por um projecto de lei, também da autoria da bancada comunista, o debate deste assunto comprovou a necessidade das associações de mulheres de âmbito regional serem ouvidas na elaboração dos planos regionais e de ser consagrado às associações de carácter nacional o direito a tempo de antena na rádio e televisão, bem como o direito ao apoio da Administração Central, Regional ou Local.

Analizados pela Câmara foi ainda um projecto de lei que define apoio a crianças nascidas de famílias monoparentais (PSD), dois outros que garantem protecção à maternidade e paternidade (um do PS, outro da UDP), e ainda um projecto de deliberação para a constituição de uma comissão eventual para a igualdade de direitos e participação da mulher, subscrito por deputados de todos os partidos com assento parlamentar.

## Pedido de fiscalização da FEF



Presidentes de Câmaras do distrito de Setúbal expressaram há dias a sua congratulação pelo pedido de «fiscalização abstracta» à norma referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro no Orçamento de Estado para 1992 formulado pelo Presidente da República ao Tribunal Constitucional.

Esta decisão de Mário Soares, esclarece um comunicado da Presidência, teve em conta «os pareceres de reputados constitucionalistas» e a afirmação atribuída ao ministro das Finanças, Braga de Macedo, quanto à impossibilidade de cumprimento da Lei de Finanças Locais.

Os autarcas dos distritos da Margem Sul mostraram-se ainda esperançados em que o Tribunal Constitucional delibere pela inconstitucionalidade do incumprimento da Lei de Finanças Locais, congratulando-se simultaneamente com a intervenção que a Associação Nacional de Municípios Portugueses teve no desenrolar do processo.

Mário de Almeida, presidente da Associação Nacional de Municípios, reagindo à posição do Chefe de Estado, expressou igualmente a sua satisfação pela mesma e considerou que o pedido de fiscalização abstracta vai levar o Tribunal Constitucional a analisar o OE com «muito mais profundidade».

## Autonomia do Ministério Público



A Assembleia da República aprovou hoje oito dias os projectos de lei do PSD, PCP e CDS sobre a autonomia do Ministério Público, rejeitando o projecto sobre a mesma matéria subscrito pela bancada socialista.

Em relação ao diploma apresentado pela maioria, todas as bancadas da oposição expressaram o seu voto contra, passando por conseguinte apenas com os votos do PSD.

Quanto ao projecto socialista, na base da sua rejeição estiveram os votos contra do PSD, optando o CDS pela abstenção e as restantes bancadas por expressar o seu apoio à iniciativa do PS.

No caso do projecto comunista, para além do voto dos seus deputados, contou com os votos favoráveis do PS, Verdes e deputados independentes, enquanto o PSD, CDS e PSN escolhiam a abstenção.

Curiosa foi a votação do projecto do CDS, aprovado apenas por um voto — do único deputado seu na altura presente —, com o voto contra do único deputado do PSN, Manuel Sérgio, e a abstenção do PSD, PCP, PS, Verdes e UDP.

## Direitos dos trabalhadores Governo prepara nova ofensiva

Aprecidado pela Câmara na passada semana, o projecto de lei do PCP que revoga e altera as normas mais gravosas do pacote laboral deverá ser hoje submetido à votação, prevenido-se que o mesmo venha a ser chumbado pela maioria, de acordo aliás com posições já expressas nesse sentido ao longo do debate.

Isto não invalida, porém, que o fundamental das questões suscitadas pela bancada comunista venha a perder sentido e actualidade ou que o debate possa ser dado por encerrado. Os motivos são óbvios e têm a ver com a importância do que está em jogo, nada mais nada menos do que o direito ao trabalho e à segurança no emprego, os direitos e liberdade sindicais, tal como a Constituição os consagra.

Direitos que na opinião da bancada comunista, como afirmaram Jerónimo de Sousa e Odete Santos, estão a ser subvertidos através do pacote laboral, com a sacralização do «império do lucro e do privilégio em desfavor do trabalho com direitos».

Os exemplos a este respeito não deixam margem

para dúvidas e aí estão a testemunhar as opções do Executivo, num caso lavando as mãos onde se exige a responsabilização e intervenção do Estado para defender os trabalhadores, no outro acentuando o seu intervencionismo legislativo para facilitar os objectivos do patronato.

Casos como os verificados no sector têxtil, no sector do vestuário, do calçado, na Automática Eléctrica Portuguesa, na Seagate, na Siemens ou na Diapal, falam por si, com o Governo a limitar-se a assistir ao desfecho dos despedi-

mentos, agindo a posteriori com medidas sociais mitigadas.

Mas o poder discricionário que se tem vindo a fazer sentir parece não querer ficar por aqui, uma vez que, de acordo com o alerta deixado por Jerónimo de Sousa, o Governo ensaia já nova ofensiva na área da legislação laboral, nomeadamente com a imposição da arbitragem obrigatória limitadora da liberdade de negociação e do direito à greve.

Não admira, por conseguinte, conforme foi recor-

dado, que em quase todas as mesas de negociação em curso na contratação colectiva o patronato não só se limita a propor baixos aumentos salariais como tenta incluir nos contratos as principais malfeitorias dos Decretos que tratam da flexibilização dos horários, do alargamento do período experimental e da mutilação do irrenunciável direito a férias.

Uma política virada para a obtenção do lucro máximo, em benefício de uns poucos, que não deixará de ter a necessária resposta dos trabalhadores.

## Interpelação do PCP sobre Áreas Metropolitanas

Está já agendada para o próximo dia 24 a interpelação ao Governo sobre a situação nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e a forma de contribuir para a resolução dos problemas que afectam as suas populações.

Da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, esta interpelação destina-se a apurar as responsabilidades do Governo e da Administração Central nas questões que digam respeito a estes territórios, designadamente em domínios

como habitação, transportes, segurança, saúde, educação, saneamento básico, ambiente e protecção civil.

Trata-se, pois, na perspectiva dos parlamentares comunistas, de confrontar o Governo com os graves e prementes problemas que afectam as populações das duas maiores concentrações urbanas do País, envolvendo cerca de 2,5 milhões de habitantes na Área Metropolitana de Lisboa e 1,9 milhões na Área Metropolitana do Porto.

## NACIONAL

# Governo não anula PGA

Ao contrário do que foi dado a crer aos estudantes, o Governo não anula a PGA deste ano e limita-se a «encarar a hipótese» de eliminação da prova de acesso à Universidade.

O Governo ainda não tomou uma decisão sobre a abolição da Prova Geral de Acesso (PGA) e recusa-se a anular as duas chamadas já realizadas da prova deste ano. «Hipótese em aberto» foi o máximo que uma delegação de estudantes do movimento «Não à PGA!» conseguiu quinta-feira passada após uma reunião que era para ser com o ministro Diamantino Durão mas que, por um alegado impedimento de última hora, acabaria por ser feita com o secretário de Estado do Sistema Educativo, Emídio Gil Santos, apesar de o ministro se encontrar no edifício e disponível para reunir com Manuela Teixeira, da Federação Nacional da Educação.

Os alunos exigiam a extinção da prova e anulação das duas chamadas da PGA, mas Gil Santos diria que essas propostas «não são de considerar» por na opinião do Governo «não ser possível alterar o sistema de acesso à Universidade a meio do ano», o que já fora desmentido pelos alunos e haveria de o ser pelos partidos da Oposição num debate parlamentar de sexta-feira sobre o assunto.

«O Ministério quer mostrar-se inflexível e mostrar que não cede. Mas já cedeu e cederá ainda mais, acabando com a PGA este ano» diria à saída da reunião Henrique Baltazar, o porta-voz do grupo de 15 alunos que se deslo-

cou à Avenida 5 de Outubro em Lisboa.

Os alunos entregaram ao secretário de Estado as «provas científicas» solicitadas quinze dias antes por Diamantino Durão de que a PGA é um processo incorrecto de admissão à Universidade.

O movimento «Não à PGA!» apresenta como alternativa a aplicar este ano a realização de provas específicas em todas as faculdades, cujo resultado seria somado à nota média obtida nos 10º, 11º, e 12º anos.

Quanto à concretização da 3ª chamada, os estudantes pensam que ela, caso venha a ser concretizada, será uma forma de o Ministério «ani-

mar os ânimos», pelo que é quase certo que a prova «deverá ser mais fácil» que as duas anteriores. Henrique Baltazar concluiria: «por isso quem não a fizer será prejudicado».

## Pais apoiam alunos

Entretanto a Confap (Confederação Nacional das Associações de Pais) reivindicou no fim-de-semana a substituição da PGA por um sistema de avaliação contínua e provas específicas sobre matérias leccionadas no Ensino Secundário, numa tomada de posição que no essencial acompanha as exigências até agora feitas pelos estudantes.

## Álvaro Cunhal no Encontro de Setúbal Jovens vivem «momento alto»

«A luta dos estudantes do Ensino Superior contra o aumento de propinas e a dos estudantes do Secundário contra a Prova Geral de Acesso ilustram bem o momento alto que toda a juventude portuguesa está a viver», afirmou Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, numa intervenção no Encontro Distrital de Setúbal da JCP onde os jovens comunistas, entre outros assuntos, discutiram a política do Governo e a situação social da juventude, com destaque para os temas relacionados com os ensinos Secundário e Superior, os trabalhadores estudantes e as autarquias.

Álvaro Cunhal consideraria que a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) deve «continuar a ter a sua reflexão própria» e que a organização dos jovens comunistas deve «continuar voltada para as grandes massas do País», afirmando-se «pelos seus interesses, confiança e alegria».

O secretário-geral do PCP acrescentou que este é o projecto de solidariedade «que é e sempre foi o projecto do PCP», pelo que sublinhou

que «é necessário continuar a lutar pela defesa dos direitos fundamentais do Homem».

Álvaro Cunhal apelou ainda aos jovens para que conti-

nuem a ser «responsáveis, espontâneos e alegres e, sobretudo, para que continuem a ter capacidade de rebeldia e de se afirmarem pela luta».



Os jovens comunistas estão contra o injusto sistema de acesso ao Superior e condenam o aumento das propinas

## JCP alerta estudantes

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) alerta os estudantes do ensino complementar para «as manobras do Ministério da Educação que sentindo o incómodo da oposição de muitos milhares de jovens à sua política, e não tendo condições para defender a PGA, procura dilatar o tempo de resposta às reclamações dos estudantes e não se comprometer de forma efectiva com a sua extinção na tentativa de criar condições para manter o absurdo da PGA eventualmente com outro nome».

Este alerta do secretariado da Direcção Nacional da JCP foi expresso num comunicado divulgado na quinta-feira passada, dia em que uma delegação representativa dos estudantes tinha agendada uma reunião com o ministro da Educação, acabando por ser recebida por um secretário de Estado por alegado impedimento de última hora de Diamantino Durão.

A JCP assinala que «há muito manifestou a sua oposição ao absurdo sistema de acesso ao Ensino Superior, baseado na PGA e no «numerus clausus», lembrando que nesse âmbito o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um conjunto de

propostas que visavam um mais justo sistema de acesso à Universidade.

Congratulando-se com a amplitude e coesão do movimento estudantil, os jovens comunistas assinalam o seu orgulho de «no prosseguimento duma acção que vem de longe, terem intervindo activamente com muitos milhares de estudantes nesta grande demonstração de unidade e de afirmação das potencialidades do movimento estudantil».

«A JCP condena e rejeita quaisquer tentativas de partidarização ou instrumentalização dum movimento que tem sido, e deve continuar a ser para ter êxito, um movimento de todos os estudantes do Ensino Secundário», afirma ainda o comunicado que reafirma a vontade dos jovens comunistas de continuar a intervir activamente neste movimento.

Finalmente, a JCP afirma «que o prosseguimento da acção e o reforço da unidade é o caminho para acabar efectivamente com a PGA e conseguir um mais justo sistema de acesso ao Ensino Superior».

Em entrevista à Rádio Renascença, o ministro da Educação admitiu sábado a hipótese de a PGA vir a ser eliminada nos próximos anos mas defendeu a necessidade de existência de, pelo menos, uma prova de língua portuguesa para o acesso ao Ensino Superior. Sobre o aumento de propinas nas faculdades disse que os valores deverão situar-se entre os 20 e os 30 mil escudos, não sendo questionado sobre a hipótese de aplicação de aumentos ainda mais substanciais nos anos posteriores a esse eventual primeiro aumento.

Outro movimento de contestação dos estudantes ao Ministério da Educação está a desenhar-se a propósito do anteprojecto de Lei de Bases de Acção Social Escolar anunciado pelo Governo: a

Associação Académica de Coimbra (AAC) lançou a semana passada uma campanha de recolha de assinaturas entre os estudantes universitários de repúdio ao projecto do PSD, reforçando assim a posição já anteriormente assumida pelas diversas associações de estudantes universitários, aquando de uma reunião feita em Coimbra a 23 de Fevereiro passado.

A AAC pretende com esta acção demonstrar «de forma inequívoca o repúdio dos estudantes da Universidade de Coimbra ao documento do Ministério da Educação», acusando o projecto de pretender «acabar com os Serviços Sociais universitários sem apresentar alternativa credível que assegure a manutenção dos mecanismos de apoio social».

## JCP de Setúbal Secundário é prioridade

«Ir mais além, ser comunista» foi o lema do Encontro Distrital de Setúbal da JCP realizado, sábado passado, no Barreiro, que contou com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. Os jovens presentes debateram a política do Governo e a situação social da juventude, definiram as áreas prioritárias de intervenção para o ano em curso e elegeram a nova coordenadora distrital de Setúbal da JCP.

O encontro, que decorreu em dois painéis - movimento estudantil e estrutura local - destacou o esmagador movimento de protesto no Secundário contra a PGA e, no Superior, contra o aumento das propinas. A política de desresponsabilização do Estado na área do ensino foi também fortemente criticada, salientando-se que os «cortes reais no investimento vão provocar uma ainda maior degradação do parque escolar, mais insucesso e obrigar à manutenção e agravamento das barreiras no acesso ao Superior».

Por outro lado, os jovens comunistas constatarem com preocupação a «precarização do vínculo contratual», (de 1987 a 1989 o número de admissões a prazo na Península de Setúbal evoluiu de 87,9 por cento para 91,3 por cento); a manutenção de elevadas taxas de desemprego juvenil (o número de desempregados na região, em 1990, com idade inferior a 25 anos era de 12 341, ou seja 33,5 por cento do total). A discriminação salarial, a degradação das condições de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil e violação dos direitos dos jovens foram igualmente temas debatidos.

Como sectores prioritários de intervenção foram definidos o ensino Secundário, a juventude trabalhadora e os trabalhadores-estudantes.

As autarquias surgem também como uma área prioritária «pelo número de jovens que envolve (eleitos, técnicos e estruturas juvenis) e pelo facto de novas eleições autárquicas se aproximarem». Neste sentido, foi decidido criar um colectivo de acompanhamento do trabalho dos jovens nas autarquias, realizar uma iniciativa de reflexão e discussão sobre a política autárquica e procurar intervir em realizações autárquicas dirigidas à juventude.

Relativamente ao associativismo juvenil, o encontro reconheceu a sua importância e a necessidade de lhe «dar maior e mais organizada expressão», nomeadamente através de estruturas federativas. Para trabalhar neste sector vai ser criado um colectivo distrital que envolverá jovens comunistas com intervenção em associações juvenis.

Outros grupos de trabalho serão formados, designadamente para a comunicação social e para a propaganda, com vista à divulgação e afirmação das propostas da JCP.

No âmbito da organização, os participantes no encontro analisaram o funcionamento das estruturas concelhias, o recrutamento, considerado como «uma preocupação central de todos os militantes da JCP», os fundos e a coordenação distrital. Sobre esta última, pretende-se consolidar o trabalho do organismo coordenador da actividade, em que participam camaras da Coordenadora Distrital do Ensino Secundário da JCP, da Comissão Distrital da JCP e da Direcção da Organização Regional do PCP.

# Lusitânia não chega

O «Lusitânia» não chegou a Timor. A questão agora é saber se o Governo português vai fazer algo que de facto aumente a pressão sobre a comunidade internacional.

Coroas de flores lançadas em águas ao largo de Timor-Leste e uma oração rezada em várias línguas em memória das vítimas do massacre de 12 de Novembro em Dili fizeram terça-feira à noite os últimos gestos da missão «Paz em Timor». O «Lusitânia Expresso», que se propunha chegar a Timor, foi convidado a recuar por uma das três embarcações militares indonésias que o vigiavam, pouco antes de atingir águas territoriais daquele território.

O objectivo confesso da missão era «recolocar» Timor nos órgãos de comunicação social o que parece ter sido parcialmente frustrado por só uma das grandes agências internacionais, a Associated Press, ter emitido noticiário regular sobre o assunto. A cadeia norte-americana de televisão CNN deu largo espaço a este assunto num dos seus noticiários internacio-

nais, mas esse material não foi transmitido nos Estados Unidos da América.

A bordo, no entanto, deslocavam-se vários jornalistas internacionais, com destaque para a Austrália, que poderão tornar nos próximos dias maior o impacto junto da opinião pública internacional da missão «Paz em Timor», até porque contarão então com imagens televisivas e fotográficas do acontecimento, cuja transmissão era na terça-feira impossível.

As especulações que agora se fazem sobre alegados «sucessos» ou «insucessos» da missão «Paz em Timor» por o «Lusitânia» não ter chegado ao seu destino surgem algo secundarizadas por aquilo que parece ser mais sério: o «insucesso» da diplomacia e do Governo português ao longo de todo este processo, desde que a opinião pública internacional foi despertada para esta questão após o

massacre de 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz. Se nem com um massacre de 100 timorenses, países como os Estados Unidos ou a Austrália mudaram alguma coisa de substancial em relação à posição que têm sobre a Indonésia, não seria de esperar que a ida de um barco português até Timor viesse a consegui-lo.

## Governo inoperante

Um exemplo da falta de capacidade de actuação do Governo português, depois do sucesso do périplo do ministro indonésio Ali Alatas por países nossos parceiros na Comunidade Europeia, foi a condução do processo de discussão do caso timorense na Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, reunida em Genebra. A delegação portuguesa pretendia no início da discussão

a aprovação de uma moção aprovada pelos países membros da ONU que condenasse o massacre de Dili e a ocupação indonésia do território de Timor.

No entanto, a força diplomática da Indonésia transformou essa pretensão portuguesa numa simples declaração, sem força de lei à luz do Direito Internacional, ainda por cima com um texto aprovado pelos próprios indonésios: a declaração aprovada na semana passada limita-se a exortar Jacarta a punir os implicados no massacre e apenas reclama um «tratamento humano» aos timorenses detidos após o que o texto classifica de «incidentes de 12 de Novembro».

Depois do massacre de Dili, e pelas palavras e declarações públicas tantas vezes feitas pelo primeiro-ministro e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, seria de esperar

## DORL Cinco mil por Timor

Uma delegação da DORL do PCP, encabeçada por Carlos Grilo, membro do Comité Central do PCP, entregou, segunda-feira, na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Primeiro-Ministro, cinco mil assinaturas de um abaixo-assinado de solidariedade com o povo de Timor-Leste cujo texto transcrevemos:

«Nós, os abaixo assinados, defensores dos valores universais dos direitos humanos, ao tomarmos conhecimento da brutal repressão desencadeada pelas forças indonésias que ocupam Timor, de que resultaram dezenas de mortos e feridos, lavramos o nosso mais veemente protesto público e apelamos a todos os portugueses para manifestarem a sua solidariedade à resistência timorense e ao povo maubere.

Exigimos uma enérgica intervenção do Governo Português junto das Nações Unidas, no sentido de uma frontal condenação da Indonésia e de apoio à luta do Povo de Timor-Leste».

## Iniciativas em todo o País Dia da Mulher também falou de Timor

Timor foi um dos temas presentes nos inúmeros debates organizados pelo MDM a propósito do Dia Internacional da Mulher, no passado dia oito e que tem sido motivo para um grande número de iniciativas de comemoração a decorrerem ao longo de toda a última semana. O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) escolheu para lema das iniciativas que organizou em todo o país «A vida exige, nós reclamamos: Igualdade de Direitos, Participação das Mulheres».

Uma mensagem sob aquele título foi distribuída em todo o País, apelando às mulheres para reforçarem a sua acção diária por uma maior informação dos seus direitos, contra medidas socialmente injustas e exigindo o cumprimento da legislação que consagra a igualdade.

O lançamento da campanha «Por uma Lisboa mais Formosa e mais Segura», um Festival desportivo na Amadora e o VI Grande Prémio de Atletismo - corrida pela Paz e Igualdade - em Setúbal, debates, distribuição de flores e convívios em cidades como Castelo Branco, Covilhã, Santarém, Faro, Beja e Aveiro foram algumas das muitas iniciativas concretizadas conforme o extenso programa que na semana passada aqui divulgámos. Muitas dessas sessões aprovaram documentos de solidariedade com o povo e as mulheres de Timor-Leste.

No Porto as iniciativas do MDM tiveram um cariz cultural e no sábado o cenário foi a Cooperativa Gesto Cultural, um edifício do Centro Histórico da capital nortenha para uma sessão que incluiu

cinema, poesia e leitura de poesia de mulheres para além de um debate. No domingo no Mercado da Ribeira foram lançados balões com tiras de papel alusivas à data e distribuídos documentos do MDM.

Também a Comissão Nacional de Mulheres da CGTP/IN promoveu iniciativas de comemoração do 8 de Março que incluíram a participação no Seminário «A Mulher, o Ambiente e o Desenvolvimento» (ver caixa) para além de iniciativas próprias concretizadas em Évora, Aveiro e Coimbra com visitas a empresas, festas/convívios e debates.

Ainda no âmbito destas comemorações será amanhã lançado em Aveiro o livro «História da vida de uma mulher da indústria da corti-

ça», prémio da Comissão da Condição Feminina em 1990, com a presença das autoras.

O departamento de mulheres do sindicato de Hotelaria do Sul comemorou o Dia da Mulher com uma deslocação de cerca de 250 mulheres ao forte de Peniche, acompanhadas de ex-presos políticos enquanto a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas assinalou o dia com a exibição em antestreia do filme «Um Solo de Violino» da realizadora Monique Rutler, seguida de um debate no qual participou a realizadora.

## CGTP acusa Governo discrimina mulheres trabalhadoras

A CGTP-IN vai requerer a inconstitucionalidade da decisão do Governo de denunciar a Convenção 89 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que proíbe o trabalho nocturno das mulheres na Indústria.

Em comunicado, a central sindical fala da «perplexidade e indignação» com que encara a decisão, tendo lembrado as posições já assumidas em reuniões prévias no Ministério do Emprego quando o assunto foi levantado.

«Fazendo ouvidos mou-

cos, o Governo, mais uma vez, assumiu uma posição autoritária e prepotente», diz a CGTP que assinala que «o trabalho nocturno não só é indesejável para ambos os sexos, por razões de ordem física e psicológica, como a sua liberalização às mulheres coloca problemas graves atendendo a uma multiplicidade de factores de ordem sociocultural, especialmente face ao défice de estruturas sociais de apoio e de guarda de crianças».

«Esta decisão não serve

para combater discriminações das mulheres mas antes para as acentuar», diz ainda a central sindical que refere o desrespeito por todas as normas constitucionais por parte do Governo que «faz sua a voz da CIP». A inconstitucionalidade está no desrespeito às normas relativas à participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho e no facto de a denúncia de uma convenção internacional deste tipo exigir uma prévia discussão pública.

8 DE MARÇO



DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER

O PCP saúda as mulheres portuguesas  
Na comemoração de mais um aniversário do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher - o PCP saúda as mulheres portuguesas pela luta determinada e firme que vêm travando em defesa da igualdade de direitos no trabalho, na família e na sociedade e apela à sua integração nas iniciativas comemorativas deste dia, que é também importante jornada de solidariedade e de luta.

PCP

## Proposto pela ONU Ambiente no 8 de Março

A Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu o ambiente e o desenvolvimento como tema para assinalar o Dia Internacional da Mulher. Em Portugal, o Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres realizou no dia 8 de Março um seminário em Lisboa subordinado ao tema «Mulher, Ambiente e Desenvolvimento», depois de uma visita guiada à Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Em discussão estiveram documentos da ONU que resumem algumas conclusões e re-

comendações da «Assembleia Mundial das Mulheres e do Ambiente - Parceiros na Vida» realizada em Novembro passado nos Estados Unidos e que será um dos elementos de discussão da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento que vai decorrer no Rio de Janeiro de 1 a 12 de Junho.

No seminário de Lisboa participaram representantes das Organizações Não Governamentais de Mulheres e personalidades femininas da vida social e política portuguesa.

## TRABALHADORES

# Com uma adesão de 95% Greve na Siderurgia coincide com paralisações em numerosos sectores

Avolumam-se e prolongam-se no tempo os conflitos laborais por resolver. Os baixos salários, a incapacidade ou a simples recusa patronal de negociar revisões, a questão dos horários e as ameaças de desemprego continuam a provocar uma vaga de greves e formas de luta coincidentes em variados sectores e empresas diferentes. Destaca-se esta semana a **Siderurgia Nacional**, cujos trabalhadores paralisaram totalmente a unidade do Seixal em 4 e 5 do corrente.

Durante 48 horas os cerca de 2900 trabalhadores aderiram à greve convocada pela Federação dos metalúrgicos (FSMMMP).

A adesão foi superior a 95 por cento, disse à Lusa uma fonte da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, organização intermédia da CGTP.

Para 8 e 10 do corrente estava marcada uma greve no complexo da Maia pertencente à mesma **Siderurgia**.

A FSMMMP protesta contra «a farsa negocial» conduzida pela administra-

ção. Para os patrões da SN, os aumentos salariais deste ano não devem ultrapassar os 6,5 por cento.

Como o «Avante!» referiu na semana passada, operários e sindicatos não aceitam esse aumento, nem tão-pouco a substituição do acordo de empresa por um outro que lhes retiraria regalias e direitos, mantendo-se o baixo nível salarial.

Para protestar contra a situação social na empresa os trabalhadores da **Petrogal** decidiram esta semana se vão para a greve.

Soube-se sexta-feira passada que a Federação (Fe-

quifa) proporá ao pessoal a intensificação das formas de luta, incluindo a paralisação em data a anunciar.

Estão marcados plenários nos vários locais de trabalho. Segundo a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleos e Gás, reclama-se a conclusão das negociações de revisão do acordo de empresa.

Os trabalhadores da **Petrogal** não aceitam o novo regime de turnos, que aumentará o horário semanal de trabalho.

Na **construção civil**, «o patronato continua a apostar na aplicação do pacote laboral». Acrescenta a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore (CGTP-IN) que a nova greve de 24 horas (6.3) é pela redução do horário de trabalho (40 horas no máximo), por aumentos salariais de 15 por cento e por 510 escudos de subsídio de almoço,

Milhares de trabalhadores parados. Totalmente inactiva a unidade do Seixal. Prevista greve na Petrogal. Param, entre outros, a Construção Civil, Complexo de Sines, Dialap, Alfândegas, Vestuário de Castelo Branco e Mabor



Metalúrgicos manifestam-se em 25 de Fevereiro, junto à Assembleia da República. Para 18, todo o dia, foi marcada uma greve no sector

Nos salários, o patronato não vai além dos 10,75 por cento, e opta por «períodos experimentais de seis meses para os oficiais (carpinteiros, estucadores, pintores, trochas, ladrilheiros, etc.)». O subsídio de refeição, segundo a proposta patronal, é de 475 escudos.

Para 9 do corrente estava marcada nova reunião de negociações.

No **complexo petroquímico de Sines** ocorria sexta-feira nova greve de 24 horas. Em causa continuava a revisão do acordo de empresa, suspensa em 18 de Fevereiro por decisão unilateral dos gestores. A empresa pertence ao grupo **Neste Oy**. Os trabalhadores dos vários locais de trabalho já tinham parado em 23 do mês passado com uma adesão de 95 por cento, afirma a Federação.

Na paralisação de 6 do corrente, a participação dos trabalhadores foi superior a

90 por cento, disse à Lusa fonte sindical.

Na **Dialap** (lapidação de diamantes), o pessoal parou totalmente em 4 deste mês, durante quatro horas na parte da manhã. Reclama-se uma solução para os 136 trabalhadores em risco de serem despedidos.

A situação desses trabalhadores é dramática. Um dirigente do Sindicato de Lisboa (metalurgia, etc.) disse à Lusa que aquele pessoal «não tem alternativa de emprego».

Os trabalhadores aduaneiros em despachantes pararam segunda, terça e quarta-feira da semana passada. Protestam contra a supressão dos seus postos de trabalho e mesmo da profissão.

A paralisação abrangeu todos os países da Comunidade Europeia: cerca de 85 mil trabalhadores nessas condições, que receiam muito justamente perder os

seus empregos devido ao Mercado Único.

No distrito de Castelo Branco, mais de 2500 trabalhadores do **vestuário** aderiram à greve de 25 de Fevereiro por aumentos salariais. A greve, incluindo uma manifestação no Fundão, abrangeu localidades como a Covilhã, Belmonte e Tortosendo. A ERES no Fundão encerrou completamente. Alguns patrões cedem, outros não. Prevê-se a continuação da luta. Dependerá da análise dos sindicatos.

Para 10 e 11 do corrente estava marcada no final da semana passada uma greve de 8 horas na **Continental/Mabor**. A direcção do Sindicato das Indústrias Químicas do Norte (CGTP) afirma que a administração da empresa se colocou numa «posição irredutível, ao avançar com aumentos de 9,5 por cento, condicionados a uma redução de 15 minutos na hora da refeição».

## Sindicatos bancários não aceitam transferência que consideram ilegal

Uma transferência de 10 trabalhadores bancários de Coimbra para o Porto foi considerada «incorrecta e ilegal» pelo Sindicato dos Bancários do Centro. A transferência é pretendida pela direcção do Banco Pinto & Sotto Maior.

O processo «ilegal» utilizado pelo BPSM, acrescenta o SBC implica sérios prejuízos para os trabalhadores instalados há muitos anos com as famílias na cidade.

Além disso, não tem em conta qualquer das regras do contrato individual de

trabalho e do respectivo acordo colectivo em vigor na banca.

Osório Gomes, dirigente do SBC, com sede em Coimbra, disse à Lusa que aquela organização já entregou no Tribunal do Trabalho uma providência cautelar com efeitos suspensivos sobre a decisão do Banco.

Para o mesmo dirigente, bem como para os outros sindicatos do sector, é preocupante a possibilidade de «este tipo de ilegalidades e atentados aos direitos legíti-

mos dos trabalhadores» vir a atingir outros bancos ou agências bancárias.

Para evitar que isso venha a acontecer e no sentido de resolver a situação criada no BPSM de Coimbra, o SBC enviou em 27 do mês passado pedidos de audiência ao Presidente da República, a todos os grupos parlamentares, ao Presidente da Assembleia da República e à Secretaria de Estado do Tesouro.

O movimento contra as transferências ilegais é conduzido por todos os sindicatos do sector.

## Proposta a greve em Rio Frio

A administração da herdade não responde ao caderno reivindicativo

A União dos Sindicatos de Setúbal (USS) disse aos jornalistas em 4 do corrente que proporia dois dias depois uma paralisação de três horas na herdade de Rio Frio. No mesmo dia, o pessoal agrícola pararia entre as 13 e 30 e as 17 horas. A USS, que emitiu uma nota sobre o assunto, acusa a administração de «boicote ao caderno reivindicativo». Os resultados da apresentação do caderno foram muito escassos para a USS. O patronato limitou-se a reduzir uma hora no trabalho semanal. Para 5 do corrente foi marcado um plenário na herdade. Segundo a USS, é excelente a disposição de luta dos trabalhadores.

## Suspensões anuladas nos SMGE/EDP

A decisão do conselho de gerência da EDP que confirmava os castigos aplicados pelo director-geral da DODN a sete trabalhadores dos **Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade** foi anulada pelo **Tribunal Administrativo do Círculo do Porto**.

Por ocasião da greve de 3 de Outubro de 1989 - recorda um documento divulgado à imprensa na semana passada pelo Sindicato dos Trabalha-

dores das Indústrias Eléctricas do Norte - os responsáveis dos SMGE/EDP tudo tentaram para desmobilizar a luta e, no próprio dia, para intimidar os trabalhadores, chegando mesmo a chamar a PSP.

Após a greve, que teve adesão maciça, a empresa levantou processos disciplinares a onze trabalhadores por... organizarem piquetes de greve! Não foram remetidas quaisquer notas de culpa aos ilícitos das hierarquias

locais. No final, quatro processos foram arquivados, e sete trabalhadores foram punidos com suspensões entre 60 e 121 dias.

O director responsável pela chefia local, em dois processos-crime movidos pelos trabalhadores, foi acusado de agressões e insultos. Um dos processos, já concluído no Tribunal Correcional do Porto, obrigou o réu a reconhecer a sua culpa e indemnizar o trabalhador lesado.

Os sete trabalhadores punidos pelo director-geral da Distribuição Norte da EDP apresentaram recurso para o conselho de gerência da empresa, que manteve os castigos; recusando apelar para a aplicação da Lei da Amnistia, recorreram ao Tribunal Administrativo do Círculo do Porto, que lhes deu razão no dia 5 de Fevereiro, anulando a deliberação do CG que confirmava os castigos.

## TRABALHADORES



## Função Pública e transportes voltam a parar

Aprovada estava já em 6 do corrente nova greve na Função Pública. A Plataforma Sindical (CGTP) não via outra saída para a luta contra os oito por cento. A Lusa divulgava nesse dia que os sindicatos da Plataforma optaram pela paralisação por considerarem que o Governo não lhes deu garantias de que todos os trabalhadores terão aumentos de 10 por cento. Embora os promettesse quando do acordo no CPCS, o Governo manteve a portaria dos oito por cento e pre-

tende chegar aos dez com verbas da revalorização das carreiras e do descongelamento de escalões. Sexta-feira passada, a Federação (FNSFP) garantia que a greve se efectuariá em 18 do corrente. E acrescentava que a paralisação seria «em conjunto», daí se depreendendo que a ela aderirão os sindicatos da UGT. Em 5 do corrente, numa reunião com o ministro das Finanças nada resultou. Entretanto, paravam a 80 por cento os 350 trabalhadores da Inspeção Económica e doutros sectores da FP. Sexta-feira

passada, inclusive numa manifestação, reclamava-se a aprovação da lei orgânica para a área da Inspeção. Os professores, representados tanto pela FENPROF como pela FNE (UGT), mostravam também a sua insatisfação e admitiam paralisar. Nos transportes (foto de 18.2 em Lisboa) continuaram a semana passada as paralisações parciais e estava prevista para amanhã nova greve na Carris. As paralisações no Metro continuam da parte da manhã.

## Pergunta o STE

### Afinal, para que serve a UGT?

«Afinal para que serve a UGT, perguntarão os trabalhadores portugueses e os funcionários públicos em particular?» — pode ler-se num memorando do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, ameaçado de expulsão pelo secretário-geral daquela central. O documento, assinado por Bettencourt Picanço, em nome da direcção do STE, e ao qual o «Avante!» teve acesso segunda-feira passada, dirige-se aos «sindicatos filiados na UGT» e critica fortemente a «política de rendimentos na Administração Pública para 1992». É esse aliás o título do memorando que, depois de recapitular, sublinhando, o que a «UGT» apregoava defender no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social), designadamente que «a Administração Pública não seria marginalizada na política de rendimentos para o ano em

curso», acentua que a actuação da UGT no CPCS, onde assinou como se sabe ao lado do Governo e do patronato o dito acordo de concertação, «significa que a UGT aceitou tacitamente» a política «imposta pelo Governo» e «não se empenhou verdadeiramente numa contestação frontal». O documento de três páginas dactilografadas conclui afirmando que «as consequências desta atitude serão, atente-se, prejudiciais, catastróficas (continuamos a sublinhar conforme o próprio documento) para as relações de trabalho em Portugal, e irreversíveis. E não apenas para os trabalhadores da Administração Pública. As organizações patronais que souberam aproveitar o comboio ficarão à espera dos nossos colegas à esquina da respectiva convenção, porque antes souberam e foram capazes de dividir para ganhar a batalha».

## Greve dos médicos em Cascais

Marcada para amanhã, a greve dos médicos pode paralisar completamente o Hospital de Cascais. Na base do pré-aviso estão os horários, adiantava a Lusa em 5 do corrente.

Embora fiquem assegurados os serviços mínimos, sublinhe-se que a paralisação levou a convergir todas as organizações sindicais representativas, incluindo o SIM (independente).

A greve é das zero às 24 horas. O Sindicato dos Médicos da Zona Sul, ao advertir que os serviços mínimos serão «os indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis», acusa o conselho de

administração do hospital de ter emitido um conjunto de normas que «põem em risco não só a eficácia do atendimento aos doentes, como a formação no internato complementar».

Efectuava-se entretanto (7.3 em Coimbra) o 2.º Congresso da FNAM. A Federação Nacional dos Médicos, através de Merlinde Fernandes, sua presidente, disse à Lusa que a situação actual da classe vai produzir «nova agitação».

Além da «falta de diálogo» por parte do Ministério, o Congresso verificou «as políticas contrárias aos médicos», a escassez dos

salários, a «ausência de perspectivas» na profissão e a «governamentalização dos órgãos de gestão» dos serviços.

Cerca de centena e meia de participantes no Congresso aprovaram um extenso documento onde, de um modo geral, mas muito firme, se reclama o diálogo com o Ministério da Saúde, uma política salarial compatível, horários que permitam o trabalho em equipa e, designadamente, a discussão prévia do diploma sobre formação médica. Os internatos complementares deverão ser considerados o primeiro grau da carreira. Deve ser revogado o regime

de instalação das administrações regionais de saúde.

### Enfermeiros reclamam depois da greve

Após a greve dos docentes de enfermagem em 25 e 26 de Fevereiro findo, a comissão intersindical que os representa afirmou segunda-feira passada que essa greve «marcou o início de uma outra, e por tempo indeterminado, às avaliações».

A comissão apela ao «bom senso e à justiça» que só podem ser satisfeitos com «a aprovação imediata da carreira em conselho de ministros e urgente publicação».

## FÁBRICAS MILITARES EM GREVE DIA 11

Os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS), que incluem o Arsenal do Alfeite e várias oficinas dependentes do Ministério da Defesa, foram ontem motivo de uma greve convocada pelo respectivo Sindicato (STEFFAS). Os trabalhadores abrangidos continuam a reclamar do Governo uma «proposta séria» de aumentos salariais, perante os 17 por cento reivindicados pelo STEFFAS que, segundo Luísa António Bastos — em declarações à Lusa —, têm merecido completo silêncio da parte do Ministério da Defesa Nacional. A paralisação foi marcada para o período das 10 às 12 horas de ontem. A única contraproposta governamental (reunião de 18 de Janeiro findo) não foi além dos «parâmetros para a negociação», disse aquela dirigente sindical. Os 17 por cento de aumento da proposta do STEFFAS foram apresentados ao Ministério em 18 de Dezembro do ano findo, acrescentou.

## REUNIÃO FENPROF-ME MARCADA PARA HOJE

Inicialmente marcada para 6 do corrente, deve efectuar-se hoje uma reunião do secretariado nacional da Fenprof (Federação Nacional dos Professores) com o Ministério da Educação.

A regulamentação do Estatuto da Carreira Docente (ECD) é o ponto central da agenda da reunião que a Fenprof considera de «grande importância», pelo que faz notar o seu desagrado em face do adiamento de um processo que «tem de respeitar os calendários previamente definidos de modo a permitir a participação dos professores em debates sobre as propostas em causa». Numa nota de domingo passado, o secretário nacional da Fenprof «regozijasse», entretanto, «pelo facto de o ME ter recuado na intenção de revogar um dos princípios básicos da carreira docente: a carreira única». Segundo veio a público, essa decisão teria sido tomada com «outra das mesas negociais» (FNE) pelo Ministério da Educação. «A ser verdade tal informação — acrescentam os dirigentes da Fenprof — ela corresponde àquilo que a Federação sempre defendeu ao longo do processo negocial».

A Fenprof organizava entretanto em Lisboa um seminário sobre «gestão democrática e inovação empresarial». Participaram na iniciativa de 6 do corrente 150 professores, juntamente com representantes de outras entidades e instituições. Foi defendida, nomeadamente, «a construção de uma nova autonomia da profissão docente, tendo sempre como pressuposto uma atitude de emancipação e não subordinação».

Paralelamente ao debate com o Ministério, que reabre com a reunião marcada para hoje, a Fenprof «discutirá com os professores a concretização de um plano de acção» e desenvolverá «esforços no sentido de encontrar consensos que permitam a convergência na acção com outras estruturas sindicais de professores».

## OIT PREVÊ IDOSOS MAIS ACTIVOS

Mais numerosos e mais activos nas próximas décadas, os trabalhadores idosos dos países industrializados vão ser cada vez mais necessários, revela a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Segundo a Lusa, o secretariado permanente da OIT, com sede em Genebra, afirma que, dentro de 30 anos, as pessoas com mais de 55 anos vão representar cerca de 40 por cento da população dos países industrializados. A redução da taxa de natalidade contribuirá também, de acordo com a mesma fonte, para que o número de jovens à procura do primeiro emprego venha a diminuir tendencialmente nos próximos anos. O patronato, perante esses dois factores conjugados, ver-se-á obrigado a rever, pensa a OIT, a concepção segundo a qual os trabalhadores com mais de 55 anos devem passar à reforma o mais cedo possível a fim de dar lugar aos jovens. Foi recentemente editado pela OIT um «manual de formação de trabalhadores idosos».

## ALUNOS DE ENFERMAGEM MANIFESTAM-SE NOS AÇORES

Em consequência da greve recente nas escolas de enfermagem, algumas dezenas de alunos da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada manifestaram-se nas ruas daquela cidade açoriana pelo funcionamento normal do estabelecimento de ensino. Embora solidários com os professores em greve, os alunos sentem-se prejudicados (em alguns cursos não houve avaliação), e dirigiram uma exposição ao Governo da Região Autónoma dos Açores.



## Desarmamento na Europa

Os 48 países participantes nas negociações sobre medidas de confiança e segurança (CSBM) em Viena decidiram um alargamento das trocas de informação militares, a tomada em conta dos novos armamentos e uma importante limitação das actividades militares, para reforçar a confiança e a transparência.

Na sua última sessão plenária, realizada na capital austríaca, os «48» — os mesmos países que participam na Conferência sobre segurança e cooperação na Europa (CSCE) — adoptaram por consenso o «Documento de Viena 1992» solenemente assinado em Novembro de 1990 em Paris, durante a cimeira da CSCE.

As CSBM começaram há três anos em Viena.

Tendo como pano de fundo a crise jugoslava, o documento «encoraja os estados participantes a convidar outros estados a visitar zonas situadas no seu território ou a assistirem a actividades militares que lhes inspirem desconfiança.

O principal elemento político, contido num anexo ao documento, diz respeito ao alargamento da sua aplicação aos territórios das cinco antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central — Cazaquistão, Kirguistão, Tadjiquistão, Turqueménia e Uzbequistão — estando entendido que os territórios das outras repúblicas da CEI se situam na zona da sua aplicação tradicional, do Atlântico dos Urais, e as regiões marítimas limítrofes.

O «Documento de Viena 1992» não é um tratado internacional mas as medidas adoptadas são politicamente vinculativas. Entra em vigor a 1 de Maio de 1992.

O documento será submetido a confirmação dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos 48 países da CSCE, na abertura da reunião de acompanhamento a 24 de Março, em Helsínquia.

A Conferência de Helsínquia deverá decidir a fusão das CSBM e das negociações sobre desarmamento convencional na Europa (CFE) num só fórum de negociação para o controlo de armamentos, desarmamento e cooperação em matéria de segurança. O novo fórum deverá reunir-se pela primeira vez em Setembro próximo, em princípio em Viena.

## «Guerra das Estrelas»

O Pentágono prevê gastar nos próximos 15 anos 90 mil milhões de dólares com o programa da Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), indica um relatório oficial sobre as finanças da administração.

Um porta-voz do Pentágono recusou comentar o relatório que não foi ainda apresentado às autoridades militares.

O estudo, que se baseia nas estimativas avançadas pelo Pentágono, foi encomendado pelo presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Representantes, Lee Aspin, numa altura em que o Congresso se prepara para apreciar o Orçamento para a área da Defesa.

A administração pediu para o ano fiscal de 1993 um total de 5,4 mil milhões de dólares para o IDE (conhecido por guerra das estrelas), mais 1,3 mil milhões do que o concedido para 1992.

## EUA pretende liderança mundial

O Departamento de Estado norte-americano pretende manter os Estados Unidos como a única superpotência mundial, dissuadindo o Japão, a Comunidade Europeia e as outras potências de desafiar o seu domínio internacional, revela o jornal «New York Times».

A posição está contida num relatório confidencial de 46 páginas sobre a política dos Estados Unidos após a guerra fria, que deverá ser divulgado no final deste mês pelo secretário da Defesa, Richard Cheney, segundo o «New York Times», que obteve uma cópia do documento.

O relatório diz que a missão dos Estados Unidos será parcialmente a de «convencer os potenciais competidores de que não necessitam de aspirar a um maior papel ou de adoptar uma posição mais agressiva para protegerem os seus legítimos interesses».

«Temos de tentar impedir a emergência de acordos de segurança unicamente europeus que prejudicariam a NATO», refere o documento.

O relatório do Departamento de Defesa previne novamente contra uma retirada precipitada das forças norte-americanas estacionadas no Leste asiático, sublinhando que tal poderia provocar uma resposta japonesa não desejada.

«Temos também de permanecer sensíveis aos efeitos potencialmente desestabilizadores que poderiam ser provocados por um aumento dos papéis desenvolvidos por parte dos nossos aliados, nomeadamente o Japão e a Coreia do Sul».

## Colômbia

# Nova ronda de negociações inicia-se no México

As eleições autárquicas realizadas domingo passado na Colômbia em clima de grande tensão, deram uma bem limitada vitória ao Partido Liberal, no poder, com uma participação de apenas de 20 a 25% dos 15 milhões de eleitores.

Entretanto, segunda-feira, foram retomadas no México as conversações sobre paz, que visam encontrar uma solução política para uma situação de guerra que já dura há mais de 30 anos. As negociações, interrompidas depois de três rondas sem sucesso efectuadas em Caracas, Venezuela, recomeçaram agora em Tiaxacala, entre representantes do governo e da coordenadora guerrilheira, e deverão abordar, em paralelo com um acordo de cessar-fogo, a situação socioeconómica do país.

Em véspera do reinício das negociações, o dirigente máximo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Manuel Marulanda Vélez, sublinhou em conversa com a Prensa Latina, que o objec-

tivo é alcançar uma solução para «o conflito político-social-armado».

Para o dirigente guerri-

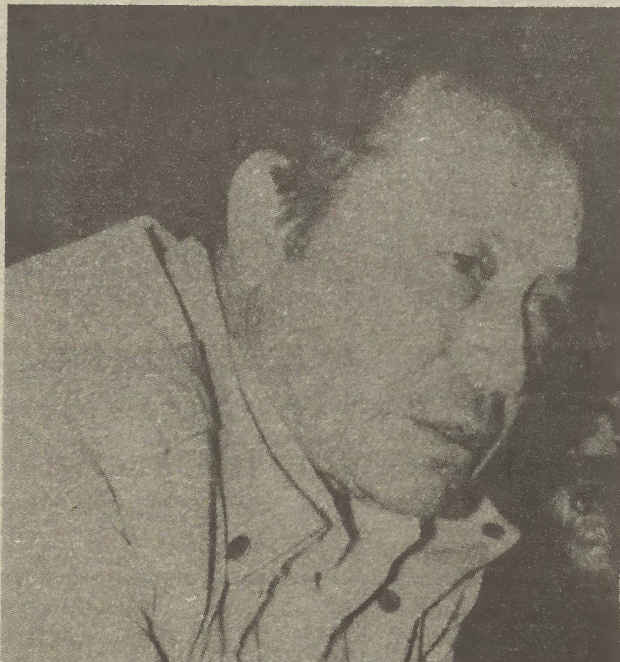
neste país, a violência desenfreada em todos os campos. O povo colombiano é vítima do terror e da violên-

tação. Há desemprego, e agora estão a impor-nos uma nova política de abertura económica».

O objectivo é alcançar uma solução negociada, mas para isso a guerrilha colombiana exige do governo que abra «todos os canais a todo o povo colombiano e dar solução à grande crise que se está a viver em todos os segmentos da sociedade».

Marulanda Vélez sublinhou que as conversações devem basear-se num documento de 12 pontos que a Coordenadora Guerrilheira apresentou há pouco ao Congresso, e em que se aborda a discussão e solução de numerosos problemas económicos, políticos e sociais, acrescentando que do avanço nesta área depende um acordo de cessar-fogo e de hostilidades, questões interdependentes.

A desarticulação dos grupos armados, sanções para os seus membros e a reestruturação das forças armadas serão outras questões a tratar no quadro do acordo de cessar-fogo.



Marulanda Vélez, dirigente da guerrilha, defende que o acordo de cessar-fogo passa também pela discussão dos problemas políticos e socioeconómicos

lheiro, o prosseguimento, para já, da luta armada, tem razão de ser, porque «nós temos pela frente,

cia, é metralhado, bombardeado, há os desaparecidos, e além disso temos um enorme défice em habi-

## Moçambique

# Populações vítimas da guerra

A guerra continua a atingir quotidianamente a população de Moçambique, vítima dos atentados da Renamo, e da fome resultante da degradação da situação socioeconómica.

Um milhar de pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, manifestou-se na cidade da Beira, província de Sofala, contra os ataques da Renamo a bairros periféricos e contra a falta de protecção por parte do Exército.

A Renamo tem flagelado militarmente algumas áreas residenciais suburbanas das principais cidades do país, desde finais de 1991 — um comportamento atribuído pelo governo a imperativos de reabastecimento alimentar.

De facto, a Renamo tem dirigido raras acções contra objectivos militares ou económicos específicos do País, nos últimos meses. Em geral, os alvos escolhidos pela guerrilha são áreas residenciais e as acções pautadas pela pilhagem de comida e outros bens da população.

Os moradores de alguns bairros periféricos das cidades da Beira, Maputo, Chimoió, Inhambane e Xai-Xai são vítimas frequentes de ataques da Renamo. Procurar refúgio nocturno em áreas mais protegidas, por vezes distantes, tornou-se um hábito.

Por outro lado, cerca de dois mil deslocados de guerra em Moçambique, acolhidos num centro de recepção em Napica, província de Manica, estão a atravessar graves problemas por falta de alimentação e de água potável.

O alerta foi dado pelo Departamento de Emergência contra Calamidades, em Maputo, que atribuiu a situação ao fim das reservas alimentares e por terem secado alguns poços de água potável, cuja abertura fora financiada em 1991 por organizações internacionais.

Entre o grupo de deslocados em Napica existem pelo

menos 350 crianças com problemas graves de malnutrição, 35 das quais internadas em situação terminal no posto de saúde da área, acrescentou a mesma.

Os problemas de falta de água, decorrente de uma seca que afecta algumas regiões de Moçambique e que atinge países vizinhos como o Zimbábue, Malawi e África do Sul, está também a criar dificuldades a populações rurais de outras províncias moçambicanas.

Em Cabo Delgado, uma organização suíça de solidariedade social vai financiar com 100 mil dólares um pro-

grama de água rural com vista a impedir que a seca destrua as poucas culturas dos camponeses que ainda resistem.

A seca sentida em Moçambique nos últimos meses, aliada aos efeitos de uma guerra de desgaste que obriga 2,5 milhões de pessoas a viverem longe das suas regiões de origem, está a criar às populações graves problemas.

Os efeitos da estiagem na África Austral, que começou a atingir os planaltos centrais de Angola em 1990 e se desloca agora para Sul, poderão vir a agravar-se tanto em Moçambique como em toda a sub-região.



Populações civis moçambicanas continuam a ser vítimas da guerra e da fome

## Jugoslávia

## Entre eleições e barricadas

A instabilidade continua a marcar a vida política da Jugoslávia. As violações do cessar-fogo acordado em 3 de Janeiro têm sido mais frequentes. Na Sérvia, organizações de oposição promoveram uma manifestação contra o presidente eleito Milosevic, em que se promete o regresso à monarquia (!). Uma tentativa clara de inversão da situação política na República, utilizando a degradação da situação económica acentuada pela guerra.

Entretanto um acordo parece estar a esboçar-se quanto ao futuro da Bósnia-Herzegovina, na sequência dos confrontos armados e do escrutínio sobre a inde-

pendência organizado sob a égide da CEE.

Um escrutínio altamente polémico como o prova o efectivo boicote por parte da população sérvia da República.

O escrutínio consagrou o voto pelo «sim» à independência nesta região povoada por 4,5 milhões de habitantes graças ao voto dos muçulmanos (42% da população) e dos croatas (17%). A comunidade sérvia (31,3%) boicotou o referendo.

Os confrontos armados foram suspensos e a vida voltou à normalidade, na sequência de um acordo entre as autoridades da Bós-

nia-Herzegovina e os representantes do Partido Democrata sérvio. As barricadas foram levantadas e milhares de manifestantes saíram à rua exigindo: «Abaixo as barricadas», «Não queremos armas, não vamos permitir que nos dividam» e «Não seremos um novo Vukovar» (cidade croata totalmente destruída durante a guerra civil).

No mesmo momento em que se realizava o escrutínio na Bósnia-Herzegovina, também se votava em Montenegro, onde 66% dos 400 000 eleitores inscritos se pronunciaram pela continuação da sua República no seio de um Estado jugoslavo.



É com base nas Repúblicas da Sérvia e de Montenegro que um futuro Estado jugoslavo poderá vir a formar-se, com ou sem as regiões sérvias da Croácia e da Bósnia. Aqui reside, hoje, em grande medida, a questão fulcral do conflito.

## Alemanha

## Polícia invade sedes do PDS

Nos últimos dias de Fevereiro, uma centena de polícias alemãs invadiu todas as sedes do Partido do Socialismo Democrático (PDS) na Alemanha Oriental. Uma acção repressiva

claramente anticomunista, cujo carácter arbitrário e de violação dos direitos democráticos foi entretanto denunciado pela direcção do PDS.

A polícia penetrou nos

escritórios do presidente do PDS, Gregor Gysi, então ausente em Havana, e de Hans Modrow, ambos deputados no Bundestag. O seu correio foi lido, os cofres-fortes abertos e os do-

cumentos aí contidos fotocopiados. A polícia apreendeu as listas de militantes, nomeadamente de Berlim-Ocidental e os dossiers dos advogados do PDS.

No mesmo dia, todas as sedes regionais do PDS foram invadidas pela polícia.

Numa carta aberta dirigida a todos os membros e simpatizantes, a vice-presidente do PDS, Kerstin Kaiser, sublinhou que não havia nenhuma explicação concreta para a investida policial, ou tão-pouco a possibilidade de ser invocado o pretexto do inquérito sobre os bens do partido, a respeito do qual, nas palavras da dirigente comunista, «o PDS sempre se mostrou cooperante». Kerstin Kaiser denunciou a acção policial como inserindo-se na campanha que tem como objectivo a criminalização do PDS.



Numa acção anticomunista por todo o país, a polícia invadiu as sedes regionais do PDS

## Rússia

## Mineiros do Kuzbass em greve

Os trabalhadores das minas de carvão Kuzbass iniciaram quarta-feira uma greve por tempo ilimitado. A decisão de entrar em greve foi tomada depois de vários dias de negociações infrutíferas entre a administração regional e representantes de 1,5 milhões de trabalhadores da principal região carbonífera da Federação Russa.

A greve deve-se à situação gerada pelas «medidas erradas tomadas pelo go-

verno russo que permitiram enormes discrepâncias entre o salário dos mineiros e o dos trabalhadores de outras indústrias», segundo afirmou Aman Tuleyev, presidente do Conselho Regional de Kemerovo de deputados do povo.

Em causa também estão os atrasos no pagamento de salários dos mineiros e de trabalhadores de outras indústrias, bem como «a extremamente má situação ecológica».

Na sede da comissão de greve, em Kemerovo, um representante dos mineiros de Kuzbass, Piotr Boukhianov disse que os 400 000 mineiros apoiam «moral e materialmente» a greve.

A mina de Kuzbass é a principal mina de carvão da Rússia. Oitenta e cinco milhões de toneladas de carvão são anualmente extraídas das minas subterrâneas, e cerca de 60 milhões de toneladas são extraídas nos jazigos à superfície.

Trata-se do primeiro grande conflito social na Rússia desde o início da liberalização dos preços, em Janeiro.

A iminente liberalização dos preços dos produtos energéticos, prevista para a Primavera, deverá ainda aumentar a crise no sector, essencialmente virado para o mercado externo, mais que nunca sujeito à crise mundial de extracção do carvão.

## Paz e guerra em notícias

## Chipre

Milhares de mulheres cipriotas gregas formaram um cordão humano ao longo da zona de divisão de Chipre exigindo o termo da ocupação turca do Norte da ilha.

Segundo uma das organizadoras, Maria Papadopoulou, participaram entre 20 000 e 30 000 mulheres: avós, jovens mães e adolescentes que, de mãos dadas, «cobriram» extensas secções da linha de 180 quilómetros que divide Chipre.

«Queremos que se saiba que, no dia 8 de Março, quando as mulheres de todo o mundo exigirem igualdade e pagamento igual, as mulheres de Chipre estão ainda a pedir os direitos básicos, tal como o de poderem regressar a suas casas nas áreas ocupadas pelos turcos».

No dia 8 celebra-se em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher.

As resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre Chipre exigem a retirada das tropas e colonos turcos do Norte da ilha e o regresso a zona dos cerca de 200 000 refugiados cipriotas gregos.

As resoluções apontam também para a anulação da proclamação unilateral do Estado cipriota turco, apenas reconhecido pela Turquia.

## Maxwell

Mais de 4000 ex-empregados do império Maxwell vão deixar de receber pensões de reforma a partir de Julho, devido a desvios do fundo pelo falecido magnata, disse uma fonte do «Mirror Group Newspapers» (MGN), em Londres.

Os mais de 4000 reformados trabalharam para 88 empresas, essencialmente dos sectores de impressão e de edição, absorvidas nos últimos anos pelo grupo Maxwell.

A partir de Julho, estes reformados deverão contentar-se com pensões do Estado e, eventualmente, de outras empresas para as quais também tenham trabalhado.

Segundo a imprensa britânica, Robert Maxwell — que morreu em circunstâncias misteriosas em Novembro do ano passado — terá desviado do fundo de pensões do MGN cerca de 450 milhões de libras para dar um novo folego ao seu grupo, já em falência.

Os empregados e reformados do império Maxwell somam em conjunto cerca de 11 000 pessoas.

## Brasil

A Igreja Católica brasileira vai lançar durante este ano uma campanha nacional de denúncia contra a corrupção política e administrativa que está a alastrar e a minar perigosamente o país, informou o «Jornal do Brasil».

Na lista de escândalos por corrupção que abalaram recentemente o Brasil figuram dois ex-ministros do presidente Fernando Collor de Mello, o que aparentemente terá provocado a indignação e a reacção dos mais altos dignatários da igreja brasileira.

Os principais dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) condenaram também a impunidade daqueles que praticam actos de corrupção no país.

## Cuba

A Assembleia Nacional cubana vai discutir em Abril, ao nível de comissões, as reformas a introduzir na constituição, nomeadamente no domínio da propriedade, com vista a promoção do investimento estrangeiro, foi anunciado, em Havana.

O Presidente da Assembleia, Juan Escalona, disse a propósito que as reformas visam criar bases jurídicas que garantam a segurança dos investimentos estrangeiros em empresas mistas cubanas, e não apenas no domínio do turismo.

Segundo a mesma fonte, serão introduzidas também novas disposições no domínio religioso.

«Não vamos fazer uma nova constituição, mas apenas rever a que temos», sublinhou Escalona.

## África

A Comissão africana dos Direitos do Homem, cuja última reunião se realizou à porta fechada em Tunes, enfrenta uma ofensiva das ligas e associações nacionais que reclamam uma actuação mais eficaz na protecção dos direitos humanos no continente.

Convidados a título de observadores aos trabalhos da reunião, os representantes de quarenta ligas e associações africanas não-governamentais (ONG) insistiram, num relatório dirigido aos participantes na necessidade de uma «intervenção mais eficaz» da comissão junto dos chefes de Estado africanos.

Compete a esta comissão, criada no âmbito da Conferência dos chefes de Estado da Organização de Unidade Africana (OUA), promover a carta africana dos direitos humanos, mas na prática os seus poderes mostram-se reduzidos e pouco eficazes.

# Ministério Público: autonomia ou tentação autoritária

O Ministério Público é, numa concepção autoritária, o representante do Governo e não o representante do Estado; o perseguidor dos cidadãos e não o protector das liberdades e zelador da legalidade, dos interesses colectivos ou com dificuldades de protecção; o meio de ingerência do Governo nos Tribunais e não uma das suas partes integrantes, com plenas garantias de autonomia, isenção e dignidade.

O que está hoje em causa é saber se vamos caminhar no primeiro ou no segundo sentido.

A nossa resposta é clara. No primeiro sentido pretendia ir o projecto de lei do PSD recentemente debatido na Assembleia da República. No segundo sentido, pelo contrário, pretendê ir o projecto de lei do PCP e de outros partidos da oposição. Se fossem só estes que estivessem em causa, estaríamos a viver um período importante para a justiça e para a democracia portuguesa: o período da concretização na lei da autonomia do Ministério Público, que foi consagrada na última revisão constitucional, abrindo caminho à redefinição da composição do Conselho Superior do Ministério Público, das relações entre esta magistratura e o Governo e limitando os poderes do ministro da Justiça em relação ao Ministério Público.

Em vez disso, estamos a viver um período que pode ser negro e de ameaças para essa autonomia. Onde a revisão constitucional quis ampliar o campo e os meios de actuação do Ministério Público, corremos o risco de ver escandalosamente eliminado o poder de fiscalização das polícias criminais e mantida a participação dos representantes do Governo no Conselho Superior do Ministério Público. Isto é: o PSD e o Governo aproveitaram a tentativa de partidos da oposição de dar, finalmente, neste campo, cumprimento à Lei Fundamental para apresentar um projecto que contém uma das maiores concentrações de inconstitucionalidades por metro quadrado de que há memória em Portugal.

## Riscos para a autonomia

Assim, após ter tornado o acesso ao direito e à justiça mais difícil, através da duplicação da taxa do IVA sobre os serviços prestados pelos advogados, o PSD fez debater um projecto de lei que corresponderá a desferir novos golpes sobre os direitos dos cidadãos ao atingir aspectos do Estatuto do Ministério Público. Não se pode representar eficazmente o Estado, exercer a acção penal e defender um amplo leque de interesses, que vão do ambiente e do património aos direitos dos consumidores e dos mais fracos, sem autonomia face ao Governo e às entidades públicas, sem dirigir a investigação criminal e fiscalizar a Polícia Judiciária e outras polícias criminais.

Assim o compreendeu a Constituição. E se não foi mais longe, designadamente em matéria de direcção da investigação e da fiscalização da polícia criminal é, como resulta dos trabalhos preparatórios da revisão constitucional, porque entendeu não ser obrigatório dizer o que parecia evidente.

Começamos pela composição do Conselho Superior do Ministério Público. Foi inequívoco, durante muito tempo, o entendimento de que o que estava estabelecido na Constituição implicava a não participação de representantes do Governo.

É certo que a Constituição não definiu o número, mas definiu quem designava os seus membros: a Assembleia da República e os magistrados do Ministério Público. Isto resulta, com clareza, dos trabalhos preparatórios da revisão constitucional. O PSD vem agora defender que «inclui», quer dizer «não exclui», e que, portanto, o Governo também pode nomear membros para este Conselho. A tese, a nosso ver, não tem cabimento do ponto de vista jurídico-constitucional.

O problema não é resolúvel exclusivamente face ao argumento meramente literal. O que leva a considerar que a Constituição pretendia excluir representantes do Governo do Conselho Superior do Ministério Público não é tanto o facto de eles não serem referidos na Constituição como o facto de essa exclusão ser uma consequência lógica da consagração constitucional da autonomia do Ministério Público, que é, antes de mais, uma autonomia face ao Governo e à Administração Pública.

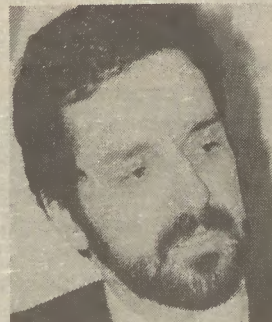
Mas a participação de membros indicados pelo Governo é descabida também do ponto de vista democrático. Enquanto os partidos da oposição propõem sete membros designados pela Assembleia da República, o Governo propõe cinco membros designados pelo Parlamento e dois pelo Governo, o que leva a distorcer a representatividade do Conselho e leva a uma sobre-representação do partido do Governo. Isto é: a tornar mais maioria quem é maioria e mais minoria quem o é, ao contrário do que resulta do voto popular.

Sobre a fiscalização dos órgãos de polícia criminal pelo Ministério Público é uma aberração a proposta da sua eliminação. A investigação criminal e o combate à corrupção podem passar a pautar-se por critérios meramente políticos e partidários e as liberdades podem ao ser preservadas. A polícia criminal depende e não pode deixar de depender do Ministério Público, como decorre da Constituição e das funções que confere ao Ministério Público. Estas não podem deixar de envolver a direcção da investigação criminal e o poder de fiscalização está associado à direcção da investigação criminal.

## As incoerências de um ministro

De resto, vale a pena citar o ministro da Justiça, concretamente um discurso feito na Polícia Judiciária, em 6 de Abril de 1990: «a Polícia Judiciária, pela sua natureza, deve definir-se como um órgão de polícia criminal, auxiliar da administração da justiça, organizada hierarquicamente na dependência do ministro da Justiça e **fiscalizada pelo Ministério Público**». É importante o facto de ter sido incluída nesta definição da Polícia Judiciária, **ligando-a à respectiva natureza, a ideia de que a fiscalização compete ao Ministério Público**.

É certo que o ministro da Justiça acabou por negar qualquer intenção de separar a investigação criminal da dependência do Ministério Público. Mas o preâmbulo do projecto de lei do PSD afirma expressamente: «exclui-se do âmbito de competência própria do Ministério Público a fiscalização dos órgãos de polícia criminal, por se tratar de competência que, originariamente, deve caber ao Governo»; e as novas redacções que o PSD propõe para os artigos



**LUÍS SÁ**  
Membro da Comissão  
Política

O PCP continuará a bater-se por um Ministério Público imparcial e autónomo, que não confunda representação do Estado com representação do Governo

3º e 10º afastam claramente essa competência do Ministério Público e do Procurador Geral da República.

Quanto à proposta de eliminação dos auditores jurídicos, que o PSD igualmente pretende, é inoportuna. As suas funções de consulta jurídica de membros do Governo, que aliás podem não acatar os respectivos pareceres, e de acompanhamento de processos em que é parte ou interessado o respectivo Ministério podem ser úteis, e mais ainda quando o PSD não propõe qualquer alternativa que permita apreciar preventivamente a legalidade.

Que quer o PSD afinal? Que o Supremo Tribunal Administrativo deixe de poder solicitar cópia dos pareceres de auditores que não foram respeitados pelos membros do Governo? Perder-se-ia um factor de defesa preventiva de legalidade sem uma proposta de uma alternativa e sem que se veja o que se ganharia em troca!

Finalmente, acerca da limitação do mandato do Procurador Geral da República, a grande questão é perguntarmos qual é a razão da oportunidade deste debate, introduzido pelo PSD na vida política portuguesa. É difícil não ver nele uma medida que visou directamente, embora de forma envergonhada, a figura do actual Procurador Geral da República, a cuja dignidade, isenção e independência é justo prestar homenagem, bem como à forma competente como tem desempenhado o seu cargo.

Poderíamos fazer de conta, ao debater esta proposta, que apenas está em causa o perfil de um cargo em abstracto. Poderíamos comparar soluções de vários países, debater vantagens ou desvantagens de cada regime. Poderíamos, até, debater em que medida, com a limitação do mandato do Procurador, seriam afectados ou não os poderes do Presidente da República e, em consequência, questionar a constitucionalidade desta solução.

Mas é essencial sublinhar que a opção actual tem funcionado e é isso que incomoda o PSD e o leva a abandonar a posição do seu então ministro da Justiça, Mário Raposo, que afirmou em 1985 que a fixação de um prazo certo para o mandato do Procurador Geral da República «não aproveitaria ao prestígio e independência do titular do cargo» e «poderia, pelo menos, virtualmente coarctar a disponibilidade de actuação do Presidente da República».

## Um atestado de desconfiança

O projecto de lei do PSD/Governo é também um verdadeiro atestado de desconfiança ao Ministério Público e um

À VENDA

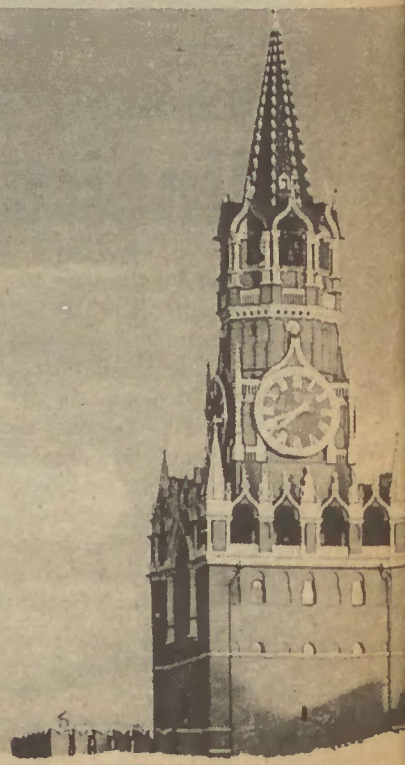
# O Militante

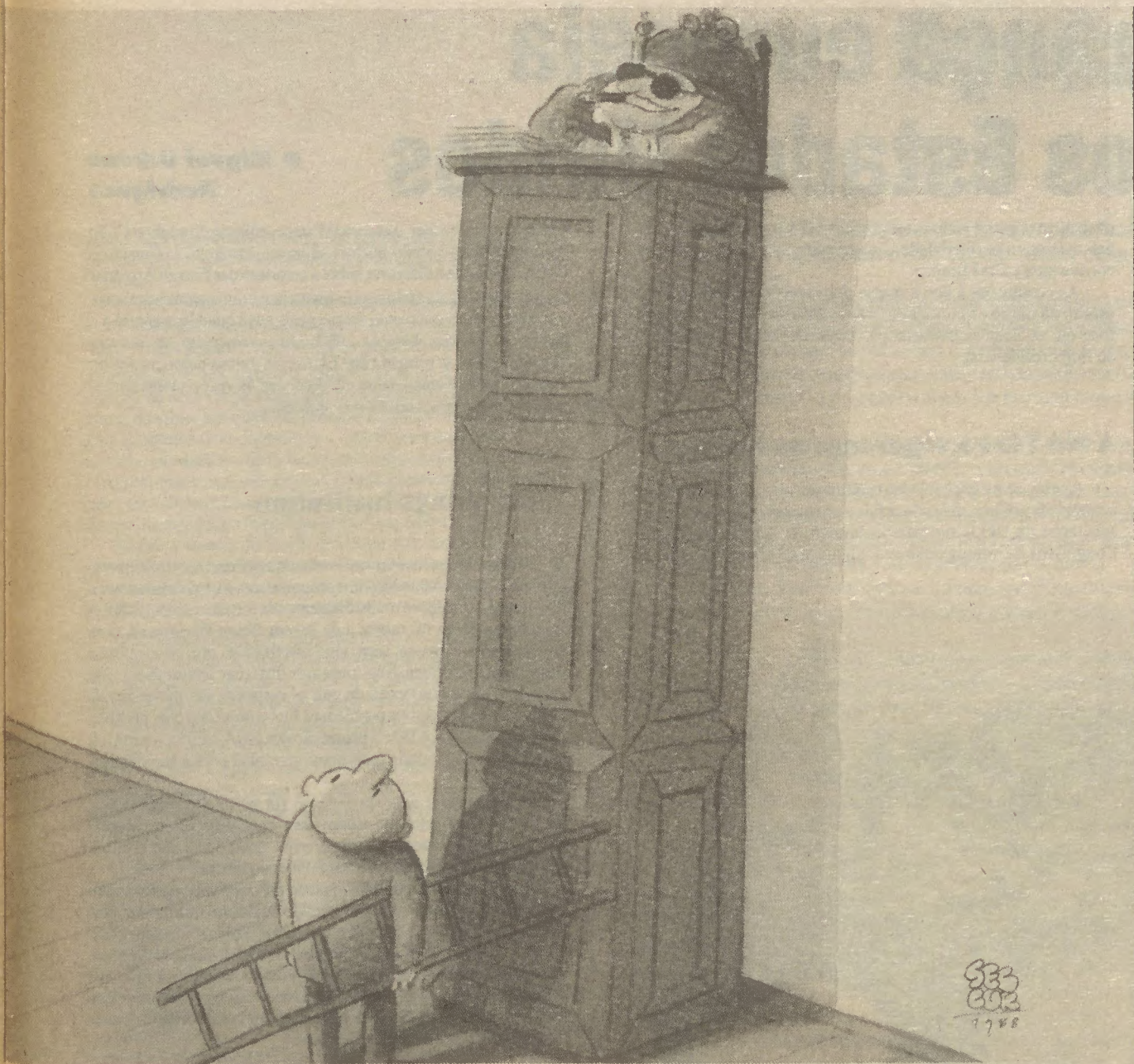
Sobre a

# UNIÃO SOVIÉTICA

Mesa-redonda com

ABOIM INGLEZ • VICTOR ALVES • LURDES GONÇALVES





vendaval de fúria governamentalizadora. Além dos problemas que têm vindo a ser mais referidos como a composição do Conselho Superior do Ministério Público, o problema da fiscalização das polícias criminais e o mandato do Procurador Geral da República, a desconfiança para com o Ministério Público aflora outros pontos em termos que atingem o ridículo. Dois exemplos: onde se atribua competência para promover e coordenar acções de prevenção da criminalidade, o PSD quer extinguir a competência para as coordenar; onde se atribua competência ao Ministério Público para «informar o Governo acerca de quaisquer obscuridades, deficiências ou contradições dos textos legais e propor as devidas alterações», o PSD quer extinguir a competência de propor as referidas alterações.

Sublinhe-se ainda que os projectos de lei do PCP e de outros partidos da oposição tiveram o acordo dos representantes dos magistrados do Ministério Público, através do seu Sindicato, enquanto o projecto do PSD tem a sua oposição.

De resto, o próprio facto de o projecto do PSD, da responsabilidade directa do ministro da Justiça, ser apresentado pelo seu Grupo Parlamentar insere-se num processo de défice de diálogo entre o Governo e o Sindicato que não pode deixar de ter a reprovação do PCP.

O PCP continuará a bater-se por um Ministério Público imparcial e autónomo, que não confunda representação do Estado com representação do Governo, que não subordine o exercício da acção penal a critérios de oportunidade

política ou partidária, que seja um firme defensor da Constituição e da legalidade democrática, do ambiente, do património, dos direitos dos consumidores, dos órfãos, dos menores, da liberdade, do interesse público em geral.

O perigo, entretanto, é grande. Esperemos que a maioria possa reconsiderar e eliminar as propostas mais gravosas aquando do debate na especialidade, que será travado com base nos projectos de lei do PSD, do CDS e também do projecto de lei do PCP.

A notável movimentação dos magistrados do Ministério Público em defesa da autonomia e dignidade da sua profissão, o seu eco na opinião pública e o debate na Assembleia da República levaram a desenharem-se recuos do PSD: jurou que nunca tinha pretendido atingir ou substituir o Procurador Geral da República e acabou a fazer-lhe grandes elogios; afirmou que o seu projecto de lei nunca tinha querido retirar ao Ministério Público a fiscalização «processual» das polícias criminais mas só a fiscalização «orgânica», apesar de, como vimos, o projecto de lei do PSD nunca ter estabelecido uma tal distinção; afirmou-se adepto e campeão da autonomia do Ministério Público e que nunca tinha tido outro objectivo que não fosse a sua consagração. Tentou, enfim, transformar a agressividade autoritária num profissão de fé democrática. Este facto mostra a importância da movimentação desenvolvida e do seu prosseguimento. Mas o perigo continua em aberto. É necessário prosseguir o combate, visando designadamente o debate na especialidade.

## A hipócrita confusão de conceitos

■ Sérgio Ribeiro

Talvez para assinalar o dia 8 de Março, consagrado como **dia da mulher**, o Governo decidiu, nas vésperas, denunciar a convenção 89 da OIT, que proíbe o trabalho nocturno das mulheres na indústria. Para além de uma questão processual, isto é, de processos, que nos parece mais do que discutível, há uma questão de fundo que tem a ver com a hipócrita confusão de conceitos que possibilita, quem sabe?, dizer que tal medida vem no sentido da igualdade entre homens e mulheres no acesso ao trabalho.

A ratificação de uma convenção internacional, neste caso da OIT, corresponde à introdução no direito interno de um país das regras que essa convenção consagra e propõe a isso mesmo, à introdução nos direitos internos dos países.

O processo de ratificação tem de passar, como é óbvio, pela instituição por natureza legislativa, que é o parlamento, no caso português a Assembleia da República. Assim foi com a ratificação da convenção 89 da OIT, que proíbe o trabalho nocturno das mulheres na indústria.

O Governo resolveu agora, a exemplo do que está a acontecer noutros países da Europa-dos-bons-exemplos, denunciar essa convenção, isto é, libertar a legislação portuguesa das regras que, com base nessa convenção, condicionam o emprego nocturno das mulheres. A dúvida deste leigo em matéria jurídico-constitucional é se o Governo o pode fazer sem que tal denúncia tenha intervenção na Assembleia da República.

Mas se essa dúvida se poderia resolver com um telefonema para casa de um amigo, já outra não existe sequer relativamente à ausência de diálogo social, ou à sua perversão pois o Governo fez que ouviu a central sindical CGTP e não ligou nenhuma a que esta lhe disse sobre o tema. Aliás, assim se comprova que, para o/este Governo, concertação e diálogo sociais são de praticar, e de louvar, quando dirigentes sindicais aceitam o que o Governo lhes propõe e tudo acaba num convívio com garrafas de champanhe a estalar e taças a tilintar em brindes reverentes.

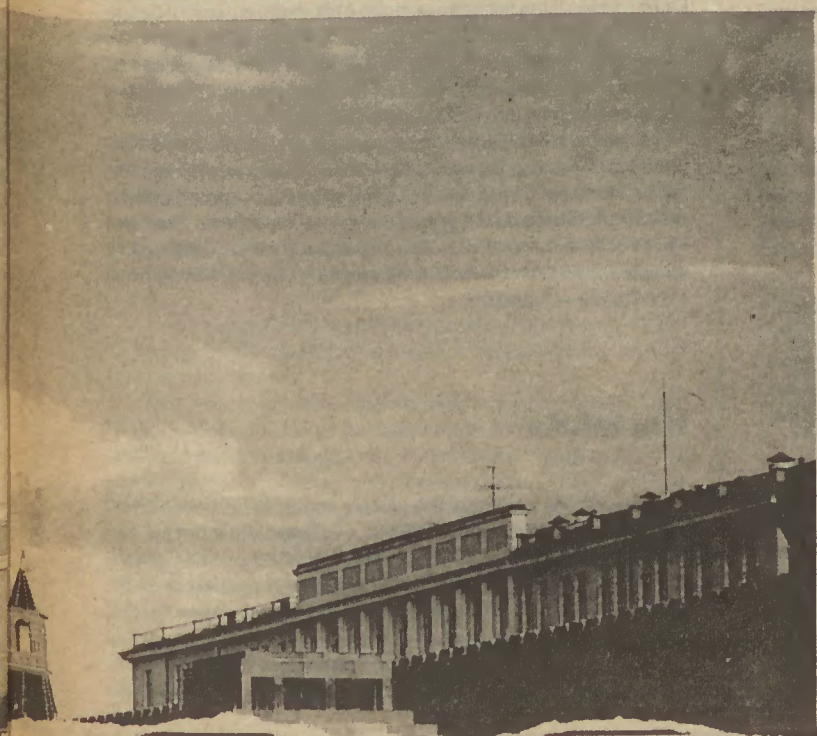
Mas muito mais importante que o processo, apesar do que este tem de revelador, são as questões de fundo, e de uma já nos aproximámos quando se fez referência aos conceitos de concertação e diálogo sociais que o Governo põe em prática.

Relativamente a esta denúncia de uma convenção da OIT, o que nos parece (mais) relevante é que se faça, com toda a impunidade, uma hipócrita confusão de conceitos. Explícita ou tacitamente, a onda que leva à denúncia de tal convenção tem um dos seus fundamentos no argumento da sem-razão de existir uma discriminação que dificulte o acesso das mulheres ao mercado do trabalho, independentemente das boas intenções que estivessem na adopção de tal convenção vai para mais de 40 anos. E essa discriminação ainda menos se justificaria quando se defende a igualdade de tratamento não-discriminatória entre os sexos.

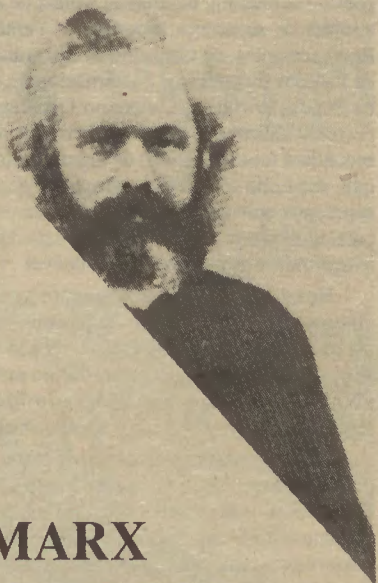
O que mais choca é que, ao dizer-se **igualdade** se esteja falando de **igualitarismo**, fazendo da igualdade um conceito redutor porque não contemplando as diferenças e as especificidades. E fazer-se essa hipócrita confusão conceptual a partir da consideração de um único critério para avaliar a assim perversa igualdade: o critério do mercado: Ou seja, a igualdade entre homem e mulher verificar-se-á se, e só se, forem iguais perante o mercado da força de trabalho, para que esta melhor possa ser explorada. Se outros forem os critérios, baseando-se na ou privilegiando a igualdade social, tendo em consideração o que distingue, noutros planos, as diferenças e especificidades, tudo isto é, obviamente, falso ou até condenável.

Levar essa hipocrisia até às últimas consequências será consagrar a ausência de protecções sociais, ou desconsagrar as protecções sociais que defendem situações como as de trabalhadoras grávidas ou em período de aleitamento. O ultraliberalismo, a adopção de critérios exclusivos de mercado, justificará que, em nome da igualdade, as mulheres deixem de ter protecções sociais que, aparentemente a elas dirigidas, são a base de uma sociedade minimamente justa porque capaz de proteger a sua própria renovação e de valorizar a situação em que um ser humano dentro de si vai dando vida a outro ser humano.

Perdido isto, que nos resta? A selva do mercado?



## MARX e o programa comunista



# A segurança europeia vista dos Estados Unidos

■ Miguel Urbano Rodrigues

«Dizem que nós somos o pólcia do mundo. Mas, afinal é preciso que alguém cumpra essa tarefa. Ela foi-nos imposta pelas circunstâncias»...

A opinião foi emitida pausadamente por um congressista quando, em nome das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, recebia dezenas de parlamentares europeus no âmbito da visita a Washington da Comissão da Assembleia da União da Europa Ocidental.

O mesmo congressista, que presidia ao encontro, consultou um assessor quando lhe perguntei o que pensava do projecto de emenda Mack, muito comentado pela imprensa internacional. Pediu-me que explicasse que projecto era esse de que nunca ouvira falar. Informei que essa emenda constitucional, se aprovada, proibiria as filiais das grandes empresas norte-americanas no estrangeiro de exportar fosse o que fosse para Cuba, e que o projecto já

obstante o seu escândalo amoroso (nos EUA os desvios matrimoniais destroem com facilidade a imagem dos políticos), continua na corrida para a Casa Branca.

As conclusões a que a massa dos cidadãos chegou sobre o estado da nação e a política da Casa Branca são, porém, tão negativas que as eleições primárias prometem dar muita dor de cabeça ao staff presidencial.

## A NATO e a segurança na Europa

Apesar de a eleição de Novembro ser o tema que domina a actualidade política, dela não se falou nos numerosos encontros da delegação da UEO com personalidades da Administração, do Congresso e de instituições que de algum modo contribuem para a

Governo, e um militar, o coronel Watson, adjunto do general Colin Powell, chefe do Estado-Maior Conjunto e estratega da Guerra do Golfo. Brillante a discorrer sobre a estrutura das Forças Armadas e a comentar organigramas que apareciam num quadro luminoso, o coronel perdia um pouco da sua segurança quando respondia a perguntas dos membros da UEO. Quando alguém fez um comentário sobre as relações dos EUA com jovens democracias do Terceiro Mundo não hesitou em dizer que às vezes «essas democracias irritam-nos e criam-nos problemas».

## A Brookings Institution

Na Brookings Institution — olhada como um centro de investigação de pensamento liberal e progressista — os visitantes ouviram quatro exposições muito diferentes na forma e no conteúdo. A mais interessante foi talvez a da jovem Susan Woodward, uma investigadora elegante, seca, algo plastificada, que falou sobre a situação na Jugoslávia. Não conseguiu disfarçar, apesar do tom paternalista, a sua convicção de que os europeus são incapazes de resolver os seus próprios problemas. Ficou implícito que, para ela, sem o escudo da NATO e a protecção dos EUA a Europa seria um navio à deriva e poderia facilmente caminhar para a autodestruição.

O embaixador Lincoln Gordon foi outro dos expositores. Discorreu com displicência sobre a história da Europa e do Mundo no último meio século e sobre erros cometidos que tiveram trágicas consequências. Não lhe falta experiência.

Era embaixador no Brasil quando ali viveu e desempenhou um papel decisivo na articulação do golpe de Estado militar que destruiu a democracia em 1964. Frank Carlucci foi um dos seus colaboradores. Quando o cumprimentei, no final, Lincoln Gordon, respondeu-me em português e fez questão de mostrar que está actualizado. «Antes — disse — eram vocês, portugueses, que iam para o Brasil; agora são eles que emigram para Portugal. E este caso dos dentistas está complicado»...

## A Heritage Foundation

Na Fundação Heritage a atmosfera foi diferente. Trata-se de uma daquelas organizações que exprimem o ideário da direita mais conservadora dos EUA. Mas a sua influência é um facto. Há sempre gente sua em postos estratégicos da Administração.

Um dirigente enervou-se quando observei que me parecia um pouco contraditória a insistência na defesa da paz e de um sistema de segurança e a tendência permanente para a visão prospectiva de guerra futuras. Citei a propósito um documento oficial da Secretaria de Defesa, prevendo a possibilidade de oito cenários de guerras, das Filipinas a Cuba, passando por novo conflito no Golfo.

Na resposta, afirmou enfaticamente que a ameaça russa não desaparecera e esboçou um panorama sombrio da Europa. Na sua opinião, o Velho Mundo não tardará a dividir-se mais em consequência da exacerbação dos nacionalismos. E, depois de aludir ao perigo da restauração do «império russo», concluiu: «Vocês pensam que nós, americanos, somos uma espécie de pneu sobressalente para ocasiões graves.»

Logicamente, a Fundação Heritage apoia o bloqueio contra Cuba e acha que as sanções contra a África do Sul não se justificavam. Apoiá também a obra económica realizada pela ditadura chilena.

O diálogo, na Heritage, não foi fácil para os visitantes europeus.

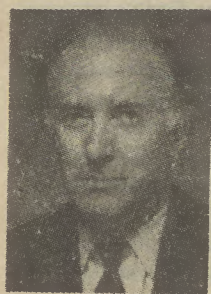
Horas depois, no Departamento de Estado, chamei a atenção para o facto de os investigadores da Fundação Heritage falarem da reorganização económica e social dos países do leste Europeu como se os Estados Unidos ocupassem ali e na Rússia uma posição de parceiro privilegiado. E não é o caso. Quem na Região domina no comércio externo e no campo dos investimentos é a Alemanha. Os EUA são ali um pequeno parceiro e não estão em condições de controlar a economia. Naquele mesmo dia o «Washington Post» anunciava um prejuízo recorde de 4,5 mil milhões de dólares na General Motors, o que obrigaria ao encerramento de 12 fábricas e ao despedimento de 17000 trabalhadores».

O embaixador Bartholomew, que é secretário de Estado adjunto para Assuntos Europeus, demarcou-se das posições da Fundação Heritage. Pensa que os EUA atravessam uma situação difícil, que ultrapassarão graças ao «génio americano», mas que não se acham em condições de assumir um papel de liderança na recuperação económica do Leste Europeu. «Temos de ser realistas e modestos» — concluiu.

## Um falcão

O senso da modéstia não parece, contudo, ser uma virtude cultivada pelos dirigentes do CSIS — Center for Strategic and International Studies — uma instituição privada onde a delegação da UEO foi recebida por Robert Hunter, vice-presidente dos Programas Regionais de uma casa que conta entre as suas estrelas Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski.

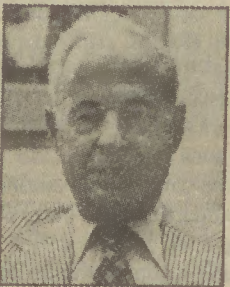
Hunter é aquilo a que se poderia chamar um falcão inteligente. Sabe medir as palavras, conhece muito bem as situações, mas não



Robert Hunter



Susan Woodward



Lincoln Gordon

suscitara protestos do ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá e do ministro do Comércio Externo do Reino Unido.

Reproduzo a resposta, dada depois de nova consulta a um assessor: «Parece ser um bom projecto e vamos continuar a defendê-lo».

Este tipo de parlamentar é muito comum na Câmara dos Representantes, mas pesa pouquíssimo na definição global dos EUA e zero no que se refere à política externa. Esta é concebida pela Casa Branca e pelos estrategos do Departamento de Estado e do Pentágono, com alguma cooperação do Senado.

## A eleição à porta

O momento da visita da Comissão Política da Assembleia da UEO foi mau. A sociedade norte-americana e as suas instituições políticas estão inteiramente voltadas para a campanha da eleição presidencial. Imprensa, TV, rádio dedicam ao tema atenção absorvente.

George Bush teria, em condições normais, escassas probabilidades de ser eleito. A crise desfavorece-o e a sua personalidade não suscita o entusiasmo do eleitor médio. Apesar disso é ainda apontado como favorito. Poderá vencer se não cometer erros fatais e se a crise não se agravar muito. Não porque inspire confiança; apenas porque tanto no seu partido como no Democrata os eventuais candidatos são muito maus. O republicano Patrick Buchanan é um inflamado demagogo, mas defende uma política tão primária, pelo reaccionarismo, que, ao lado dele, o presidente faz figura de progressista. E, para sorte de Bush, no Partido Democrático não apareceu até agora um candidato com um mínimo de prestígio e credibilidade. São tão fracos que Bill Clinton, não

formulação da estratégia norte-americana. A temática dos debates concentrou-se prioritariamente em questões ligadas aos problemas de segurança na Europa e no mundo.

Uma constante em todos esses encontros foi a extrema dificuldade de os interlocutores dos visitantes — com raríssimas excepções — aceitarem, na prática, a ideia de a Europa vir a criar um sistema de segurança próprio. No Pentágono, na Câmara dos Representantes, no Conselho de Segurança Nacional, no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, no Brookings Institute, na Fundação Heritage, e até no Departamento de Estado — as personalidades com quem os membros da UEO discutiram não escondem (com excepção de alguns diplomatas) a convicção de que, existindo a NATO, a criação de qualquer outro sistema de segurança colectiva levará à existência de estruturas de defesa paralelas, ou seja a uma duplicação e, portanto, a um esforço e a um investimento de utilidade questionável.

Naturalmente a maneira de expressar essa conclusão difere. O discurso não é homogéneo. As personalidades mais conservadoras sintetizam os seus temores no recado tipo: «Para que querem vocês dotar a Europa de uma estrutura militar própria se já existe a NATO? Ou será que pretende, sem o dizerem, reduzir o papel da NATO e levar os americanos a sair da Europa?»

A argumentação mais comum é outra. Os especialistas principiam por afirmar que compreendem perfeitamente o desejo dos Europeus de disporem de forças militares integradas, capazes de agir autonomamente em situações de crise. Mas logo que o debate se aprofunda e questões concretas são colocadas, o papel da NATO vem à baila e fica transparente que, na perspectiva da Administração e do próprio Congresso, o que está em causa é a continuidade da presença norte-americana na Europa.

No Pentágono ouvimos civis, com responsabilidades no

# Fundamentalismo e a crise

■ Domingos Lopes

hesita em fazer afirmações brutais. Mantendo sempre o mesmo tom de voz, fala como se estivesse a submeter os interlocutores a um teste.

A sua exposição inicial foi breve, apenas uma introdução para criar ambiente. Depois de analisar o novo conceito operacional dos EUA pós-guerra fria, que implica uma redução importante nos armamentos e nos efectivos, Hunter analisou o significado da criação de uma força avançada com elevado poder combativo capaz de vibrar em qualquer inimigo um golpe demolidor. A seguir abordou o tema Jugoslávia — talvez o mais permanente em todos os encontros — declarando, sem rodeios, que a Administração norte-americana quis deixar o problema para a Europa o resolver. Foi — acrescentou — um teste, um modelo do qual vamos, no futuro, tirar as lições implícitas no que se passou.»

Sobre a Guerra do Golfo discorreu com segurança sobre a metodologia utilizada para persuadir o povo norte-americano de que era «uma guerra justa», salientando que sem a coligação teria sido impossível obter a adesão popular.

Não respondeu a uma pergunta sobre o contencioso Índia-Paquistão e a mudança de alianças na área, mas quando um deputado holandês perguntou se os EUA conseguiriam formar uma coligação para apoiar uma eventual intervenção sua nessa região da Ásia, respondeu com um não categórico: «Nessa área não há petróleo e o factor petróleo foi decisivo no caso da Guerra do Golfo. Os nossos aliados não nos acompanhariam num cenário como o sugerido na pergunta. Penso que em qualquer hipótese seria muito difícil a formação de uma coligação como a que nos apoiou contra o Iraque.»

Inesperadamente, no meio de uma resposta, Robert Hunter fez uma afirmação que me soou como se fora uma sondagem aos presentes. Aludiu à possibilidade de os EUA intervirem militarmente na Coreia do Norte.

Logo choveram as perguntas. Pelo que me toca, quis saber se os EUA passariam eventualmente à acção armada contra a Coreia Democrática sem consulta prévia ao Japão e aos aliados europeus.

Respondeu que se tratava apenas de uma hipótese, de uma probabilidade, mas que se fosse tomada a decisão de bombardear instalações coreanas para impedir Pyongyang de produzir armas nucleares, tal decisão seria naturalmente do governo dos EUA, unilateral. Uma opção que teria por objectivo, claro, a defesa da paz e de valores permanentes da humanidade...

Outro deputado perguntou se os EUA admitiam também a hipótese de bombardear instalações nucleares de Israel e do Paquistão? E da Índia e da África do Sul?

Hunter isolou a referência a Israel para opinar que se tratava de um Estado merecedor de confiança e que jamais tomaria uma atitude irresponsável no tocante ao uso de armas nucleares.

A discussão aqueceu. Robert Hunter, que já havia suscitado reacções muito vivas ao afirmar que no caso da Jugoslávia teria, se fosse sua a decisão, enviado a VI Esquadra Americana para o Adriático, frente a Dubrovnik, fez uma declaração pessoal significativa no final do debate: «Eu estava na Europa quando Israel bombardeou o reactor iraquiano. E aprovei sem hesitar essa medida do Estado israelita.»

## A crise

Os problemas ligados à segurança europeia não fazem parte, obviamente, das preocupações do cidadão comum norte-americano, muito mais interessado com as consequências (para o seu orçamento familiar) da recessão, prestes a entrar no 20º mês consecutivo.

A política externa é terreno reservado dos especialistas. As grandes cadeias de televisão — nomeadamente a CNN — fornecem ao público uma informação abundante, mas no comentário são quase sempre lacónicas. Quanto à imprensa, somente os grandes jornais — o NYTimes, o Washington Post, o Wall Street Journal e o Los Angeles Times, e as revistas tradicionais — se ocupam de «temas tão exóticos (ouvi a expressão numa recepção da Embaixada da Alemanha em Washington) como o papel e a existência da União da Europa Ocidental» e a função da CSCE.

A crise interna e sobretudo a eleição presidencial são os assuntos que o país discute. Não foi sem surpresa que verifiquei uma realidade: é nos grandes armazéns de vestuário e com maior incidência nas lojas de luxo, a esmagadora maioria dos artigos à venda são importados da Europa, da Ásia Oriental, do Japão, da América Latina. A quantidade dos produtos japoneses, sobretudo no ramo da electrónica, impressiona. E a percentagem de automóveis estrangeiros continua a aumentar. O mesmo se passa no sector alimentar.

No espectáculo do quotidiano sente-se o pulsar do défilé comercial dos Estados Unidos. Ao medo do Japão soma-se a desconfiança da Europa.

Essa tensão, esse temor mal definido do futuro estão a dificultar a campanha de George Bush que meses atrás era olhada quase como um ritual no caminho de reeleição certa. Agora os grandes jornais admitem já que o presidente pode perder em Abril as primárias da Califórnia, o que não acontece a um candidato republicano há muito tempo.

A incerteza da reeleição de Bush, colocado perante candidatos sem prestígio, com uma dimensão política e intelectual insignificante, expressa bem a complexidade da crise de confiança de que o povo norte-americano é simultaneamente sujeito e objecto. Uma crise diferente de todas as anteriores e para a qual não se antevê saída fácil e próxima.

Dentro do tempo presente tem o homem urdido uma intricada teia de paradoxos e contradições difíceis de superar e resolver.

A civilização humana enfrenta desafios de uma dimensão planetária. É o homem e é o Planeta que estão em causa.

O homem sempre se perseguiu a si próprio. Os inventos, as descobertas, as pesquisas, a arte, estiveram ao serviço desse objectivo: a procura de si em si e no mundo que o rodeia.

E não há dúvidas que o caminho andado lhe permitiu, no terreno do avanço técnico-científico, conquistas espectaculares. Tornou-se senhor da Terra e do Universo. Descer a direcção e a velocidade de um ciclone ou de um tufão, ou enviar uma sonda a Marte ou a Júpiter, passaram a ser assuntos normais na vida da civilização humana.

Neste fim do século, nunca o homem teve à sua disposição tanto saber, tanto conhecimento e tantas possibilidades.

É, porém, o artífice de toda esta extraordinária obra que, ao erguê-la, a amassa, nestes dias vertiginosos de uma crise que varre todos os sistemas, a vida e o Planeta.

O modo de levar à prática uma nova organização política, económica e social, através de um novo modo de produção, no Centro e Leste europeus, abriu bancarrota.

A crise varre densamente estes países, em todos os domínios. Os nacionalismos e os conflitos étnicos atravessam horizontalmente estas sociedades e criam gravíssimos problemas, alguns dos quais assumindo proporções militares de uma envergadura tal que, a não serem atenuados, podem envolver outros países e o próprio continente.

Paradoxalmente, na Cimeira de Maastricht, em Dezembro, os 12 da CEE avançaram para uma moeda única e discutiram medidas que poderão levar, a médio prazo, a uma política de defesa e a uma política externa comuns.

Mas os velhos problemas nacionais, que jaziam adormecidos na Eslováquia, ou no Azerbaijão, ou no Báltico, ou na Morávia, ou nos Montes Balcãs, ao despertarem não poderão também reavivar chammas nacionalistas de lumes brandos na Espanha, França, Irlanda, Bélgica?

A solidez da Europa da CEE não é suficientemente forte para não deixar transparecer a fragilidade que a toca no desemprego e outras chagas sociais, com particular destaque para o avanço da xenofobia e de ideias nazi-fascistas.

Os resultados eleitorais obtidos pela extrema-direita, na Bélgica, pelas Ligas regionais na Itália (Lombardia), as sondagens referentes ao resultado eleitoral da Frente Nacional de Le Pen, os avanços dos nazis na Alemanha e na Áustria, não auguram nada de bom.

O próprio Vaticano, apercebendo-se da crise de valores dos dias actuais, da perda de referências espirituais e ideológicas, ei-lo que recua nos tempos à procura de uma identidade perdida, com o «aggiornamento» iniciado pelo Papa João XXIII.

Uma espécie de fundamentalismo «soft», com origem em sectores mais recalcitrantes do Vaticano, pretende a todo o custo impedir na Polónia a separação do Estado e da Igreja, impor o catecismo a tudo e a todos, proibir o aborto, conquistas cívicas dos homens e das mulheres. A ideia do Papa de que a Sida é castigo de Deus vale por si.

Perdido de valores, sem referências, o homem é mais permeável ao irracional.

A ordem reinante no mundo, que ameaça a vida do Sul do Planeta, sujeito a tremendas privações, à nudez, à fome, à doença, mostra a dimensão da crise.

E nós choramos, por via da transmissão televisiva, as centenas de milhares de mortos nas inundações do Bangla

Desh, mas todos os dias o nosso coração se mantém mais ou menos insensível aos 14 milhões de crianças que morrem anualmente, segundo o relatório da UNICEF divulgado em 20 de Dezembro, em Bruxelas.

Entretanto, ao mesmo tempo que se registam avanços na luta pela liberdade e pela democracia (embora nalguns casos rapidamente frustrados pela nova situação), são igualmente de registar situações preocupantes. Lá, onde os povos têm visto serem goradas as suas legítimas expectativas a uma nova e melhor vida, algumas amassadas em objectivos que custaram centenas e centenas de milhares de mortos (a guerra de libertação da Argélia), lá, onde os do poder ou utilizaram em seu próprio proveito, corrompendo, reprimindo e oprimindo, lá, estão nascendo fundamentalismos que se afirmam vitoriosos e fazem países e povos regredir a conceitos e modos de vida quase medievais.

Bem perto de nós, a Frente Islâmica de Salvação da Argélia (FIS) obteve um resultado eleitoral na primeira volta que a deixa à beira de uma esmagadora maioria absoluta.

Por via da democracia, servindo-se dela, a FIS anunciou iniciar um processo de liquidação da democracia argelina. É legítimo a um partido político usar a democracia para a liquidar?

Sabido que não é apenas um fenómeno nacional, que os fundamentalistas estão bem presentes em todo o Magreb e o Machereque, é caso para perguntar, para onde vão os países árabes? E se vão, por que vão nessa direcção? O que leva os povos a depositar esperanças em tais formações políticas?

À custa de tanta esperança depositada pelas massas árabes nos anos 50, 60 e 70 nos dirigentes árabes nacionalistas que em geral a frustraram, sucede hoje um regresso a uma identidade perdida, a um igualitarismo corânico, espécie de alimento espiritual face à perda de valores, influências e frente ao Ocidente, onde também campeia a xenofobia, e à humilhação que representou a derrota militar de Saddam Hussein.

Na Índia, onde centenas de milhões de indianos vivem abaixo do extremo limiar da pobreza, os fundamentalismos (hindu e muçulmano) enfrentam-se e enchem de sangue o quotidiano indiano.

O Planeta está saturado e intoxicado em muitas zonas. Há riscos para a vida na Terra, se não forem feitos esforços globais para pôr termo à poluição e impedir que alargue ainda mais perigosamente o buraco de ozono.

O homem, senhor da Natureza, não pode levar à destruição do meio sem o qual não sobrevive. O assassinato da Natureza é o suicídio humano anunciado.

Que ninguém diga que não é necessário opor, com força, com inteligência e lucidez, uma barreira aos diversos fundamentalismos.

Na fragilidade em que hoje assentam as relações internacionais, tendo em conta a situação económica do Terceiro Mundo, as previsíveis explosões sociais, os conflitos regionais por resolver, os conflitos nacionalistas e étnicos, torna-se necessário que a dimensão da democracia e da liberdade seja associada a condições materiais de vida minimamente dignas, sob pena de ser o trampolim para fundamentalismos de todo o tipo, e avanço, agora às claras, da extrema-direita.

E que a liberdade e a democracia sejam também um instrumento para um relacionamento com o Planeta, que lhe assegurem a vida e a permanência do Homem.

Mas a liberdade e a democracia, para transformarem a vida e para vencerem a crise e avançarem por outro caminho, ainda indeterminado, mas possível.



## Um relatório de Fevereiro deste ano do Medical Educational Trust

# IRAQUE: a guerra continua a matar

As condições sanitárias no Iraque fornecem um claro e aterrador exemplo dos efeitos da alta tecnologia bélica numa sociedade urbana complexa quando as suas infra-estruturas são alvo de acções militares.

Demonstra-se também que os efeitos da guerra moderna não se limitam ao campo da batalha e se prolongam no tempo. O embargo que se mantém aumenta o sofrimento do povo e causa muitas mortes, quase exclusivamente de civis, não combatentes.

Outra lição da Guerra do Golfo é que as últimas maravilhas em precisão das armas modernas, devido aos alvos que privilegiaram causaram a morte de muitos dos membros mais vulneráveis da sociedade civil: além dos idosos, grávidas, bebés e crianças — aqueles de quem depende o futuro de uma nação.

Ao fim de um ano as mortes continuam, daí resultando que actualmente as mortes civis excedem as militares.

As balas e as bombas não são as únicas e mais importantes causas de morte — os feridos sem assistência, a água contaminada, a falta de condições sanitárias, a falta de alimentos e abrigos, tudo condições ainda prevalentes no Iraque, interactuam de muitos modos afectando a saúde e causando a morte de milhares de pessoas.

Não se conhecem ao certo as baixas iraquianas durante a guerra, mas sabe-se que a grande maioria dos mortos e feridos foram os curdos e chiitas mobilizados e civis mobilizados à força (kuwaitianos e opositores a Saddam Hussein). As tropas sunitas (a Guarda Republicana) foram poupadas para posteriormente reprimir as revoltas curdas e chiitas e aumentar o número de mortos.

Em Maio, a Agência de Defesa Americana calculou em 100 mil os mortos iraquianos em acções militares e 300 mil feridos. Admite-se que existam informações mais precisas, mas a sua publicação tem sido recusada, em aparente conluio com o governo iraquiano.

A intensidade do ataque e a natureza das armas utilizadas (incluindo bombas de fragmentação para maximizar as baixas e novas armas como explosivos «fuel-air» que destroem a vida em extensas áreas (privando-as de oxigénio) e que têm sido comparadas a pequenas bombas nucleares) permitem pensar que as baixas foram mais numerosas.

Foi referido que as tropas da coligação «usaram bulldozers para sepultar milhares de inimigos mortos nas trincheiras enquanto os aliados avançavam». Também muitos soldados iraquianos feridos e não feridos foram sepultados vivos nas trincheiras de acordo com informação de membros da 1ª Divisão de Infantaria Mecanizada dos EU, o que foi confirmado pelo Pentágono.

Mas a maior tragédia da Guerra do Golfo reside principalmente no catástrofe civil que desencadeou e no facto que a maioria dos militares mortos serem eles próprios vítimas de Saddam Hussein.

Também não há dados precisos sobre o número de vítimas civis. Foram admitidos números de 5 a 15 mil civis mortos como consequência imediata dos ataques da coligação. Mas, posteriormente e até Dezembro de 1991 esse número subiu para um total de 177 500 a 243 000.

Tem de admitir-se que as baixas foram muitas e a destruição extensa, pois nos primeiros dezanove dias de guerra a tonelagem de TNT lançada no solo iraquiano foi três vezes a totalidade da 2ª Guerra Mundial. A precisão dos ataques não foi aquilo que os *mass media* quiseram sugerir. De cerca de 90 mil toneladas de explosivos lançados, só 7400 toneladas foram de bombas de precisão e destas pelo menos 30% não acertaram no alvo.

Os ataques da coligação às infra-estruturas civis e o custo humano imediato foram cuidadosamente documentados pelo grupo norte-americano dos Direitos Humanos Middle East Watch. Esta destruição deliberada, mais a imprecisão de muitos bombardeamentos causou muitas mortes civis depois da guerra. Muitas destas destruições eram militarmente desnecessárias e pretendiam ampliar o impacto económico e psicológico das sanções.

### Refugiados

A guerra causou uma das maiores deslocções de populações da história, um total de cinco milhões de refugiados. Dos refugiados curdos no princípio de Maio já tinham morrido 30 mil, segundo o Greenpeace.

Do total de 1,9 milhões de refugiados curdos, mais de 1,1 milhão eram mulheres e crianças expostas a condições climáticas muito severas, sem abrigos nem roupas adequadas, água potável, alimentos e serviços médicos. Em Agosto estavam a morrer mil crianças por dia. A UNICEF referiu muitos casos de sarampo, diarreia, febre tifóide e pneumonia. Mais de 60% dos mortos eram crianças com menos de cinco anos.

## Foram lançados no Iraque, nos primeiros 19 dias de guerra, três vezes mais explosivos quem em toda a II Guerra Mundial

Os ataques e perseguições de Saddam Hussein agravaram ainda a situação e em Dezembro muitos curdos tiveram que voltar a fugir para os campos sem condições nas montanhas da fronteira turca, já debilitados pelas privações de todo o ano. As Nações Unidas calculam que nestas condições passaram o Inverno 350 mil refugiados. Este Inverno irá seguramente aumentar a mortalidade.

Uma tragédia humana semelhante ocorre no sul do Iraque com os chiitas, vítimas das destruições da guerra agravadas pelas destruições e perseguições das tropas sunitas de Saddam Hussein.

O destino dos 2,8 milhões de trabalhadores estrangeiros foi também dramático para os próprios, familiares e países de origem.

O relatório tem um capítulo dedicado ao auxílio internacional prestado aos refugiados.

Transcrevemos apenas um comentário dum jornal médico *Lancet*: «no Iraque a missão humanitária das NU contradiz o seu papel na implementação das sanções. (...) Quase todo o pessoal das NU no Iraque se opõe às sanções. Elas testemunham o sofrimento criado entre os sectores mais vulneráveis da população e sentem que isto é contrário à carta das NU».

### Destruição das infra-estruturas e consequências para a saúde

Os bombardeamentos da coligação destruíram a maior parte das infra-estruturas do Iraque: estradas, comunicações, centrais e redes de energia eléctrica, abastecimento de

## Apenas 8% das bombas lançadas eram de precisão e destas mais de 20% erraram o alvo

água e esgotos e instalações de saúde. Estas destruições foram depois ampliadas pelas causadas pelas forças de Saddam Hussein para reprimir os curdos do norte e os chiitas no sul.

Um relatório das Nações Unidas (Relatório Ahtisaari) refere que o recente conflito provocou resultados quase apocalípticos na infra-estrutura económica do que tinha sido, até Janeiro de 1991, uma sociedade altamente urbanizada e mecanizada. Agora, a maioria dos meios de suporte da vida moderna foram destruídos. O Iraque foi relegado, pelos tempos próximos, para uma idade pré-industrial, mas com todas as fraquezas de uma dependência da época pós-industrial do uso intensivo de energia e tecnologia (...). Como resultado da guerra, virtualmente todos os anteriores recursos em combustíveis e energia (...) e os meios moder-

nos de comunicação estão agora, essencialmente, mortos».

Apenas 4% do equipamento gerador eléctrico ficou funcional.

Não só foram destruídas as estações elevadoras de água e de tratamento de esgotos, como as fábricas que produzem cloreto e sulfato de alumínio para o tratamento das águas.

O fornecimento de água e a sua bombagem eléctrica são essenciais para o Iraque não só para as necessidades humanas e industriais imediatas, mas para a produção de alimentos, pois a agricultura depende muito da irrigação. Assim, no Verão de 1991 a agricultura ficou extremamente comprometida.

A destruição desta parte vital da infra-estrutura do Iraque e o impedimento, pela manutenção do embargo, da sua rápida reparação, tem profundas implicações na saúde e é causadora de grande sofrimento da população civil.

### Alimentação e serviço de saúde

Em Novembro de 1991 o sistema de racionamento fornecia menos de 1400 calorias por dia, comparado com o consumo anterior à guerra de cerca de 3200. A maioria da população está mal alimentada há mais de um ano.

O futuro para este ano é ainda mais sombrio, pois possivelmente as quantidades que o Iraque necessita de comprar não serão satisfeitas pela comunidade internacional.

O impacto na saúde da destruição de serviços essenciais foi catastrófico.

O Ministério da Saúde recebeu um impacto directo, todas as telecomunicações se perderam e a capacidade de transporte foi reduzida a 10%.

Não tem havido uma rápida recuperação desta situação pós-guerra não só devido à magnitude das destruições mas também devido à persistência das sanções. Segundo uma investigação das Nações Unidas, seis meses depois, funcionava menos de metade do equipamento médico, dois terços dos geradores hospitalares não funcionavam, os departamentos de hemodiálise estavam fechados por falta de energia, faltavam drogas essenciais e reagentes.

As consequências para a saúde da guerra e das sanções agravaram-se durante o ano de 1991. A incidência de diarreias e doenças respiratórias agudas quadruplicou.

Em Abril a organização mundial *Medical Aid for Iraq* relatou: «Em todo o país, reduções drásticas de água potável levaram a epidemias de gastroenterites. Morreram milhares».

Em Nasireyah, 98% das admissões nos hospitais pediátricos são crianças com diarreia. Crianças de dois meses são admitidas subnutridas, desidratadas e a morrer (...). O programa de imunização infantil foi suspenso desde Setembro por falta de vacinas. Estão a aparecer casos de poliomielite e são de temer epidemias de sarampo.



reitos Humanos resumiu a destruição da infra-estrutura civil como «um tipo de guerra que lança uma bomba agora para matar mais tarde (...). É uma catástrofe ao ralenti de imensas proporções».

### Efeitos sobre o ambiente

Foram atacadas e destruídas 18 instalações de armas químicas, 10 de armas biológicas e 3 instalações nucleares.

Não se sabe a natureza, quantidades e vias de dispersão dos gases libertados, mas foram detectados na atmosfera gases e entre estes tabun (agente nervoso).

Foram destruídos dois reatores nucleares, mas não está determinado se estas destruições tiveram consequências para a saúde.

Foram incendiados 700 dos 1330 poços de petróleo do Kuwait, perdendo-se diariamente 4 a 8 milhões de barris. O último fogo foi extinto em Novembro, mais cedo do que o previsto, mas óleo não queimado continuou a ser derramado no deserto, calcula-se que 150 milhões de barris, cobrindo mais de 60% da superfície do Kuwait.

Os efeitos atmosféricos parecem não ter sido tão pequenos como prediziam as fontes oficiais nem tão globais como outros previram antes da guerra.

Imagens de satélite em meados de Março mostraram espessas nuvens de fumo tóxico estendendo-se por muitas centenas de quilómetros sobre a Roménia, Bulgária e até ao Afeganistão e Paquistão.

Em Novembro um estudo do Greenpeace mostrou peixes doentes e alterações nos viveiros de camarões.

Um relatório das Nações Unidas diz que «a recuperação da infra-estrutura física da região pode necessitar de grande parte da década para se reali-

zar» e adverte para os «riscos para a saúde de comer carne de animais que se alimentam nas pastagens fortemente contaminadas».

Houve um grande aumento de doenças das vias respiratórias, e prevê-se um acréscimo de cancro do pulmão.

As forças da coligação deixaram entre 45 a 54 milhões de bidons de lixo no deserto.

A presença de mais de um milhão de soldados com os seus imensos arsenais alterou muito o frágil ecossistema do deserto destruindo uma significativa proporção da flora e da fauna.

As águas do Golfo a cerca de 400 milhas da costa foram também afectadas e «os recursos naturais do Golfo são fundamentais para a prosperidade e desenvolvimento regional».

Outro perigo para as populações é representado pelas munições que não explodiram. Calcula-se que pelo menos 600 bombas, rockets, granadas de artilharia ficaram diariamente por explodir. Em Outubro já tinham morrido 44 americanos vítimas de material não explodido. Em média

Os cálculos mais recentes apontam para um total de baixas iraquianas entre 177 500 e 243 000 mortos

desde que a guerra acabou estão a morrer seis pessoas por dia vítimas deste tipo de acidentes.

As forças da coligação deixaram no terreno pelo menos 40 toneladas de cartuchos de explosivos que contiveram urânio. Este é quimicamente tóxico e radioactivo, podendo passar para a cadeia alimentar e água e pondo também em risco as equipas de limpeza. O óleo não queimado, em alguns casos, envolve este material complicando a sua limpeza.

### Violação dos Direitos Humanos

A guerra ainda agravou o já longo record de violações dos direitos humanos praticadas por Saddam Hussein.

As violações continuaram no Iraque e Koweit com muitas torturas e mortes e os kuwaitianos que regressaram ao país infligiram torturas em populações não kuwaitianas, palestinianos, jordanos e outros, incluindo curdos fugidos às perseguições de Saddam. Isto parece ter tido sanção oficial, com membros da família al-Sabah pessoalmente envolvidos. Foram mortas e torturadas muitas centenas de pessoas.

Segundo uma estimativa do Greenpeace o total de mortos iraquianos situou-se entre 177 500-243 000. O conflito do Golfo foi considerado uma vitória da coligação mas os custos foram enormes, incluindo milhões de refugiados, centenas de milhares de mortos e feridos, grave destruição ambiental, custos militares de mais de cem bilhões de dólares, mais outros custos económicos de outros cem bilhões. A maior parte dos sacrifícios recaiu e recaiu sobre os não responsáveis muitos dos quais já eram vítimas de Saddam Hussein — curdos, chiitas e em geral a população civil do Iraque.

A Guerra do Golfo destruiu a estrutura social do Iraque e as suas notáveis melhorias na saúde pública obtidas nas décadas anteriores, demonstrando o que pode acontecer

## As tropas americanas e inglesas deixaram entre 45 a 54 milhões de bidons de lixo no deserto

quando existem os meios e a vontade de destruir as condições de vida.

Os custos da guerra excedem seguramente os benefícios.

Um ano depois o Koweit ainda não tem um governo democraticamente eleito e os abusos aos direitos humanos continuam. A guerra e as sanções deixaram Saddam Hussein no poder, com o núcleo leal das forças armadas apto a continuar a repressão interna. As destruições causadas pela guerra e os efeitos das sanções parecem terem unido muitos iraquianos a Saddam e contra o mundo ocidental que lhes parece insensível, sem consideração e contraditório nas suas acções.

A população do país sofre crescente pauperização como resultado combinado das sanções internacionais, do regime de Saddam e das destruições da guerra. As sanções foram regeitadas como um meio eficaz para forçar Saddam a deixar o Koweit, mas são usadas agora, depois da guerra, para o forçar a abandonar o poder no Iraque!

A despeito do facto de que são as crianças e os doentes crónicos os grupos mais vulneráveis da sociedade e aqueles que menos podem influir no curso dos acontecimentos no Iraque quem sofrem o seu maior impacto. A guerra destruiu a infra-estrutura civil essencial para a saúde pública e as sanções impedem a sua restauração.

A Guerra do Golfo acabou, mas a crise do Golfo continua a ser um desastre para a saúde pública dos iraquianos, um desastre ambiental para a região, um desastre pessoal para milhões de refugiados, particularmente para os países do Terceiro Mundo.

\* O Medical Educational Trust foi criado em 1983 em Inglaterra para promover investigação e educação nos domínios da violência, conflitos entre grupos e efeitos das armas de destruição massiva.

Desde que a guerra acabou, morre diariamente uma média de seis pessoas em acidentes não explosivos não deflagrados

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Cartaz

P? GA.  
PG? A...  
PGA? Há?  
PGA? Ah!  
PGA? Ah! Ah! Ah! Ah! Ah!

Amigos...  
da onça

Estados Unidos  
amigos queridos?  
Porém amigos  
amigos porém  
de quem? De quem?  
da Indonésia  
calha bem.  
Uma desgraça.  
(Toma magnésia  
que isso passa!)  
Direitos humanos?  
Tá bem, ó manos!  
Com a tristeza  
com a defesa  
destes direitos  
tão afamados,  
estamos tramados  
estamos feitos.  
E a Indonésia  
cheia de Graça...  
(Toma magnésia  
que isso passa...)  
Morte em Dili.  
Massacre, ouvi.  
Massacre, vi.  
Dizem os Estados  
Unidos: Gente,  
que exagerados!,  
foi simplesmente  
um incidente,  
foi, para a Indonésia,  
uma chalaça...

— Ó poeta — diz  
Bush feliz  
com a Indonésia  
É simplesmente  
um incidente.  
É só fumaça.

Querida Indonésia  
cheia de graça!  
Tomo magnésia  
que isso passa...  
Estados Unidos  
amigos queridos...

## O tal acordo...

Os retalhistas  
estão zangados  
prejudicados  
no acordo aflito.  
Fazem barulho  
porque o Gamito  
foi no embrulho.  
Pequenos sofrem  
na ocasião  
do grande aperto.  
Concertação  
não tem concerto...

## O que é? O que é?...

Então caíste na asneira  
de entrar na concertação.  
Claro, foram-te à carteira.  
Esperavas outra maneira  
quando foste ao beija-mão?...

— Não faças tal! — segredaram  
alguns amigos até  
cientes de que lidavam  
com os que de ti troçavam.  
Mas tu não lhes deste fé...

Entre um abraço e um aceno  
tocaram no brinde os copos  
e parecia um filme obscuro  
vendo no álcool do veneno  
tantos risos e piropos.

Envergonhados e breves  
deu-os a televisão.  
São penas e nada leves.  
O que é que tanto lhes deves  
para te terem na mão?...

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## Mal-agraçados

De vez em quando, para os  
lados da direita e dos seus  
colaboradores mais  
próximos, há alguém que  
cai em desgraça. Como  
quem acaba um serviço  
menos limpo e já não serve  
para continuar em casa,  
porque toda a gente dá  
conta do cheiro.  
Por vezes, é um ministro.  
Outras, um director-geral  
ou um administrador que  
fez o frete contra ventos e  
marés. Mesmo um  
deputado altamente  
colocado tropeça e cai do  
serviço abaixo.  
O caso de Torres Couto,  
que tantas vezes assinou  
contra os trabalhadores,  
parece ter chegado ao fim.  
Não falamos das denúncias  
sensacionalistas de «O  
Independente», mas de  
toda — quase toda — a  
comunicação social para  
quem o Torres era a menina  
dos olhos, o democrata de  
serviço no sindicalismo, o  
campeão anticomunista de  
escala aos sindicatos.  
Torres Couto parece ter  
ido, agora, longe de mais.  
Não para si próprio. Mas  
para os que o usaram ao  
longo dos anos. O  
escândalo do último acordo  
— e dos que nos bastidores  
consentiu — faz com que  
hoje, servido o Governo e o

patronato, o arredem.  
Coutado dele.

## Aspirações reais

O PPM esteve quase a  
falecer. Nas últimas, depois  
de mais uma fatídica  
eleições, os adeptos do rei  
conseguiram prolongar a  
agonia, com algumas  
personalidades conhecidas  
a baterem finalmente com a  
porta. Mas as aspirações  
reais de Nuno Cardoso não  
vão muito longe. Disse ele  
ao «Diabo» que «não  
podemos pensar que iremos  
passar de uma escala  
modesta para sermos um  
grande pequeno partido».  
Mais adiante diz também  
que «não podemos pensar  
em governar». Sem  
ambições de conseguir um  
lugar ao sol ou na cadeira  
do poder, o PPM fica a  
viver sozinho. E tanto mais  
sozinho quanto os que o  
abandonaram eram as  
figuras conhecidas daquele  
pequeno partido. Quanto a  
essas saídas, disse Nuno  
Cardoso, também ao  
«Diabo», que talvez seja a  
última instância a ouvi-lo:  
«O PPM tem muitas  
pessoas e muitas delas  
ainda não tiveram  
oportunidade de  
aparecerem».  
Se calhar também os não  
deixaram votar...

## Videntes

Por cá já se sabia que, no  
caso do Governo de  
Cavaco, as previsões saem  
sempre furadas. Basta ver  
quando eles calculam a  
inflação que vai acontecer,  
ou os aumentos que  
negociam com a UGT.  
Talvez por saberem que as  
previsões nunca acertam  
com as vontades é que,  
como reza um semanário da  
nossa praça, o Ministério da  
Defesa recorreu a uma  
vidente estrangeira para  
acertar com o paradeiro do  
«Bolama», o navio  
desaparecido e já  
encontrado pela Marinha  
portuguesa, felizmente sem  
que o recurso à vidente  
houvesse resultado. Parede  
que a rotina dos métodos  
científicos sempre consegue  
melhor.  
No entanto, a dúvida  
persiste. Se o Ministério da  
Defesa tivesse recorrido a  
uma vidente nacional talvez  
tivesse melhor sorte. É que  
logo se foram lembrar de  
trazer uma vidente... russa!  
A qual terá chegado e dito,  
apontando a carta numa  
zona próxima de Cabo  
Verde: «É aqui que ele  
está!»  
Então não sabiam que,  
desde há anos a esta parte,  
na Rússia nenhuma  
previsão resulta?

frases  
da  
Semana

“Tenho dificuldade em en-  
contrar um serviço público  
que deva ser completamente  
gratuito.”

☛ (Braga de Macedo — «Ex-  
presso-Revista», 7.03.92)

“Em política sou um bebé.”

☛ (Idem)

“(...) comparando este cres-  
cimento com o que se regista-  
ra em anos anteriores, o pro-  
duto caiu para metade, o in-  
vestimento para um terço, as  
exportações para um décimo  
— e voltámos ao período das  
falências, do crédito malpa-  
rado, das letras protestadas,  
dos cheques sem cobertura.”

☛ (Daniel Amaral, «Econo-  
mia por Dentro» — «O Jornal»,  
6.03.92)

“O Governo portou-se muito  
mal ao impor uma portaria  
para o funcionalismo público  
em plena fase de negociação,  
e voltou a portar-se muito  
mal ao querer isolar a CGTP.  
Mas a UGT, em relação a  
esta, portou-se tão mal quan-  
to o Governo, traindo um  
parceiro de luta e fazendo um  
acordo maldito.”

☛ (Idem)

“Se imaginarmos um mundo  
onde o desenvolvimento se  
baseie nas necessidades, a  
primeira prioridade deveria  
ser as necessidades básicas  
das pessoas: acabar com a  
fome e o analfabetismo, etc.”

☛ (T. K. Oommen, Pres. da  
Associação Internacional de  
Sociologia — «Público»,  
9.03.92)

“O conhecimento é a única  
coisa que podemos partilhar  
sem ficar com menos, no pro-  
cesso de partilha o conheci-  
mento aumenta. É a diferen-  
ça fundamental entre o co-  
nhecimento e as outras coi-  
sas.”

☛ (Idem)

“É verdade que ele guardava  
tudo e escrevia muito.”

☛ (Ex-colaborador de Rui Ma-  
teus, a propósito das anuncia-  
das «Memórias» — «O Jornal»,  
6.03.92)

“Recuso a ideia de que existe  
um antagonismo no Governo  
sobre o projecto da nova tra-  
vessia sobre o Tejo.”

☛ (Valente de Oliveira —  
«Diário de Notícias», 7.03.92)

“Ainda não temos candidato  
às presidenciais.”

☛ (Pedro Passos Coelho, JSD  
— «O Diabo», 10.03.92)

“A falta de pluralismo na te-  
levisão continua a ser um  
problema agudo da socie-  
dade portuguesa e poderá  
haver até quem pense que  
afecta o regular funciona-  
mento das instituições.”

☛ (Mário Soares — «Diário de  
Notícias», 9.03.92)

“Não será com imagens  
idílicas de um país que não  
somos, ou inventando tra-  
umas artificiais que não temos,  
que o Primeiro-Ministro  
poderá enganar-se a si  
próprio e a nós.”

☛ (Helena Roseta — «Diário  
de Notícias», 8.03.92)



**Quinta, 12**

● **BARREIRO**  
Plenário concelhio de Reformados - no Centro de Trabalho, às 15.00.

● **SETÚBAL**  
Reunião de militantes da freguesia de S. Julião - no CT concelhio, às 21.30.

**Sexta, 13**

● **ALMADA**  
Sessão de solidariedade e debate sobre Cuba, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 21.30, no Centro de Trabalho concelhio do PCP.

● **BELAS**  
Plenário-convívio de militantes da freguesia, com entrega dos cartões 92-93: no Salão dos Reformados da Junta de Freguesia de Belas, com a participação do camarada Rogério de Brito.

● **GAIA**  
Reunião de militantes para debate de problemas da organização, com a presença do camarada Emídio Ribeiro. Às 21.30, no Centro de Trabalho local.

● **GONDOMAR**  
Reunião de militantes para debate de problemas da organização, com a presença do camarada Mário Costa. Às 21.30, no CT de Valbom.

Reunião de militantes de S. Pedro da Cova para debate de problemas da organização, com a presença da camarada Rosa Dias. Às 21.30, na Junta de Freguesia.

● **GUIMARÃES**  
Jantar comemorativo do 71º aniversário do Partido - no restaurante de Oliveiras (estrada Guimarães-Fafe).

● **LISBOA**  
Jantar-convívio dos sectores Serviços e Centro Norte de Empresas de Lisboa com a participação do camarada Álvaro Cunhal: a partir das 20.00, no CT Vitória.

Beberete-convívio comemorativo do 71º aniversário do Partido. Às 21.30, no Centro de Trabalho da Graça.

**71º****aniversário****LISBOA**

**Jantar-convívio dos sectores Serviços e Centro Norte de Empresas da Cidade de Lisboa**

sexta-feira no CT Vitória

**ÉVORA**

**Almoço distrital comemorativo**

sábado no Páteo Alentejano

ambos com a participação do camarada **Alvaro Cunhal**

Convívio promovido pela **Juventude** - no CT de Santos, a partir das 22.00.

Plenário de militantes da freguesia de S. João - no salão da Junta de Freguesia, às 15.00, com a participação do camarada Hipólito dos Santos.

Reunião da célula das OGFE - no CT de Marvila, às 17.00.

● **LOURES**  
Encontro de **Demétrio Alves**, presidente da CM de Loures, com a população da freguesia de **Prior Velho**: às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

Reunião de eleitos nas autarquias da Zona Norte de Loures: no CT de Loures, às 21.30.

● **NISA**  
Plenário de militantes, com a participação dos camaradas **João José Pinheiro** e **Fernando Carmosino**. Às 20.30, no Centro de Trabalho.

● **PORTO**  
«O PCP e a novas exigências. Como responder às necessidades actuais da luta» - debate promovido pelo Sector Intelectual do Porto do PCP, inserido na preparação do XIV Congresso. Às 21.30, no CT da Boavista, com a participação do camarada **Agostinho Lopes**.

● **ARRUDA DOS VINHOS**  
Visita de eleitos, ex-candidatos e activistas da CDU à freguesia de **Arranhó** para levantamento das prioridades lo-

● **QUELUZ**  
«Queluz e a segurança das popula-

ções e dos cidadãos»: debate na Escola Secundária de **Massamá**, às 21.30, com a participação dos camaradas **João Amaral** e **Sérgio Soares**.

● **RIBA D' AVE**  
Visita de dirigentes do PCP e eleitos em autarquias à freguesia de **Riba D' Ave**, integrada nas Jornadas Autárquicas concelhias.

● **SETÚBAL**  
Plenário de militantes da freguesia da **Gâmbia** - às 21.30, em casa do cam. **José Luís Deodato**.

**Sábado, 14**

● **ÁGUEDA**  
Debate sobre problemas da Organização, com a participação do camarada **Blanqui Teixeira**. A partir das 16.00, no Centro de Trabalho. À noite, num restaurante local, jantar comemorativo do 71º aniversário do Partido.

● **ALMADA**  
Visita dos membros da Comissão Concelhia de Almada do PCP às principais obras do Concelho de Almada. Participam eleitos e a Câmara Municipal.

● **ARRUDA DOS VINHOS**  
Visita de eleitos, ex-candidatos e activistas da CDU à freguesia de **Arranhó** para levantamento das prioridades lo-

cais, nomeadamente as respeitantes ao saneamento básico. A partir das 15.30, com a participação no Lg. **Irene Lisboa**.

● **AVINTES**  
Jantar comemorativo do 71º aniversário do Partido, enquadrado na preparação da Assembleia da Organização local.

● **BARCELOS**  
Assembleia da Organização Concelhia: às 21.30, com a participação do camarada **António Lopes**.

● **BARREIRO**  
Almoço comemorativo do 71º aniversário do Partido no CT de **Santo André**. Participa a camarada **Apolónia Teixeira**.

Convívio comemorativo do 71º aniversário, com entrega dos cartões 92-93. Às 15.00, no Grupo Recreativo e Desportivo de **Palhais**, com a participação do camarada **Joaquim Gomes**.

● **BRAGA**  
Encontro sobre a situação do Sector Metalúrgico no Distrito de Braga, com a participação dos camaradas **Ernesto Cartaxo** e **João Paulo**, dirigentes da CGTP, e **Agostinho Lopes**. No CT de Braga a partir das 9.00.

Às 13.00 tem lugar um almoço-convívio em **Cabanelas** (Vila Verde). Reunião distrital de professores co-

munistas. Às 14.30 no Centro de Trabalho de Braga.

● **CASCAIS**  
Almoço-convívio no CT, comemorativo do 71º aniversário, promovido pela Comissão de Freguesia de Cascais. Participa o camarada **Joaquim Judas**.

**Estoril**: encontro com os moradores da **Alapraia**, promovido pela CDU. Às 10.30, junto ao Lgl do Chafariz. Participam **Carlos Sota**, vereador na CM de Cascais, e eleitos na freguesia.

● **COIMBRA**  
Jantar comemorativo do 71º aniversário do Partido, às 19.30, na Cantina A da AAC (ao fundo das Escadas Monumentais). Participa o camarada **Edgar Correia**.

● **COVILHÃ**  
Comemorações do 71º aniversário do Partido: almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Tortosendo** e jantar-convívio no Centro de Trabalho de **Covilhã**, ambos com a participação do camarada **Carlos Fraião**.

● **ÉVORA**  
Almoço distrital no Páteo Alentejano, comemorativo do 71º aniversário do Partido. Participa o camarada **Álvaro Cunhal**.

● **LISBOA**  
Jornadas Autárquicas do PCP na Freguesia de **Sta. Engrácia**. Durante todo o dia, com a participação de eleitos na Junta de Freguesia e na Câmara.

● **SINTRA**  
**Algueirão-Mem Martins**: visita de eleitos da CDU na freguesia e na CM de Sintra a vários bairros (concentração às 9.30 junto ao CT de **Algueirão**).

Convívio comemorativo do 71º aniversário, com a participação da camarada **Luísa Araújo**: a partir das 17.00 no CT de **Algueirão-Mem Martins**. Colares: plenário de militantes da freguesia, com a participação do

● **LOURES**  
**Odivelas**: almoço-convívio no Pavilhão Polivalente, comemorativo do 71º aniversário do Partido, com a participação do camarada **João Amaral**.

● **Sacavém**: plenário-convívio no Centro de Trabalho, às 16.00, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**.

● **MATOSINHOS**  
Reunião de militantes para debate de problemas da organização, com a participação do camarada **Agostinho Lopes**. Às 15.00, no Centro de Trabalho local.

● **PORTALEGRE**  
Plenário de militantes e simpatizantes na Casa do Povo de **Aldeia Velha**. Participa o camarada **José Soeiro**.

● **PORTO**  
Reunião distrital de activistas comunistas no movimento associativo e popular e de eleitos nas autarquias ligados aos pelouros do Desporto, Cultura e Associações: às 15.30 no Centro de Trabalho da Boavista. Participa o camarada **Carlos Rabaçal**.

Plenário de militantes comunistas nos CTT/Porto: às 10.30 no CT da Boavista.

● **SETÚBAL**  
Plenário de quadros de células de empresas, ORT's e Movimento Sindical Unitário, com a participação do camarada **Vidal Pinto**: a partir das 15.00, no CT concelhio.

● **VILA FRANCA DE XIRA**  
Almoço-convívio de militantes das empresas do concelho de V. Franca de Xira, comemorativo do 71º aniversário: a partir das 12.30, no CT de **Alhandra**, com a participação de **Jerónimo de Sousa**.

● **ALCABIDECHE**  
Convívio de militantes, com debate e lanche. No Centro de Trabalho, a partir das 16.00, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

● **ALLENQUER**  
Almoço-convívio no restaurante «O Casarão», em Lages de Freiria, comemorativo do 71º

## Assembleias da Organização Concelhia

**BARCELOS**

Sábado, dia 14

**PENICHE**

Domingo, dia 15

camarada **António Cordeiro**, no CT de Mucifal.

● **TORRES VEDRAS**

Jantar comemorativo do 71º aniversário do PCP com a participação do camarada **Domingos Abrantes**. Às 20.00, no restaurante da Feira de S. Pedro.

● **VALONGO**  
Assembleia da Organização da

aniversário. Participa o camarada **José Casanova**.

● **ALMADA**

Encontro com o escritor **Miguel Bernardes** sobre as suas últimas obras. No CT da Cova da Piedade, às 15.00. Almoço-convívio no CT **Alberto Araújo**.

● **BARREIRO**  
Assembleia da Célula da Solisnor (ex-Setenave). a

● **MINAS DA PANASQUEIRA**  
Almoço-convívio comemorativo do 71º aniversário, com a participação do camarada **Carlos Fraião**.

● **MESSINES**  
Almoço comemorativo do 71º aniversário.

● **PENICHE**  
5ª Assembleia da Organização Concelhia de Peniche. No CT, a partir das 10.00.

Almoço comemorativo do 71º aniversário do Partido, às 13.00.

Participam os camaradas **Albano Nunes** e **Vitor Fernandes**.

● **PORTALEGRE**  
A luta dos trabalhadores e o papel do Movimento Sindical e das Comissões de Trabalhadores: debate pela DORPOR com a participação do

**SETÚBAL**

**Plenário de quadros de células de empresas, ORT's e MSU**

Sábado às 15h no CT concelhio.

Freguesia de **Campos** - no salão da Junta de Freguesia de **Campos**, às 15.00.

● **VILA FRANCA DE XIRA**

Almoço-convívio de militantes das empresas do concelho de V. Franca de Xira, comemorativo do 71º aniversário: a partir das 12.30, no CT de **Alhandra**, com a participação de **Jerónimo de Sousa**.

**Domingo, 15**

● **ALCABIDECHE**  
Convívio de militantes, com debate e lanche. No Centro de Trabalho, a partir das 16.00, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

● **ALLENQUER**  
Almoço-convívio no restaurante «O Casarão», em Lages de Freiria, comemorativo do 71º

partir das 10.00, no CT concelhio, com a participação do camarada **Blanqui Teixeira**.

● **CARCAVELOS**

Almoço comemorativo do 71º aniversário, no Centro de Trabalho, com a participação da camarada **Marília Vilaverde Cabral**.

● **CARVALHAIS**

Almoço comemorativo do 71º aniversário: às 12.30, na Escola Agrícola, com a participação do camarada **Henrique de Sousa**.

● **LISBOA**

Almoço-convívio organizado pela Comissão de Freguesia do PCP. No Centro de Trabalho, às 16.00, com a participação do camarada **Dias Lourenço**.

● **ALMADA**

Almoço-convívio organizado pela Comissão de Freguesia de **Sto. Condestável**, às 13.00 no CT **Pedro Soares**.

● **VIALONGA**  
Almoço-convívio comemorativo do 71º aniversário do Partido, com a participação do camarada **Carlos Brito**. No Centro de Trabalho local.

Depois do almoço realiza-se um torneio de chinquillo.

● **V. FRANCA DE XIRA**

Convívio comemorativo do 71º aniversário, organizado pela Comissão de Freguesia do PCP. No Centro de Trabalho, às 16.00, com a participação do camarada **Dias Lourenço**.

**Quarta, 11**

● **LISBOA**  
Reunião da célula da Mútua dos Pescadores: no CT **Vitória**, às 18.00.

Sábado, às 10h **BRAGA** CT de Braga

**Encontro sobre a situação do Sector Metalúrgico no Distrito de Braga**

com a participação de

**Ernesto Cartaxo, João Paulo e Agostinho Lopes**

**TARRAFAL**

**Homenagem às vítimas do Tarrafal e a todos os resistentes antifascistas**

Sábado, às 11h junto ao Mausoléu dos Presos Políticos no Cemitério do Alto S. João

## Televisão

## Quinta, 12

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 A Saúde na Sua Mão  
14.00 Brinca Brincando  
14.30 O Senhor da Guerra  
(ver «Filmes na TV»)  
16.25 Ponto por Ponto  
17.15 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Caderno Diário  
18.15 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.25 Rainha da Sucata  
21.30 Os Simpson  
21.50 Um Romance à Medida  
23.00 Teatro: «12 Homens em Conflito»  
01.10 24 Horas  
01.30 Remate  
01.45 Chimera

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas  
12.25 Curso de Alemão  
12.40 Aldeia das Brincadeiras  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora Escolha (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora Escolha (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.30 Em Busca de...  
17.55 Clip-Club  
18.25 Eterno Feminino  
19.30 Aventura do Conhecimento  
20.00 Música no Dois  
20.50 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almanáco  
21.35 100 Anos de Castro  
22.05 Claude Nougaro  
22.30 A Ilustre Casa de Black Adder  
23.00 O Anjo Negro  
(ver «Filmes na TV»)

## Sexta, 13

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Exploração  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Humor Negro e Violência  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Ponto Por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.05 Caderno Diário  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.25 Rainha da Sucata  
21.20 A Última Saída  
(ver «Filmes na TV»)  
23.05 Mamma Mia  
23.45 24 Horas  
00.20 Remate  
00.50 Em Busca da Luz  
(ver «Filmes na TV»)

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.20 Curso de Francês  
12.35 Aldeia das Brincadeiras  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.00 Burlescos  
17.25 Grandes Desastres  
17.55 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Magazine de Turismo  
20.00 Nunca Mais é Sábado  
20.45 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove

21.30 O Sr. Almanáco  
21.35 O Beijo de Judas  
22.25 Pantanal  
00.05 Rotações  
01.05 Rick de Sherwood

## Sábado, 14

## Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes  
14.20 A Guerra dos Mundos  
15.10 R.E.M.  
16.15 Agente Escondido  
(ver «Filmes na TV»)  
17.50 Sobreviver  
18.40 A Grande Competição  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.25 Desenhos Animados  
21.30 Casa Cheia  
22.10 Araponga  
23.20 Aldeia da Roupa Branca  
(ver «Filmes na TV»)  
01.15 Contradições  
02.20 Remate

## Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.35 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Forum Musical (II)  
13.15 Agarra o 2  
14.20 Homem Sem Rumo  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Pantanal  
01.05 As Teias da Lei

## Domingo, 15

## Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.35 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 Um Espectáculo de Carro  
13.40 O Mundo Animal  
14.30 Top+  
15.20 Documentário  
15.30 Companhia por Contrato  
(ver «Filmes na TV»)  
17.10 As Aventuras do Cavalo Preto  
17.35 ET - Entretenimento Total  
19.00 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.45 Araponga  
22.25 Domingo Desportivo  
23.35 Conversa Afhada  
00.50 No Calor da Noite  
01.20 Remate

## Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Especial Desporto  
10.50 Regiões Magazine  
11.50 Primeiro Jornal  
12.00 Agarra o 2  
13.05 Vida Nova  
14.00 Troféu  
20.15 Palavra Puxa Palavra  
21.30 Nós 2  
22.35 Artes e Letras: «Rita Hayworth»  
23.30 Gilda  
(ver «Filmes na TV»)  
01.20 Tauromaquia

## Segunda, 16

## Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 América Selvagem  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Nasceu Uma Estrela  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera

18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.30 O Preço Certo  
22.45 Crimes Pré-Feitos  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate  
00.40 Respostas  
(ver «Filmes na TV»)

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 A Aldeia das Brincadeiras  
12.55 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 As Aventuras de Black Beauty  
17.00 Xanadu  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.20 Dramazine  
19.50 Estilo Britânico  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Falar Claro  
22.45 Teatro

## Terça, 17

## Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Futuro  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Carrie  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.20 As Causas da Justiça  
22.15 Primeira Página  
23.15 Carol & Companhia  
23.45 24 Horas  
00.20 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 California Show  
12.20 Curso de Alemão  
12.35 A Idade da Razão  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
17.30 Tribunal de Juri  
17.50 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Cinemazine  
20.00 O Grande Sonho  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.15 A Religiosa  
(ver «Filmes na TV»)  
00.00 Pop Off

## Quarta, 18

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca, Brincando  
14.35 Meia Bola... e Força  
(ver «Filmes na TV»)  
16.20 Tu Cá, Tu Lá  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.15 Vamos Jogar no Totobola  
21.30 Recorda o Meu Nome  
(ver «Filmes na TV»)  
23.05 24 Horas  
23.40 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção  
12.25 Curso de Inglês  
12.35 A Idade da Razão  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha!

14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.15 Especial Desporto  
16.30 O Caminho das Estrelas  
17.30 Mulheres no Mundo  
17.55 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino

19.30 Uma Questão de Palavras  
19.55 Concerto para Jovens  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»  
22.45 Sinais do Tempo  
23.30 E os Violinos Calaram-se  
00.30 Especial Desporto

## Filmes na TV



Rita Hayworth  
Uma deslumbrante aparição em cena...

## Em Busca da Luz

«Go Toward the Light» (EUA/1988). Realização de Mike Robe. Interpretação de Linda Hamilton, Richard Thomas, Joshua Harris, Piper Laurie, Ned Beatty. Cor, 87 minutos.

História dramática de uma família confrontada com a notícia de que um filho hemofílico de 8 anos contrafrá a SIDA e está condenado a morrer. Um tema actual e trágico para um telefilme com referências simpáticas quanto às intenções mas pouco entusiásticas quanto ao resultado final, considerado apenas mediano. Num dos principais papéis a presença de Linda Hamilton, conhecida da série televisiva «A Bela e o Monstro».

Sexta, 00.50, Canal 1

## Homem sem Rumo

«Man Without a Star» (EUA/1955). Realização de King Vidor. Interpretação de Kirk Douglas, Jeanne Crain, Claire Trevor, William Campbell, Jay C. Flippen. Cor, 83 minutos.

Filme renegado por King Vidor, que o considera desvirtuado pela interferência dos produtores, este western tem como pano de fundo um dos leitmotiv do «género»: a aprendizagem do neófito, nas «técnicas» do duelo e do manejo das armas, a cargo do experimentado cowboy, e a amizade que liga ambos só definitivamente perturbada pela atracção física que lhes desperta a patroa de um rancho para que são contratados. Humor negro e cáustico, erotismo e acção, companheirismo e individualismo, são os temas caros a Vidor neste seu excelente filme que tem, em Kirk Douglas, um intérprete à altura. Um filme a rever.

Sábado, 14.25, Canal 2

## Agente Escondido

«Crossfire» (EUA/1975). Realização de William Hale. Interpretação de James Farentino, Frank De Kova, John Saxon, Patrick O'Neal. Cor, 95 minutos.

A «lavagem do dinheiro» por parte de funcionários da administração local de uma cidade e os estratégias de um agente policial que simula a sua expulsão da Polícia para melhor penetrar nos meandros da corrupção estão na

Sexta, 21.20, Canal 1

## O Senhor da Guerra

«The War Lord» (EUA/1965). Realização de Franklin Schaffner. Interpretação de Charlton Heston, Richard Boone, Rosemary Forsyth, Maurice Evans. Cor, 118 minutos.

Nestes oito dias em que regressam grandes filmes à televisão, tudo começa com

batalhas, amores, solidariedades, traições - ingredientes deste cinema-espectáculo que nos traz de volta uma época cuidadosamente reconstituída neste filme de aventuras e nobre cavalaria em que brilha um intérprete adequadíssimo: Charlton Heston. O tempo é o século XI e o lugar a Normandia. O argumento é adaptado do romance *The Lovers* de Leslie Stevens.

Quinta-feira, 14.30, Canal 1

## O Anjo Negro

«The Black Angel» (EUA/1946). Realização de Roy William Neill. Interpretação de Dan Duryea, June Vincent, Peter Lorre, Borderick Crawford, Wallace Ford. P/B, 77 minutos.

Uma história que faz prender o espectador ao écran e que conta como, numa reviravolta de última hora, se trocam as voltas aos aparentemente inocentes e aos alegados culpados. Dan Duryea e Peter Lorre estão a matar neste policial «negro» ao estilo das séries B de primeira água, filme pouco conhecido de um realizador que (embora bastante popular nos anos 40) caiu no esquecimento.

Quinta-feira, 23.00, Canal 2

## Humor Negro e Violência

«Cotton Comes to Harlem» (EUA/1970). Realização de Ossie Davis. Interpretação de Godfrey Cambridge, Raymond St. Jacques, Calvin Lockhardt, Judy Pace, Redd Fox. Cor, 97 minutos.

St. Jacques e Cambridge são dois excelentes actores que, nos papéis de Coffin Ed Johnson e Gravedigger Jones, personificam dois detectives negros que, no cenário real de Harlem, dão corpo no início da década de 70 a um curioso exemplar do cinema negro norte-americano, misto de thriller e comédia, posto competentemente em cena por um outro conhecido actor negro, Ossie Davis.

Sexta, 14.35, Canal 1

## A Última Saída

«Miles From Home» (EUA/1988). Realização de Gary Sinise. Interpretação de Brian Dennehy, Richard Gere, John Malkovich, Jason Campbell, Austin Bamgarnner, Larry Poling. Cor, 98 minutos.

Longe de ter despertado uma opinião consensual da crítica quando da sua estreia, este filme conta a história de dois irmãos que fogem para a marginalidade e a aventura após o mais decidido deles (Frank Junior/Richard Gere) ter feito com que ambos deitassem fogo à sua quinta, prestes a ser tomada em 1988 pela banca na sequência de uma falência que o seu estatuto de «fazenda do ano» (1959) nada viria a fazer prever. Ao lado de Gere, num papel falhado, um outro nome sonante dos anos 80: John Malkovich.

base do argumento deste telefilme que não ultrapassa a mediania das convenções do «género».

Sábado, 16.15, Canal 1

## Aldeia da Roupa Branca

(Port./1939). Realização de Chianca de Garcia. Interpretação de Beatriz Costa, Manuel Santos Carvalho, José Amaro, Óscar de Lemos, Elvira Velez, Armando Machado, Octávio de Matos, Jorge Gentil, Mário Santos, Hermínia Silva. P/B, 92 minutos.

Exemplo típico da «comédia popular portuguesa», na ficha técnica encontramos nomes maiores do cinema de então, como Aquilino Mendes na fotografia, José Gomes Ferreira na co-autoria do argumento, Raul Portela na música e Chianca Garcia na realização. Num dos seus melhores papéis, Beatriz Costa cria uma impagável e alta lavadeira da Malveira neste filme apimentado por Hermínia Silva e abrilhantado por Santos Carvalho e Elvira Velez. E ainda, numa espécie de PGA cinematográfica, a «corrida das carroças», que está para a *Roupa Branca* como a «corrida das quadrigas» está para o *Ben Hur*...

Sábado, 23.20, Canal 1

## Companhia por Contrato

«Portrait of an Escort» (EUA/1980). Realização de Steven Hilliard Stern. Interpretação de Susan Anspach, Tony Bill, Cyd Charisse, Kevin McCarthy. Cor, 100 minutos.

As presenças de Susan Anspach e Cyd Charisse estão longe de tornar imprescindível a visão deste telefilme que conta a história de uma mulher divorciada que aceita um emprego numa empresa profissional de «acompanhantes». É melhor ir dar uma volta e preparar-se para ver, mais logo, a «Noite de Cinema» no Canal 2.

Domingo, 15.30, Canal 1

## Gilda

«Gilda» (EUA/1946). Realização de Charles Vidor. Interpretação de Rita Hayworth, Glenn Ford, George MacReady, Joseph Calleia, Steven Geray, Joe Sawyer. P/B, 106 minutos.



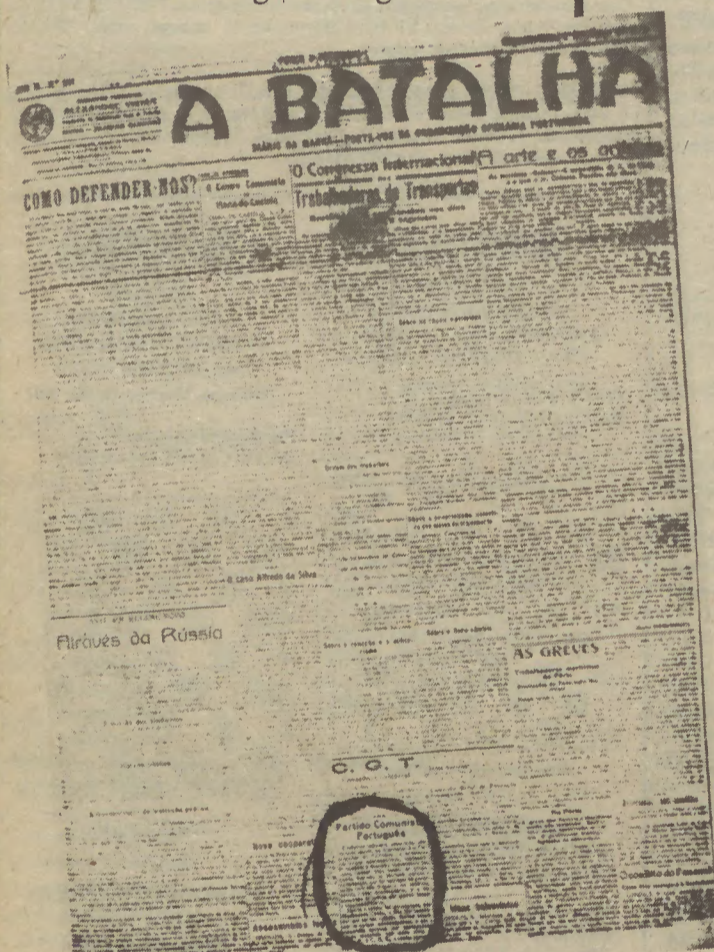
# 6 de Março 1921

## fundação do Partido Comunista Português

A 6 de Março de 1921, na sede da Associação dos Empregados de Escritório, em Lisboa, realiza-se a Assembleia que elege a direcção do PCP. Estava fundado o Partido Comunista Português. Nele confluem décadas de sofrimento e luta da classe operária portuguesa, as lições das grandes vitórias da classe operária internacional, os ensinamentos de Marx, Engels e Lênine. Com a fundação do PCP, a classe operária portuguesa encontra a sua firme e segura vanguarda.

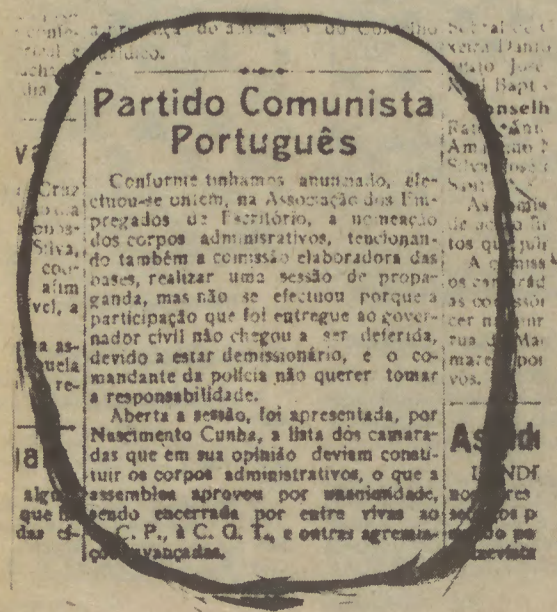


Fotos de Ana Alves Miguel e Januário Trigo



# 6 de Março - 1992

## 71.º Aniversário do Partido Comunista Português



# a talhe de FOICE

## A cultura

Há nas notícias sobre as projectadas «remodelações» na Secretaria de Estado da Cultura um aspecto bizarro: extinguem-se estruturas, criam-se outras, demitem-se pessoas, cortam-se verbas, coloca-se, em suma, toda a estrutura da SEC em polvorosa e pergunta-se - para quê? Esta prosaica pergunta fica sem resposta.

Que mesmo nas áreas políticas da direita o frenesim de Santana Lopes cause indisfarçável incomodidade é inteiramente compreensível: a questão é que nem o mais servil dos 130 deputados PSD parece conseguir explicar para que serve tanta mexida, qual o critério ou projecto que a tudo isto preside, que objectivos de política cultural se perfilam neste furor de alterar as estruturas que teoricamente serviriam para os concretizar.

A crítica da acção governativa no campo da cultura adquire assim uma nova e peculiar característica: não se trata de analisar os méritos ou deméritos de objectivos e projectos, nem mesmo de discutir se as medidas apontadas são para eles boas, necessárias ou suficientes. Antes de tudo o mais, há, afinal, que descobrir o que pretende o Governo em geral e o seu delegado para a cultura em particular. Descobrir para que serve acabar com a Direcção Geral de Acção Cultural, integrar o Instituto Português de Arquivos no Arquivo da Torre do Tombo, os Institutos Portugueses do Livro e da Leitura na Biblioteca Nacional, extinguir o IPPC para criar um ISVP, no essencial com os mesmos fins?

Aparentemente, há mesmo qualquer coisa de absurdo nisto tudo. Para quê extinguir estruturas para criar outras com os mesmos fins? Para quê o contra-senso de integrar estruturas de coordenação em estruturas de execução, quando o caminho inverso é elementarmente mais lógico?

Mas há, na verdade, uma lógica, uma lógica que ultrapassa a Cultura e Santana Lopes, uma lógica que constitui um eixo básico e estruturante da actuação de Cavaco Silva e dos primeiros meses desta segunda maioria absoluta. A verdade é que o País está confrontado com a concretização de um meticuloso plano de modificação da estrutura do aparelho de Estado, de centralização do essencial dos poderes de decisão num núcleo cada vez mais restrito da directa confiança de Cavaco Silva e que implica o desmantelamento de todas as estruturas que, pelas suas características ou composição dos seus quadros, fujam ao controlo integral da máquina PSD.

Atente-se, por exemplo, no processo de centralização dos aparelhos repressivo e militar (Polícia Judiciária, PSP, Guarda Fiscal, Serviços de Estrangeiros, GNR, Forças Armadas) nos dois vices de Cavaco - Dias Loureiro e Fernando Nogueira - retirando nomeadamente ao sector da Justiça qualquer intervenção nesta área. E note-se que esta operação não apenas envolve as modificações de tutela das polícias como um claro conflito com estruturas que manifestamente não podem ser integradas na Administração Interna, como seja nomeadamente as judiciais, num esforço de limitar a sua autonomia e independência.

No campo da Cultura, o plano é idêntico. Para Santana Lopes, o grande defeito das estruturas com que agora se pretende acabar não é o da sua função ou do seu funcionamento: acima de tudo, é o de, pelas mais variadas razões, não corresponderem ao perfil de absoluto controlo partidário PSD. Acabar com o IPPC para criar o ISVP, acabar com DGAC para criar outro departamento com idêntico papel, acabar com o IPA e com o IPLL tem como objectivo essencial sanear centenas de funcionários das mais diversas colorações político-partidárias que por dignidade profissional não são puros serventuários do poder laranja.

O que acima de tudo está em causa é a montagem de uma máquina de controlo da vida cultural do País que a curto prazo ponha nas mãos do PSD e da direita o essencial das estruturas oficiais do campo da cultura e da investigação. O discurso obnoxio sobre a «rentabilização» da cultura, a necessidade de «poupanças», a «auto-subsistência» das estruturas culturais, etc., não passa de piedosa cortina de fumo. O PSD sabe perfeitamente que o tecido cultural da sociedade, património comum que é, exige a mobilização de recursos igualmente comuns. Ou seja, requer o apoio do Estado. Santana Lopes e Cavaco Silva não são tontos ingénios que suponham que a investigação histórica pode ser «rentabilizada» como a produção de detergentes ou que a produção teatral, musical ou livreira podem ser analisadas da mesma óptica que a indústria química. Exactamente porque têm uma clara visão do indispensável papel do Estado nestas áreas, o objectivo é fazer desse papel mais um elemento de domínio sobre a sociedade e não um factor de desenvolvimento, afirmação e libertação dessa mesma sociedade.

O problema não é acabar com os subsídios: é dá-los segundo critérios políticos - do PSD. O problema não é acabar com os cargos: é ocupá-los segundo critérios políticos - do PSD. O problema não é liquidar as funções: é exercê-las de acordo com critérios políticos - do PSD. Se o povo português em geral e os criadores de cultura em particular estão na disposição de serem empregados e agentes do PSD - é aceitar passivamente o que se projecta.

Mas, felizmente, em Portugal sabe-se que liberdade e cultura não são separáveis e que a revolta é um acto de cultura.

■ RC

# Mantêm-se os motivos para protestar

CGTP apela à participação dos trabalhadores nas manifestações de dia 21

Mantêm-se as razões que têm levado milhares de trabalhadores, jovens e outros estratos sociais a realizar fortes acções de protesto, entende a Comissão Executiva da CGTP-IN, que esteve reunida segunda-feira em Lisboa para analisar a situação social e política e a intervenção sindical. A Executiva da Inter regista ainda o surgimento de novos motivos para protestar.

Os trabalhadores, reafirmou Carvalho da Silva na conferência de imprensa que teve lugar durante um intervalo da reunião, têm toda a razão para não acreditar nos

números do patronato e do Governo sobre inflação e política de rendimentos. Defendendo o acompanhamento da evolução, este ano, não só do novo índice de preços no consumidor, mas também do antigo, o coordenador da CGTP recordou a entrevista de Braga de Macedo ao «Expresso» do último sábado e também as opiniões do professor Alfredo de Sousa, entre outros «especialistas insuspeitos», que mais uma vez vêm desmentir a previsão da inflação que o Governo fez constar no acordo assinado na Concertação.

Para a Intersindical Nacional, é «uma necessidade e uma possibilidade» o crescimento da massa salarial, em 1992, «na ordem dos 14 por cento», defendeu o coordenador da central - acompanhado na conferência de imprensa por Maria do Carmo Tavares, Fernando Loureiro e Manuel Lopes.

Outros problemas sociais persistem, justificando o descontentamento de diversas camadas e de muitas pessoas que «ainda há pouco estavam na área do Governo e não vêem agora as promessas eleitorais cumpridas».

Por tudo isto, a CGTP vai continuar a mobilizar os trabalhadores e apela à convergência dos protestos para as manifestações de 21 de Março. Convocadas pelo Conse-

lho Nacional da central, as manifestações decorrerão nos grandes centros do País, tendo como motivos centrais o protesto contra o «Acordo» e contra o aumento dos impostos e dos preços, e a exigência de melhores salários, justiça social, redução dos horários de trabalho e democratização do ensino e da sociedade.

Embora não tivesse ainda uma relação final das acções marcadas para 21 de Março, Manuel Lopes informou os jornalistas de que elas decorrerão em todos os distritos, faltando na segunda-feira passada confirmar apenas as manifestações nas regiões autónomas dos Açores e Madeira.

Em Lisboa a concentração está marcada para as 14.30 horas, na Praça do Marquês de Pombal, de onde os manifestantes seguem para o Rossio. Esta iniciativa é promovida pelas uniões sindicais de Lisboa e Setúbal, que estão a discutir medidas de organização e intervenção comum a nível regional (nomeadamente no quadro da Área Metropolitana).

## Segurança no trabalho

A melhor forma de Portugal assinalar o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho é «o Governo levar por diante os compromissos assumidos com os parceiros sociais», em particular os constantes do acordo assinado em Julho do ano passado - afirma a CGTP, num documento divulgado na conferência de imprensa. A propósito da abertura oficial daquela iniciativa comunitária, Carvalho da Silva afirmou esperar que o executivo do PSD passe ao «trabalho a sério para dar conteúdo aos acordos» e não se fique «apenas pelas encenações».

O Governo português, acusa a CGTP, está a prestar um mau serviço aos objectivos do Ano Europeu, pois, apesar de o nosso país ser um dos países da Comunidade onde a sinistralidade laboral é maior, não cumpriu o estabelecido no acordo em matéria de prevenção, nem quanto à regulamentação da Lei-Quadro, tal como não tomou as indispensáveis medidas estruturais.

## 13, 14 e 15 de Março Nova jornada de propaganda do PCP

Demonstrando um acompanhamento constante e solidário com as lutas dos trabalhadores e de amplas camadas da população agredidas pela política governamental, o PCP lançou uma nova jornada de propaganda que começa amanhã e se prolongará até domingo próximo.

No âmbito desta iniciativa circularão carros de som, foi editado um cartaz a duas cores, e será distribuído um jornal de quatro páginas que foca as movimentações dos trabalhadores, estudantes e autarcas, bem como as posições do PCP. Os comunistas apelam a todos os trabalhadores, aos agricultores, à juventude, às mulheres, para intensificarem a sua acção de resistência à nefasta política do Governo e para prosseguirem a luta até à satisfação das suas reivindicações.

## Romagem no sábado homenageia antifascistas

Os sobreviventes do Tarrafal, a União de Resistentes Antifascistas Portugueses e outros combatentes contra o fascismo vão realizar neste sábado, às 11 horas, uma romagem ao mausoléu dos presos políticos que morreram naquele campo de concentração.

A iniciativa - refere a nota que a anuncia, e que é subscrita por Abílio Gonçalves Lima, Alcina Bastos, Alexandre Castanheira, Américo Sousa, Ângelo Caldeira Rodrigues, António Dias Lourenço, António H. S. Abreu, Armindo Guimarães, Conceição Matos, Fernando Piteira Santos, Fernando Púlido Valente, Fernando Quirino, Francisco Salgado Zenha, Gualter Basílio, Henrique Ochenberg, Luísa Irene Dias Amado, Manuel Alegre, Manuel Firmo, Manuel Tito Morais, Maria das Dores Cabrita, Mário Sottomayor Cardia e Ramon La Feria - «constituirá uma homenagem também a todos os antigos presos políticos e outros perseguidos pela ditadura fascista».

Os organizadores anunciavam que durante a manifes-

tação «será tomada a decisão de instar com o Governo pela criação do Museu da República e da Resistência».

## Assembleia Geral da CNA exige defesa da produção nacional

A Confederação Nacional da Agricultura quer que o Governo defenda a produção portuguesa da invasão de produtos estrangeiros desnecessários e combata a especulação com os preços no consumidor. Na Assembleia Geral da CNA, que se realizou domingo passado no Porto, os representantes das associações de agricultores criticaram o Orçamento de Estado, que vem aplicar a taxa de IVA de 5 por cento a alguns factores de produção (que já eram os mais caros da Europa) e que mantém entre 24 e 28 por cento as taxas de juro do crédito agrícola (três vezes mais altas do que a média da Comunidade Europeia). Foi criticada a acumulação de dívidas do Estado aos agricultores (cujos rendimentos

ilíquidos diminuíram 5 por cento em 1991, a que se somam os 17 por cento da inflação agrícola), tal como a recusa do ministro da Agricultura em dialogar com a CNA. Com o objectivo de manifestar o descontentamento face à

proposta de reforma da política agrícola comum (PAC), a confederação apela aos agricultores para que se concentrem na Curia, a 25 de Maio, quando ali reunir o Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade.

